

REVISTA DA ACADEMIA NORTE-RIO-GRANDENSE DE LETRAS



N. 35 - Vol. 47- Dezembro/2005

**REVISTA DA ACADEMIA
NORTE-RIO-GRANDENSE
DE LETRAS**

Nº 35 – VOL. 47
Julho / Dezembro – 2005

PROJETO GRÁFICO:

Edenildo Simões

REVISÃO:

Os Autores

ARTE DA CAPA

Edenildo Simões

FOTO DA CAPA:

João Maria Alves

EDITORÇÃO ELETRÔNICA

Edenildo Simões

COORDENAÇÃO GRÁFICA

Willams Laurentino

IMPRESSÃO:

Departamento Estadual de Imprensa - DEI

Catálogo da Publicação na Fonte. Departamento Estadual
de Imprensa - DEI - Editorial "A República"

Revista da Academia Norte-rio-grandense de Letras - Nº 34 (Junho/2005). -
- Natal(RN)

Publicada pela Gráfica do DEI

ISSN 0667-5995

1. Leitura brasileira 2. Poesia 3. Cultura 4. Ensaios 5. Ficção 6. Artigos
7. Periódicos.

**ACADEMIA NORTE-RIO-GRANDENSE DE LETRAS
PATRONOS E ACADÊMICOS**

Cadeira	Patrono	Primeiro Ocupante	Sucessores
1	Padre Miguelinho	Adaudo da Câmara	Raimundo Nonato da Silva, Sylvio Pedroza, Claudio Emerenciano
2	Nísia Floresta	Henrique Castriciano	Hélio Galvão, Grácio Barbalho, Emani Rosado
3	Cons. Brito Guerra	Otto Guerra	José de Anchieta Ferreira
4	Lourival Açucena	Virgílio Trindade	Enélio Lima Petrovich
5	Moreira Brandão	Edgar Barbosa	Ascendino de Almeida, Manoel Onofre Junior
6	Luis Carlos Wanderley	Carolina Wanderley	Gumercindo Saraiva, João Batista Pinheiro Cabral
7	Ferreira Nobre	Antonio Soares	Mariano Coelho, Nestor dos Santos Lima
8	Isabel Gondim	Matias Maciel	Walter Wanderley, Nilson Patriota
9	Almino Afonso	Nestor Lima	Cristóvão Dantas, Humberto Dantas, Peregrino Junior, Dorian Gray Caldas
10	Elias Souto	Bruno Pereira	Paulo Macêdo
11	Padre João Maria	Januario Cicco	Onofre Lopes da Silva, Miguel Seabra Fagundes, Fagundes de Menezes, Paulo de Tarso Correia de Melo
12	Amaro Cavalcante	Juvenal Lamartine	Veríssimo de Melo, Oswaldo Lamartine de Faria
13	Luis Fernandes	Luis da Câmara Cascudo	Oriano de Almeida, Anna Maria Cascudo Barreto
14	Joaquim Fagundes	Antônio Fagundes	Raul Fernandes, Armando Negreiros
15	Pedro Velho	Sebastião Fernandes	Antonio Pinto de Medeiros, Eloy de Souza, Umberto Peregrino, Francisco Fausto (eleito)
16	Segundo Wanderley	Francisco Palma	Rômulo Wanderley, Maria Eugênia Montenegro
17	Ribeiro Dantas	Dioclécio Duarte	Aluizio Alves
18	Augusto Severo	Waldemar de Almeida	D. Nivaldo Monte
19	Ferreira Itajubá	Clementino Câmara	Nilo Pereira, Murilo Melo Filho
20	Auta de Souza	Palmira Wanderley	Mario Moacir Porto, Dorian Jorge Freire,
21	Antônio Marinho	Floriano Cavalcanti	Luiz Rabelo, Valério Mesquita
22	Cón. Leão Fernandes	Cón, Luis Monte	D. José Adelino Dantas, Cón. Jorge Ó Grady de Paiva, Cón. José Mário Medeiros
23	Antônio Glicério	Bezerra Júnior	Othoniel Menezes, Jaime dos G. Wanderley, Iaperi Araújo
24	Gothardo Neto	Francisco Ivo Cavalcante	Antônio Azevedo, Antônio Soares Filho, Tarcísio Medeiros, Sônia Fernandes Ferreira
25	Ponciano Barbosa	Aderbal de França	Inácio Meira Pires, João Wilson Mendes Melo
26	Manoel Dantas	José Augusto Bezerra de Medeiros	Diógenes da Cunha Lima
27	Aurélio Pinheiro	Américo de Oliveira Costa	Vicente Serejo
28	Padre João Manoel	Paulo Viveiros	Jurandy Navarro
29	Armando Seabra	Esmeraldo Siqueira	Itamar de Souza
30	Mons. Augusto Franklin	Manoel Rodrigues de Melo	Aluizio Azevedo
31	Padre Brito Guerra	José Melquiades	Pedro Vicente Costa Sobrinho
32	Francisco Fausto	Tércio Rosado	João Batista Cascudo Rodrigues
33	Tonheca Dantas	Oswaldo de Souza	Hypérides (Peri) Lamartine
34	José da Penha	Alvamar Furtado	Lenine Pinto
35	Juvenal Antunes	Edinor Avelino	Gilberto Avelino, Ticiano Duarte (eleito)
36	Benício Filho	João Medeiros Filho	Clavo de Medeiros Filho
37	Jorge Fernandes	Newton Navarro	Luis Carlos Guimarães, Elder Heronildes
38	Luis Antônio	José Tavares	Vingt-Un Rosado
39	Damasco Bezerra	Raimundo Nonato Fernandes	
40	Afonso Bezerra	Sanderson Negreiros	



DIRETORIA DA ANRL

Presidente

Diógenes da Cunha Lima

Vice-Presidente

Paulo Macedo

1º Secretário

Nilson Patriota

2º Secretário

João Batista Pinheiro Cabral

Tesoureiro

Enélio Lima Petrovich

Diretor da Biblioteca

Jurandy Navarro

Diretor da Revista

Manoel Onofre Jr.

Comissão de Contas

Sanderson Negreiros, Maria Eugênia
Montenegro e Paulo de Tarso Correia
de Melo

Comissão de Sindicância

Pedro Vicente, Olavo de Medeiros
Filho e José de Anchieta Ferreria

SUMÁRIO

Sanderson Negreiros pergunta e Edson Nery da Fonseca responde	07
Padrinho e Afilhada – Edson Nery da Fonseca.....	41
O Pícaro no Teatro Nordestino – Racine Santos.....	45
Dom Quixote Nordestino – Diógenes da Cunha Lima.....	55
Conversas com Cascudo – Enéas Athanázio.....	61
Bom dia, Café – João Wilson Mendes Melo.....	65
Centenário do Pe. João Maria – Jurandyr Navarro.....	69
O Povo Sabe que ele é Santo – Diógenes da Cunha Lima.....	73
Centenário do Pe. Luiz Monte – Jurandyr Navarro.....	75
Um Grande Mestre – Mário Cavalcanti.....	79
Amélia Eahart – Pery Lamartine.....	83
Perfis de Minha Terra – Valério Mesquita.....	87
Comidas do meu Sertão – Manoel Onofre Jr.	93
Fé e Razão – Côn. José Mário Medeiros.....	97

HISTÓRIA

O Infante D. Henrique, Navegador – Lenine Pinto.....	105
O Tributo aos que Matam – Nilson Patriota.....	115

CONTO

Samira – Clauder Arcanjo.....	135
-------------------------------	-----

POESIA

Dez Poemas de Diva Cunha.....	141
-------------------------------	-----

DISCURSOS

A Matéria dos Sonhos – Anna Maria Cascudo Barreto.....	149
--	-----

Um Olhar Sobre o Universo Cultural de Anna Maria Cascudo Barreto - João Batista Cascudo Rodrigues.....	167
Saudação do Acadêmico Murilo Melo Filho ao Presidente Diógenes da Cunha Lima.....	181
O Acendedor de Esperanças - Anna Maria Cascudo Barreto...	195
50 Anos - Faculdade de Medicina de Natal - Calos Ernani Rosado Soares	201

SANDERSON NEGREIROS PERGUNTA

E EDSON NERY DA FONSECA RESPONDE

QUASE JUSTIFICATIVA

Esta entrevista é resultado de dez anos de encontros e diálogos com Edson Nery da Fonseca. É uma figura intelectual e humana das mais inesquecíveis. Alto como um inglês, elegante nos gestos até dos pequenos momentos da vida, conhecedor de tudo que na vida e no mundo transpire bom-gosto, cultura, sensibilidade e rasgos de amizade. Conversei várias vezes com ele, em sua casa de Olinda, vizinha ao Mosteiro de São Bento, e mais: mais perguntas e respostas, eu sempre com irresistível vocação de repórter diante deste verdadeiro Príncipe da Renascença. Um dia, resolvi, por escrito, fazer-lhe algumas perguntas, de que resultou esta entrevista, que vai continuar com novas indagações. Aqui está Edson Nery da Fonseca, de 83 anos, lúcido, atento e imenso personagem de riqueza generosamente multifacetada. Inclusive, está na Assembléia Legislativa, um projeto de lei dando-lhe o título de Cidadão Potiguar, idéia de Vingt-Un Rosado. Edson é muito ligado à Natal e ao Rio Grande do Norte, e aqui esteve, várias vezes, desde dos convites que Zila Mamede lhe fazia – e ele elegeu Natal como uma de suas cidades preferidas.

(Sanderson Negreiros)

SN – Se tudo começa mesmo com a descoberta da infância, como, nela e através dela, descobriu a Poesia e a Vida em tom maior?

ENF – Tenho recordações muito vagas da minha infância. Sei pela certidão que nasci às 10 horas e 40 minutos do dia 06 de dezembro de 1921, na Rua do Progresso (então denominada Dr. Barros Sobrinho, que não sei quem foi, como Mário de Andrade, envergonhado, não sabia quem foi Lopes Chaves), nº 208, residência dos meus pais Ignácio Nery da Fonseca Filho e Maria Luiza Nery da Fonseca. Casa de uma porta e duas janelas, ficava ao lado do palacete da esquina com a Rua Nunes Machado (este eu sei que foi um dos heróis da Revolução Praeira), onde moravam meus avós paternos, Ignácio Nery da Fonseca e Maria Amélia Nery da Fonseca.

Meu nascimento já estava registrado no Cartório do Registro Civil, da Boa Vista, quando meus pais me levaram, em 25 de dezembro, para ser batizado na Várzea, onde passaram a residir. Meu padrinho foi o então, ainda jovem e solteiro industrial, Antonio Lacerda de Almeida Brennand, com quem meu pai e meus tios paternos costumavam caçar e pescar nas matas e praias dos Brennand. Minha madrinha foi Tia Celina, irmã solteirona de mamãe, de quem falarei mais adiante. O padre era daqueles que só batizam meninos com nomes cristãos. Sendo Edison o sobrenome de um grande inventor norte-americano, ele me batizou com o nome de meu padrinho, a quem sempre quis muito bem. Ele tinha a face e a voz de um santo e casou-se, depois, com Dona Dulce Coimbra, falecida em 10 de abril de 2002.

Descobri a poesia da infância lendo poetas, romancistas e ensaístas que, nela, se inspiraram, como, por exemplo, o Manuel Bandeira de *Evocação do Recife*, o José Lins do Rego de *Menino de Engenho* e o Joaquim Nabuco de *Minha Formação*; ou o Antonio Nobre do *Só*, o Thomas Hardy de *The Return of the Native* e o Renan de *Souvenirs d'Enfance et Jenneusse*, para citar apenas alguns autores nacionais e estrangeiros, que muito me marcaram. Posso dizer como

Bandeira que “menino, fui com os demais feliz”. Descobri o que você chama “a Vida em tom maior” quando amei. Não sei quem escreveu estes versos dos quais gosto muito: “Amar e ser amado, que ventura / Não amar sendo amado é um triste horror / Mas há na vida noite mais escura: / Amar alguém que não nos tem amor”.

Eu experimentei as três situações, mas, felizmente, foi a primeira que predominou, com a consciência de amar e ser amado; a experiência de “não amar sendo amado” ocorreu com mais de uma pessoa e foi realmente “um triste horror”. É incômodo, lancinante, esmagador! Graças a Deus, só uma vez experimentei a terceira situação, ao amar ainda quase menino uma prima que não quis saber de mim.

SN – Sua infância foi de menino rico – ou quase isso. Na sua adolescência, você teve um carro-baratinha (informação de Odilon Ribeiro Coutinho). Conte as coordenadas geográficas dessa infância: os bairros, o rio duplo – Capibaribe, Beberibe –, seu sertãozinho de Caxangá, suas ruas da Aurora, da Saudade. Sua identificação quase mística com a poesia de Bandeira não vem, principalmente, desse mesmo alubrimento de sua infância recifense?

ENF – Feliz ou infelizmente, não fui um “menino rico ou quase isso”. Meu avô paterno, sim, era rico. Foi fundador e proprietário de um conceituado estabelecimento gráfico - a Imprensa Industrial, situada à Rua do Apolo, esquina com Visconde de Itaparica, hoje Barbosa Lima, onde, hoje, há um terreno baldio (“nunca pensei que ela acabasse”) –. Morava em palacete próprio, tinha automóvel do ano com motorista, vivia muito bem. Fabricava sua própria água-de-colônia com essências importadas da Inglaterra. Quando tomava banho, o perfume se evolava até às casas vizinhas. Foi também representante de fábricas inglesas de tecidos e equipamentos industriais. A despensa de sua casa era uma verdadeira mercearia. Tinha enorme criadagem, cozinheiro, ajudantes, copeiras, arrumadeiras, roupeiras. O café era torrado no terraço na parte

posterior da casa, que dava para um quintal cheio de árvores frutíferas (lembro-me bem das carambolas e das laranjas-da-terra com as quais eram feitos os mais deliciosos doces). Além das empregadas, a casa vivia cheia de afilhadas e de netas adúlteras. Abastecia-se no Armazém Tapuia, um dos mais importantes do Recife antigo, mencionado por Ascenso Ferreira no poema “Inflação”: “Peitou o açougueiro, comprou um filé / Comprou no Tapuia manteiga e salpicão / O preço não importa, o gosto é que é / Feliz de quem Deus deu a proteção”. Meu avô era desses que não se importavam com o preço. Quando ia às feiras, deixava-se bondosamente explorar pelos vendedores. Quando minha avó reclamava, ele respondia: “Deixa o pobre viver, Mele”. Teve dois filhos casados (Oswaldo e meu pai, que era o caçula), um viúvo (Sylvio, que prometera à mulher moribunda não se casar com outra, mas teve duas célebres amantes: a doutora Lourdes Galhardo e, depois que esta se formou em medicina e o abandonou, Madame Conrado, uma francesa especialista em culinária), e duas filhas solteironas: Aída, muito religiosa, afetuosa e inteligente, e Maria, que era mongolóide. Os filhos eram seus sócios na empresa: Oswaldo e Sylvio cuidavam da tipografia e meu pai das representações estrangeiras. Quando meu avô morreu, tudo isso foi de água a baixo. Meus primos não conseguiram manter a tipografia e, com a Segunda Guerra Mundial, acabaram as representações de artigos importados. O palacete da esquina das ruas Nunes Machado e Progresso é hoje uma pensão ordinária, com os vidros das janelas quebrados. Quando passo por lá, viro o rosto para não chorar, porque ela encarna com exatidão a casa do avô de Manuel Bandeira: “...nunca pensei que ela acabasse... tudo lá parecia impregnado de eternidade”.

Ao contrário do meu avô, que vivia como um nababo, meu pai vivia modestamente. Morávamos em casas alugadas e ele mesmo dirigia seus automóveis, comprados sempre de segunda mão. O carro do qual nosso querido Odilon lhe falou, eu só o pude comprar

aos 28 anos de idade. Não era baratinha (carro de rico!) e sim um Renault rabo-quente, assim chamado porque tinha, antes do Fusca, o motor na parte traseira. Meus primos mais velhos tiveram bicicletas; eu tive apenas patinetes e velocípedes! Como no poema de meu amigo Cassiano Nunes, “a mágoa ficou secreta / calar foi sinal de tino / manter posição discreta / meu pai legou-me este ensino / se eu tivesse bicicleta / como tem qualquer menino / ele acharia um desatino”. O Renault rabo-quente foi vendido quando, em fins de 1951 e por delito de opinião, fui dispensado de minhas funções de diretor da biblioteca da Faculdade de Direito e do curso de biblioteconomia, que fundei em 1949, na então chamada Universidade do Recife. Comprei dólares e mudei-me para Washington, mas esta primeira experiência nos Estados Unidos não deu certo e voltei desapontado, indo morar em João Pessoa, como contarei em outra oportunidade.

Em 1955, já residindo no Rio de Janeiro em um apartamento alugado na Avenida Mem de Sá, comprei na Mesbla uma bicicleta para ir à praia nos fins-de-semana: comprei-a consciente de que estava exercendo o que, em psicologia se chama mecanismo de compensação. Quando melhorei de vida, com o ingresso, por concurso público, na carreira de bibliotecário da Câmara dos Deputados, fui à loja da Sears, em Botafogo, e comprei uma lambreta italiana. Só em Brasília, alguns anos depois, pude voltar a ter um automóvel. Toda essa digressão foi para mostrar que não, tanto na infância como na juventude, não fui rico. Passei, ao contrário, por necessidades, é verdade que por haver herdado de meu avô paterno o hábito do consumismo e da indiferença pela poupança. Volto, agora, à minha infância recifense.

As lembranças que tenho da Várzea são muito esgarçadas. Recordo vagamente os apetrechos de caça e pesca do meu pai, as saídas de madrugada e o retorno no fim do dia com pacas, tatus e peixes, o alvoroço dos cães. Recordo-me gritando de dor com as

mãos queimadas num bueiro e o alívio que senti quando cobriram as queimaduras com folhas de algodoeiro. Recordo, também, a tragédia de um rapaz esmagado por um bonde em frente à nossa casa.

Em 1927 fomos morar na Rua do Cupim, nome de um clube abolicionista. O bairro deve ter sido um reduto anti-escravista, porque tem outras ruas com nomes de líderes abolicionistas, como Amélia e João Ramos. Na casa da Rua do Cupim – um velho chalé dentro de grande quintal – fui alfabetizado por uma professora particular, Generosa Perez, descendente de espanhóis radicados no Recife. Minha primeira recordação do Carnaval está associada à casa da Rua do Cupim, com minha irmã Aída e nossas primas Dolores e Carmem, fantasiadas de alsacianas para o corso, no carro aberto de meu pai. O corso era a principal atração do Carnaval recifense. Era lindo e perfumado por causa das fantasias, serpentinas, confetes e lanças-perfumes. Na minha memória da Rua do Cupim, também ficou gravada a surra de rebenque que meu pai me deu, por causa da “banana” que lhe dei, já não me lembro porquê. No quintal de nossa casa havia, entre outras fruteiras, uma goiabeira. Por causa de uma goiaba verde que comi, estive entre a vida e a morte. Minha mãe foi consultar um grande médico espírita, Dr. Romualdo Pimentel. Durante a consulta, ele mandou que ela voltasse logo para casa a fim de aplicar-me uma injeção, porque eu estava na iminência de ter uma parada cardíaca. Na mesma rua morava, num palacete, a família de Pedro Pontual, que era padrinho de meu irmão mais moço, Jorge. Da família Pontual só me lembro de Elza, que era soprano e cantava nas festas de aniversário do meu tio Arnulpho Lins e Silva, casado com a irmã mais velha de minha mãe, Albertina, que chamavam Tia Menininha. Tio Arnulpho foi promotor público em Quipapá e em Olinda. Elza Pontual cantava nas festas da Rua do Bomfim, ela mesma acompanhando-se ao piano. Muito anos depois, fui visitá-la em Boa Viagem, ela já viúva de um

cirurgião-dentista. Disse-lhe que me lembrava dela cantando, entre outras valsas, “Chiquita”. Cheguei a solfejar um trecho, mas ela respondeu que eu devia estar sonhando, pois jamais cantara “Chiquita” nem ouvira falar dela. Mas o grande maestro, pianista e compositor Nelson Ferreira me disse que se lembrava de uma canção estrangeira chamada “Chiquita”, que esteve muito em voga nos anos 20.

Por sugestão da professora Generosa Perez fui matriculado no jardim da infância da Escola Normal Pinto Júnior, fundada, e na época, ainda dirigida pelo educador Cândido Duarte. Evangelizado por uma catequista chamada Aureolinda, fiz minha primeira comunhão na matriz das Graças, em 13 de novembro de 1927. Tinha 6 anos e ainda usava cabelos longos “à Nazareno”. Não me lembro se foi em 1929 ou em 30, que nos mudamos para a praia do Pina, mas sei que na Revolução de 30, já estávamos lá, pois recorro-me de meu pai com o lenço vermelho dos revolucionários no pescoço. A casa em que moramos ficava na Avenida Boa Viagem. Muito recuada, tinha na frente coqueiros e cajueiros. Minhas diversões prediletas era empinar papagaios e tomar banhos de mar.

Descobri a infância e a poesia ao mesmo tempo, lendo “Evocação do Recife”, de Manuel Bandeira. Todos nós tivemos, como poeta, “a casa do meu avô” e também pensávamos que ela nunca acabasse porque “tudo lá parecia impregnado de eternidade”. Eu tive duas: a do meu avô paterno Ignácio Nery da Fonseca Filho e a de minha avó materna Elisa Maria Harris de Macedo. Eu era ainda menino, quando morreu minha avó paterna Maria Amélia, que pertencia à família Rego Barros. Lembro-me apenas da saída de seu corpo para o cemitério, com suas afilhadas acometidas de ataques histéricos. Como lembra Gilberto Freyre em *Ordem e Progresso*, esses ataques eram, desde o começo do século XX, muito freqüentes “à saída dos enterros e em face de outras situações dramáticas”. Não conheci o meu avô materno, José de Macedo, que era natural do

Rio Grande do Norte, como está escrito em sua lápide no Cemitério dos Ingleses: uma pedra de mármore branco encimada, também para atender o seu pedido, por um ramo de cajus (ele fora o primeiro fabricante de doce e vinho de caju). Mas me lembro muito bem de minha avó materna, Elisa Maria Harris de Macedo, que vivia com suas filhas solteironas Zilda (Tia Mocinha) e Celina (minha madrinha) do aluguel da casa e do que restava da antiga fábrica de doce e vinho de caju. Ela nascera em New Castle upon Tyne e fora para Caicó com os ingleses da Machine Cotton. Tinha os olhos azuis-claros, era gorda e muito braba. Meu avô morreu muito cedo, de tuberculose pulmonar, e ela teve de educar sozinha suas cinco filhas e quatro filhos. Educara-os à maneira inglesa, com professores particulares, natação e remo. Subiam remando o rio Beberibe, de Santo Amaro a Olinda. Eram, por isso, muito fortes e corados. Sabia atirar de revólver e deu uma surra no filho mais velho e já casado. Todo aquele terreno que vai da Ponte de Limoeiro até a Casa do Marinheiro pertenceu à minha avó. Os pequenos barcos que ainda hoje podem ser vistos ao pé da ponte me fazem pensar nos que minha mãe e seus irmãos usavam para navegar até a praia dos Milagres.

Foram duas casas – a de meu avô paterno na Soledade e a de minha avó materna em Santo Amaro – que alcancei em seu esplendor e acompanhei em sua decadência. É esta a triste poesia de minha infância: a das “coisas findas” das quais escreveu Carlos Drummond de Andrade que “muito mais que lindas / essas ficarão”.

DN – Você se sentiu tocado por Deus, pelo mistério, desde que tomou consciência da vida vivida e exemplificada?

ENF – Minha mãe – educada por beneditinas missionárias da Academia Santa Gertrudes de Olinda – fazia questão de batizar seus filhos na Igreja Católica, de prepará-los para os sacramentos da eucaristia e do crisma e de matriculá-los em colégios católicos. Ela mesma ia pouco às missas, talvez porque meu pai fosse neutro

em matéria de religião. Mas minha mãe tinha muita fé e alcançava grandes graças através de sua santa preferida, Teresinha do Menino Jesus. Uma das músicas que ela gostava de tocar ao piano era dedicada às rosas do Carmelo de Lisieux. Quem entrava em nossa casa da Rua Altinho (Madalena), via em lugar de destaque uma imagem da grande santa francesa.

Eu assistia com fervor às celebrações do Mês de Maio, no Ginásio do Recife, presididas pelo Padre Félix Barreto, onde concluí, em 1932, o curso primário. No Colégio Nóbrega – onde estudei de 1933 a 1939 – era obrigado a ir às missas dominicais, sob pena de ficar de castigo nas segundas-feiras. Mas eram missas do tempo em que os celebrantes ficavam de costas para os fiéis, enquanto estes rezavam o terço. Nunca me ensinaram o que é a missa! Mesmo assim, cheguei a receber a fita de Filho de Maria e a presidir a congregação mariana do colégio. Éramos também obrigados a fazer os retiros anuais na Vila Nóbrega, um casarão que ficava entre os coqueiros da praia da Piedade, na época muito deserta. Mas o pregador dos retiros só falava no inferno e nas penas eternas, do modo mais infantil. Os Jesuítas do Nóbrega eram excelentes professores de ciências e humanidades, mas a mensagem religiosa que transmitiam era negativa, aludindo mais ao suposto rancor de Deus para conosco do que ao grande “amor que move o sol e as estrelas”, como escreveu Dante. Enfatizavam mais a castidade do que a caridade, sem, entretanto, praticar o que pregavam, pois alguns deles viviam bolinando os meninos.

Tudo isso me fez deixar de ir à missa durante os anos em que fiz o curso pré-jurídico (1940-1941). Os padres mandaram dizer a minha mãe, por intermédio do noivo de minha irmã Amelinha, Francisco Esmeraldo de Melo, que havia deixado a Igreja por causa de Gilberto Freyre, cuja obra comecei a ler e admirar exatamente em 1940. Gilberto Freyre era, para os jesuítas portugueses, uma espécie de “diabo em figura de gente”. Com ele, entretanto, aprendi

mais sobre o cristianismo do que com os padres do Nóbrega. Pesa-me dizer isto porque vários deles me distinguiam com sua amizade. Refiro-me especialmente aos portugueses Antonio Lamego, Zacarias Tavares e Francisco Bragança e ao brasileiro Ademar Moreira.

Foi no carnaval de 1943, durante um retiro no Mosteiro de São Bento de Olinda – feito para pagar a graça de ter sido aprovado no exame de latim do vestibular da Faculdade de Direito do Recife – que passei a compreender o que significa aquela “presença de Deus nas almas”, a que se referiu Álvaro Lins numa carta que me escreveu na mesma época.

SN – Sua família também já está no Outro Lado. O que representaram Pai e Mãe e suas irmãs e irmãos?

ENF – Embora admirando meu avô paterno – por sua capacidade como empresário, suas idéias liberais (ouvira religiosamente o noticiário da BBC durante a Segunda Guerra Mundial), sua generosidade, pelo que me contava de suas viagens pela Europa e pelos Estados Unidos (“o país mais libérrimo do mundo”) – sempre me senti mais apegado à família de minha mãe, talvez por ter nascido com o tipo físico de minha avó inglesa (na família de meu pai todos eram morenos). Nascida em New Castle upon Tyne, o nome de solteira de minha avó era Elisa Maria Harris. Ela veio mocinha para Caicó (RN) com os ingleses da Machine Cotton e lá conheceu meu avô José de Macedo. Não sei porque vieram para o Recife e ele montou, em Santo Amaro, ao pé da Ponte de Limoeiro, a primeira fábrica brasileira de vinho e doce de caju. Os potes de porcelana do “Doce em Calda de Caju Brasil” vinham da Inglaterra e são, hoje, peças raras de colecionadores de antiguidades. Tivemos vários em nossa casa, mas, como no poema “Gesso”, de Manuel Bandeira, mãos estúpidas inadvertidamente os derrubaram e partiram. Minha avó e minhas tias solteironas gostavam muito de mim, porque era, como elas, alvo, louro e tinha olhos azuis. Quando menino, eu apreciava mais a casa delas do que

a de meus próprios pais. Também fui muito mais ligado a minha mãe do que a meu pai, inclusive porque ele deferia a ela a educação dos filhos. E o exemplo que ela nos dava era de dedicação total aos filhos, aos parentes pobres e aos doentes. Posso dizer que amava minha mãe e apenas respeitava o meu pai. Tanto que foi a ela e não a ele que revelei haver contraído minha primeira blenorragia.

Tive três irmãs – Aída (já falecida), Amelinha e Lúcia – e três irmãos – Jorge (já falecido), José Inácio e Paulo. Aída era a mais velha e muito aliterada. Recitava nos aniversários do meu avô paterno, em festas concorridíssimas, nas quais costumava tocar piano o grande maestro Manuel Augusto. Lembro-me dela recitando um poema no qual o pernambucano Eustórgio Wanderley parafraseava “Vozes d’África” de Castro Alves: “Deus, ó Deus, onde estás que não respondes / Qual Prometeu tu me amarraste um dia / Nesta casa maldita da titia...”.

SN – Por que você respira tanto a Poesia? Isso vem nos cantos e canções que você ouvia na infância? Quais as mais belas canções que ainda hoje você entoa na sua solidão de 80 anos?

ENF – Herdei de minha mãe o gosto pela poesia, música e pintura. Ela gostava de cantar, tocar piano e pintar. Teve Rachel Telles – filha do grande paisagista Telles Júnior – como professora particular de pintura. Mas apenas copiava quadros célebres. Lembro-me dela recitando o poema “Ilusões da Vida”, creio que de Luis Guimarães Filho: o mais antigo de que tenho notícia: “Quem passou pela vida em branca nuvem / E em plácido repouso adormeceu / Quem não sentiu o frio da desgraça / Quem passou pela vida e não sofreu / Foi espectro de homem, não foi homem / Só passou pela vida, não viveu”. E cantando “Talento e Formosura” ou “Canção da Felicidade”: “Felicidade, porque vieste / Se após partiste, não mais voltaste / A minha vida tornou-se agreste / Pois a saudade tu me deixaste / Felicidade, tu não conheces / A dor que brota de uma saudade / Felicidade, se tu vieste / Por que te foste, Felicidade?”

/ Eu te quis tanto porque julgava / Que te chegasses não mais saíriás / Que sempre fosses a minha escrava / Que me alongasses pelos meus dias / O meu martírio não tem mais fim / Quando me lembro que te aspirei / E que brilhaste no meu jardim / Como coroa de inútil rei”. De outra canção que minha mãe cantava só me lembro desta estrofe: “Ó mar tu tens segredos tais / Que ninguém descobrirá / Em teu abismo profundo / Ninguém neste mundo / Penetrará”.

Meu pai comprou para nós o *Tesouro da Juventude*, em cujos volumes tomei conhecimento das obras-primas da literatura universal. Conheci no Colégio Nóbrega um professor português chamado Herculano Rebordão. Era da Beira Alta e foi, depois, adido cultural da embaixada portuguesa no Rio de Janeiro. Publicou um livro no qual havia um poema com estes versos que decorei, pensando em minha mãe: “Saudosos tempos dos serões da Beira [...] Lá dentro era a carícia da lareira / Lá fora o triste vento a ventear [...] Serões da Beira, vós viveis ainda / E ela cantando é cada vez mais linda / Na chama de meus olhos deslumbrados”.

SN – *O Recife Revisitado* – que você publicará agora – qual a geografia maior da surpresa e do encantamento?

ENF – As melhores recordações do Recife de minha infância e mocidade: os dias passados com minha avó Elisa e minhas tias Celina, Zelda, Zilda, numa casa do bairro da Estância, perto da torre do Jequiá, onde atracavam os dirigíveis Zeppelin e Hindenburg; os banhos-de-mar, os papagaios de papel na praia do Pina, os carnavais, com corsos, fantasias, serpentinas e, sobretudo, lanças-perfume (“Felizmente existe o álcool na vida / E nos três dias de carnaval éter de lança-perfume”, como escreveu Bandeira no impressionante poema “Na Boca”); a Festa da Mocidade, sobretudo pelo “globo da morte” e pela “cabeça-que-fala”, o **footing** nas tardes de sábados na Praça do Derbi, e nas noites dos domingos na Rua Nova; o primeiro baile em que dancei com minha prima Alice Roma,

no Clube de Tênis de Boa Viagem; as primeiras experiências sexuais com Marina, no Beco do Padre Inglês; o primeiro beijo na boca; a leitura, em comum com Rubem Franca, dos romances de Victor Hugo; a primeira leitura de *Casa-Grande & Senzala*; o retiro do Mosteiro de São Bento de Olinda durante o carnaval de 1942; os passeios de trole, entre a Praça da Boa Viagem e a igreja da Piedade; as primeiras leituras de Manuel Bandeira e de Fernando Pessoa; a primeira leitura de *Os Moedeiros Falsos*, de André Gide; a primeira leitura do *Diário de um Pároco de Aldeia*, de Georges Bernanos; a primeira leitura de *A Montanha dos Sete Patamares*, de Thomas Merton; a primeira leitura de *A Agonia do Cristianismo*, de Miguel de Unamuno; a primeira leitura de *O Grande Meaulnes*, de Alan Fournier; a descoberta de Thomas Edward Lawrence, através de um ensaio de Otto Maria Carpeaux; as aulas de alfabetização de recrutas na Escola regimental do 14º R.I. em Socorro; as amizades de Pedro Veloso, Deolindo Tavares, Otávio de Freitas Júnior, Gilberto Freyre, Aníbal Fernandes, Eros Martins Gonçalves, Murilo Costa Rego, Hélio Mendonça, Dom Gerardo Martins.

SN – Esta memória de elefante, irrefreável mesmo, que versos guardou?

ENF – Os poemas que sei de cor são, naturalmente, os que mais li; e se mais os li foi porque mais me impressionaram. Começo com “Epitáfio que não foi gravado”, de Felipe d’Oliveira, poeta pouco conhecido, nascido no Rio Grande do Sul, radicado no Rio de Janeiro e falecido, aos 42 anos, em Auxerre, perto de Paris, num acidente de automóvel. Gilberto Freyre disse que ele tinha, como o poeta inglês, um “rendez-vous” com a morte e não era de seu feitio de gentil-homem faltar a um encontro com “dama de tão alta categoria no drama do ser humano”. “Balada do Mangue”, de Vinícius de Moraes; “Evocação do Recife”, “Cotovia”, “Momento num Café”, “Maçã”, “Gesso”, “Na Boca”, “Noturno do Morro do Encanto”, “O Crucifixo”, “Arte de Amar”, vários sonetos de Manuel

Bandeira; “Consolo Na Praia”, de Carlos Drummond de Andrade; “Procissão” de Deolindo Tavares; “Escrito num livro abandonado em viagem”, “Soneto já antigo” e “Dobradas à moda do Porto”, de Fernando Pessoa; “Paz dos túmulos”, um soneto de Augusto Frederico Schmidt que acaba assim: “E se não foste o amor, foste decerto / A casa simples, o pomar, o abrigo / O porto que acolheu a nau transida” e a “Ode” do mesmo autor que assim começa: “Eu te falarei dos grandes instantes em que tua cabeça adolescente adormeceu cansada sobre os meus ombros”; de Elizabeth Barrett Browning um dos sonetos traduzidos por Manuel Bandeira: “How do I love thee, Let’s count the ways” e que, na transcrição bandeiriana, teve o primeiro verso eliminado para começar dizendo logo como e de que forma ela amava seu marido e também poeta Robert Browning; “Art Poétique” de Verlaine, “Brise Marine” de Mallarmé; “Sou le pont Mirabeu” de Guillaume Apollinaire.

SN – Você também canta muito bem? E é um grande ator? Causeur etc.? Por que não se realizou nessas vocações surgentes?

ENF – Quando jovem, queria ser cantor de rádio. Imitava Carlos Galhardo. Cantei e fui aplaudido no programa “Valores Desconhecidos” da PRA-8, Rádio Clube de Pernambuco. Tive a honra de ser acompanhado, tanto nos ensaios como na exibição, pelo grande Nelson Ferricira. Nessa época só apreciava música popular, como “Tens Razão”, “Meu Romance” (cantado por Orlando Silva), “O Cigano” (cantado por Francisco Alves), “O Arlequim de Toledo” (cantado por Ângela Maria). Depois, um amigo e colega de curso ginásial que já evoquei em *O Recife Revisitado* – o depois médico em Triunfo, Artur Leal Diniz – me ensinou a gostar de música erudita, em audições discográficas na casa de Ruy Antunes, então meu colega na Faculdade de Direito. Desde que ouvi pela primeira vez a *Tocata e Fuga em Ré Menor* de Bach, adotei-a como minha música preferida, embora eu também goste muito das sonatas de Beethoven (principalmente a que inclui a Marcha

Fúnebre), do “Sonho de Amor” de Liszt, de um dos “Scherzos”, do “Estudo Revolucionário” e de vários noturnos de Chopin, de Schubert, de Brahms, de Mozart, de Eric Satie, de Manoel de Falla. Hoje em dia, ouço muitas vezes sem me cansar, o coro dos escravos da ópera *Nabuco* de Verdi. Não sou muito de óperas, mas gosto de rever, em **laser disc**, a mesma ópera, encenada nas termas de Verona. Ainda hoje gosto muito de cantar, tanto quanto de recitar.

Somente fui ator porque Hermilo de Borba Filho precisava de um, muito alto, na peça de Ariano Suassuna *Cantam as Harpas de Sião*, um anunciador que aparecia no início e no fim da cena, vestido com uma túnica branca, e dizendo um poema que começava assim: “Alguém morreu na estranha madrugada”. Era o começo do Teatro do Estudante de Pernambuco, e recebi elogios de Pascoal Carlos Magno, em artigo no *Correio da Manhã*. Não prossegui como cantor e ator porque passei a apreciar mais a condição de espectador. Ao contrário do que pensam e dizem alguns amigos e amigas, não gosto muito de aparecer ou me exhibir. Se o faço, às vezes, é para divulgar meus poetas preferidos, pela satisfação de fazer com que sejam amados pelos outros.

Nelson Pereira dos Santos, sabe como relutei em ser o narrador dos quatro documentários que ele dirigiu sobre Gilberto Freyre e *Casa-Grande & Senzala*. Queria ser apenas o co-autor dos roteiros. O papel de narrador me foi imposto e só o desempenhei da melhor maneira possível por amar Gilberto Freyre – cuja vida eu conheci muito bem – e sua obra, da qual já sabia muitos trechos de cor. Também porque Nelson é, além de competente cineasta, uma grande figura humana. As filmagens exigiram um esforço físico superior às forças de minha idade e às crises de melancolia e de verdadeira acídia que me atormentavam desde rapaz: algo como aqueles satânicos tormentos de que fala São Paulo na segunda carta aos Coríntios. As viagens a Nova York (cidade que adoro!) e a Portugal (país que amo e admiro!) poderiam compensar tudo, mas

não havia tempo para passeios ou visitas aos amigos, era tudo muito corrido: sair dos hotéis às 8 da manhã (em pleno inverno, com as cidades ainda escuras) e voltar às 5 da tarde, sem sextas, era muito para os meus então já quase oitenta anos. A imprensa do Rio e de São Paulo elogiou muito nosso trabalho, mas tive o enorme desgosto de saber que os filhos de Gilberto Freyre não gostaram.

SN – O monge que o habita e o dionisíaco que o assedia, como isso se conjuga?

ENF – O grande sergipano Sílvio Romero deu a um de seus livros um título que muito me agrada: *Minhas Contradições*. Também as tenho e até as cultivo. Sou, ao mesmo tempo, místico (a comunhão eucarística e o ofício divino me unem a Deus por seu filho Jesus Cristo) e sensual (isto é, sensível aos prazeres do corpo). Meu amigo Cassiano Nunes (grande poeta que adora viver pobremente, hospedar-se em hotéis miseráveis e vestir-se descuidadamente) manifestou sua estranheza pelo fato de eu me sentir atraído pelos claustros e, ao mesmo tempo, gostar de vestir-me bem, de usar perfumes franceses e de beber os melhores uísques. Quando a cineasta Vanessa Menescal me perguntou, no filme que fez a meu respeito, se sou vaidoso, respondi que não sou, pelo simples fato de não gostar de meu tipo físico, pois desejaria ser moreno, como a maior parte dos brasileiros (gosto muito do verso no qual Manuel bandeira fala de “um anjo moreno, violento e bom – brasileiro”. O que sou é hedonista, menos como filosofia do que como vivência.

Devo esclarecer minha condição de católico dos chamados praticantes. Sou religioso de comunhão diária, mas detesto a beatice. Acho horrível a palavra “carola”. Gosto de rezar e de fazer sexo. Gostei muito de ser professor, mas sempre detestei a pedagogia. Adoro a solidão e o silêncio. Já gostei muito de carnaval, mas hoje o detesto, porque o silêncio é um dos meus valores supremos. Detesto multidões e sou, por isso, inadaptado numa época multitudinária, como a chamou Fidelino de Figueiredo. Detesto

pessoas mal educadas, sobretudo as que falam alto. Creio que sou mais apolíneo do que dionisíaco.

SN – Diga um verso que seria o mais alto da memória afetiva da humanidade.

ENF – É o último verso da *Divina Comédia*: “l’amor que move il sole e l’altre stelle” (o amor que move o sol e outras estrelas).

SN – Você não se nega a nada que tenha a definição de bom gosto. É um “lord”, no sentido inglês, de instantes subitâneos de expressão e, ao mesmo tempo, de calada e escondida ternura para com amigos e coisas para tantos – a maioria – sem importância.

ENF – Bondade sua, meu caro Sanderson. Não me superestime! Sou muito consciente de minhas limitações morais e intelectuais. Tenho muito medo do ridículo. Há um verso de Fernando Pessoa que me fala muito ao coração: “Fui como ervas e não me arrancaram”. Tive, por duas vezes, oportunidade de me aproximar do poder. Primeiro, em 1964, quando meu amigo Luis Viana Filho foi ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência da República e me apresentou ao Presidente Castelo Branco, que desejava meus serviços na biblioteca do Palácio da Alvorada. Dei sugestões por escrito e encerrei o assunto. Depois, em 1986, sendo Presidente José Sarney, fui requisitado à Universidade de Brasília, sem pleitear nada, para, como especialista em biblioteconomia, trabalhar nos projetos “Memória dos Presidentes da República” e “Conjunto Cultural de Brasília”. Quando Fernando Collor foi eleito, fui procurado por uma advogada alagoana por ele designada para dar continuidade aos projetos. Ela me disse que esperava contar comigo, mas preferi solicitar à UnB uma licença sabática, a que tinha direito, e vim escrever, em Olinda, minha *Introdução à Biblioteconomia*, editada em 1991, quando eu, ainda em gozo de licença, fui aposentado por limite de idade. Não escrevo por vaidade e, sim, por necessidade íntima. Não procuro glórias literárias. Sinto que “meu reino não é deste mundo”. Defino-me existencialmente como Carlos Drummond de Andrade, em “Vida Menor”, poema do livro *A Rosa do Povo*.

**Não o morto nem o eterno ou o divino,
apenas o vivo, o pequenino, calado, indiferente
e solitário vivo.**

Isso eu procuro.

SN – Mande um recado imediato para Odilon Ribeiro Coutinho. E qual o verso de Bandeira que você utilizaria como mensagem derradeira neste mundo tão rápido?

ENF – Meu recado a Odilon é igual ao que Michel de Montaigne escreveu de seu amigo Etienne de la Boétie: desde que te perdi arrasto-me desalentado; e até os prazeres que me oferecem, só fazem aumentar a amargura de tua perda. Como costumava dizer meu amigo Dom Basílio Penido, “ao contrário do que disse o poeta Manuel Bandeira, em momento de desencanto, a **vida vale a pena e a dor de ser vivida**”.

SN – Por que você não ficou na abadia de Getsêmani, quando conheceu Thomas Merton e não pôde com ele dialogar? Finalmente, o que faltou para você se decidir pelo mosteiro?

ENF – Minha vocação monástica surgiu durante o retiro que fiz no Mosteiro de São Bento de Olinda durante o carnaval de 1942. Conversei com Gilberto Freyre sobre o assunto e ele me aconselhou a entrar no mosteiro, dizendo uma coisa que nunca mais esqueci: “consagrar-se inteiramente a Deus é a mais bela decisão que uma pessoa pode tomar”. No mesmo ano, li no livro de Otto Maria Carpeaux *A Cinza do Purgatório* esta frase que muito me impressionou: “Às vezes, o mosteiro é a única solução”. Eu estava prestes a entrar no Mosteiro quando fui convocado pelo Exército e fui servir no 14º R.I. Depois de muitas humilhações como recruta, consegui matricular-me no CPOR por ser estudante universitário. Dois anos depois, voltei ao 14º R.I. como aspirante-a-oficial. Deram-me um pelotão para treinamento de comando e senti-me realizado como instrutor de recrutas, alguns dos quais aprenderam

comigo a ler e escrever, na Escola Regimental, que funcionava à noite. Esta experiência e o conhecimento da vida e da obra de T. E. Lawrence – que fiz orientado por um belo ensaio de Otto Maria Carpeaux – contribuíram para que eu passasse a gostar da vida militar e a desinteressar-me da vida monástica. No estágio de aspirante, aprendi a nadar, a cavalgar e a jogar futebol, coisas que nunca fizera antes. Passei a cuidar de meu corpo, expondo-me ao sol tropical com óleos vegetais, como o personagem de *O Imoralista*, de André Gide. Descobri, então, a beleza de outros corpos, as curvas sensuais, o que o poeta Cassiano Nunes chamou de “mistério do redondo”.

Quando a guerra acabou, fui promovido a 2º tenente e licenciado. No meio da euforia geral do armistício, senti que estava vivendo a experiência do nada. Não tinha mais vocação monástica nem queria voltar para a Faculdade de Direito, com seus professores medíocres e policiais, fantasiados de estudantes. A leitura de filósofos existencialistas contribuiu para aumentar meu pessimismo. Kierkegaard, Gabriel Marcel, Unamuno. Senti-me como T. E. Lawrence ao chegar vitorioso a Damasco: a lembrança do amigo morto empanava as galas da vitória. “Um niilismo decente é minha última esperança”, escreveu ele numa carta. Foi, então, que surgiu, como tábua de salvação, o convite de José César Regueira Costa para estudar biblioteconomia no Rio de Janeiro.

Falarei depois do que o curso de biblioteconomia representou em minha vida. Agora, o que devo recordar a propósito de sua pergunta, é meu encontro no Rio de Janeiro com três monges beneditinos: o primeiro foi Dom Basílio Penido, que me aconselhou a entrar imediatamente em sua abadia de Nossa Senhora do Monserrate; o segundo foi Dom Gerardo Martins, pernambucano, que depois de formar-se em engenharia, foi recebido como noviço pelo abade Dom Pedro Roeser em Olinda, tendo transferido posteriormente sua estabilidade para o mosteiro do Rio de Janeiro; havia construído um mosteiro em Garanhuns e, quando o conheci,

era professor de literatura do Colégio de São Bento; com este aprendi muita coisa de literatura e artes plásticas (ele era amigo de escritores e artistas); o terceiro foi Dom Clemente da Silva Nigra, arquivista-mor da Congregação Beneditina do Brasil, consultor do IPHAN e autor de muitos ensaios sobre arte sacra; este desaconselhou-me firmemente a entrar no mosteiro e muito contribuiu para criar meu maniqueísmo, fazendo-me ler o livro definitivo de Augusto Adam *O Primado do Amor*.

Durante o curso de biblioteconomia, freqüentei assiduamente o mosteiro do Rio de Janeiro, que tinha uma comunidade de intelectuais, como os próprios abades Thomas Keller e Martinho Michler. Freqüentei também o Centro Dom Vital, ouvi conferências de Gustavo Corção e segui um curso de liturgia a cargo de Dom Clemente Isnard. Passei dias inesquecíveis com Dom Basílio Penido, em Três Poços, cidade tradicional do Rio de Janeiro, onde funcionava a Escola Teológica da Abadia de Nossa Senhora do Monserrate. Dom Basílio achava que eu tinha todas as aptidões para a vida monástica e, quando eu resistia, ele citava a parábola dos talentos (Mateus 25, 14-30 e Lucas 19, 11-27), de acordo com a qual temos obrigação de multiplicar o que Deus nos dá. Resisti ao cerco e, concluído o curso de biblioteconomia, voltei ao Recife, onde vivi até 1951, sem me lembrar mais do mosteiro.

Estava na Paraíba, de 1952 a 1953, quando saiu a edição brasileira de Thomas Merton *A Montanha dos Sete Patamares*. A leitura deste livro fez renascer em mim o interesse pela vida monástica. Escrevi sobre ele e enviei ao autor um recorte do meu artigo, publicado pelo *Diário de Pernambuco*. Quem me respondeu foi o monge brasileiro da mesma abadia, Dom Sylvanus de Aguiar. Li os outros livros de Merton. Colecionei os calendários anualmente editados pela abadia de Getsêmani. Comprei o disco com gravação pelos trapistas de cantos gregorianos. Em janeiro de 1954 mudei-me para o Rio de Janeiro, voltando a freqüentar seu grande e belo

mosteiro. Em abril de 1960 fui obrigado a mudar-me para Brasília, onde ainda não havia uma comunidade monástica. A abadia beneditina de Atchison (Kansas) tentou estabelecer um mosteiro na então nova capital do Brasil, mas o arcebispo não se interessou. Os monges norte-americanos se dispersaram pelo interior de Goiás e acabaram fundando um priorado na cidade de Mineiros.

Em 1981, quando vim passar uma temporada no Recife, requisitado à UnB pela Fundação Joaquim Nabuco, voltei a sentir-me atraído pela vida monástica. Conversei com o abade de Olinda, que era, desde 1964, Dom Basílio Penido. Ele me disse que me receberia se eu insistisse, mas advertiu-me para as dificuldades que eu, já sessentão, enfrentaria, sem poder mais comprar livros, discos, uísque e perfumes importados. Lembrou-me o caso do escritor Joris-Karl Huysmans e aconselhou-me a fazer o que fez o autor de *À Rebours*: tornou-se oblato beneditino e foi morar perto da abadia de Ligugé. Foi assim que, depois de morar dois anos na praia da Piedade, tornei-me oblato do Mosteiro de São Bento de Olinda e vim, em 1984, morar na Rua de São Bento.

Respondendo mais diretamente à sua pergunta, direi que “para me decidir pelo mosteiro”, faltou coragem de renunciar a meu consumismo hedonista. Um dia, conversando sobre o assunto com meu amigo, médico já falecido, Ruy João Marques, disse-lhe que me custava perder minha biblioteca e ele respondeu que, no mosteiro, eu teria, além da minha, a do mosteiro. Quando falei em entrar no mosteiro com o então reitor José Carlos de Azevedo, a reação dele foi a do Físico que é, doutorado pelo MIT: “Veja quantos metros quadrados tem sua casa, compare-os com os da cela monástica e responda se poderia viver em espaço tão exíguo”. Para Dom Basílio Penido eu não seria mais monge do que muitos que fizeram profissão solene e até foram ordenados sacerdotes, o que me faz lembrar de Renan em suas *Souvenirs d’Enfance et Jeneusse*: “Não me ordenei sacerdote, mas serei sempre um padre de coração”. Visitando a

abadia de Monte Cassino, Hippolyte Taine elogiou o que São Bento fez para facilitar a vida dos que têm fé, proporcionando-lhes a ordem e o silêncio propícios à criação científica, literária e artística; e perguntou se a ciência, a literatura e a arte não poderiam inventar um ambiente igual para seus cultores, o que chamou de “Monte Cassino laico”. Mas o fato é que os mosteiros não existem para amparar cientistas, escritores e artistas e, sim, para proporcionar a vida contemplativa, através dos ofícios divinos. É verdade que em ambientes monásticos vicejaram cientistas como Gregor Mendel, artistas como Giotto e escritores como Thomas Merton. Mas são exceções.

SN – Há em você uma memória profunda de figuras, literárias e humanas, que você conheceu e descobriu. Analise-as.

ENF – Os escritores que mais me influenciaram foram, na ordem em que os conheci ou li, Victor Hugo, Álvaro Lins, Gilberto Freyre, André Gide, Manuel Bandeira, Antonio Nobre, Jorge de Lima, José Lins do Rego, Carlos Drummond de Andrade, Augusto Frederico Schmidt, Murilo Mendes, Otto Maria Carpeaux, T. E. Lawrence, Georges Bernanos, Thomas Merton, Fernando Pessoa, Fidelino de Figueiredo, David Mourão-Ferreira – como se vê, uma salada geracional, ideológica e temática.

Álvaro Lins foi meu professor de história da civilização nos anos de 1938 e 1939, os últimos do antigo curso ginasial. Não sabia que ele era ou seria escritor. Gostava de ouvi-lo, depois das aulas, sobre escritores nacionais ou estrangeiros. Eu achava a literatura incompatível com a religião, pelos exemplos que tinha no próprio colégio, com o bom do Padre Vilas Boas chamando Eça de Queiroz e Émile Zola de **patifes** (sic). Mas ele me advertiu para o engano de julgar a Igreja Católica pelos versos ruins do Padre Sales, então vigário da paróquia da Soledade. E me lembrou que Dante e Claudel eram católicos. Em dezembro de 1939 a editora José Olympio publicou sua *História Literária de Eça de Queiroz*, que li com grande

entusiasmo por constatar o que ele mesmo escreveu ao iniciar seu itinerário de crítico no *Correio da Manhã*, isto é, que um católico pode ser o mais independente dos críticos. Entretanto e para meu enorme desapontamento, ele foi expulso do corpo docente do colégio exatamente por causa da *História Literária de Eça de Queiroz*, livro no qual mostra que, embora revoltado contra a decadência do clero português, Eça de Queiroz salvou-se como artista, ao apresentar um padre devasso porque forçado pela mãe a ser padre e outro virtuoso por ser verdadeiramente vocacionado.

Decepcionado, Álvaro Lins transferiu residência para o Rio de Janeiro e iniciou, no ano seguinte (1940), sua brilhante trajetória de crítico hebdomadário de um jornal como o *Correio da Manhã*. Os rodapés de Álvaro Lins foram muito importantes para mim, tanto do ponto de vista literário como do religioso.

Conheci depois (1941) Gilberto Freyre, de quem já era leitor assíduo e admirador incondicional. Deu-me logo a impressão de um homem superior sob todos os aspectos. Pela obra que então já produzira, pelos prêmios que conquistara, pelos discípulos que o amavam, podia impor-se aos mais moços e despreparados como eu, mas, em vez disso, tratava-nos como iguais, gostava de ouvir-nos, provocava até confidências. Meu condiscípulo Carlos Humberto Carneiro da Cunha costuma dizer que havia entre nós e Gilberto uma relação de ida e volta, pois nós precisávamos dele tanto quanto ele precisava de nós, por sermos bons recipiendários de seus exemplos e de suas lições.

Dentre os intelectuais que viviam no Recife dos anos 40, guardo especial recordação de Deolindo Tavares – o primeiro poeta que conheci pessoalmente e de quem me tornei amigo íntimo –, Otávio de Freitas Júnior – psiquiatra de grande competência, inteligência, erudição e sensibilidade, influenciado por Gilberto Freyre (que prefaciou seu primeiro livro *Ensaio de Crítica de Poesia*) e por Mário de Andrade (que prefaciou seu segundo livro *Ensaio do*

Nosso Tempo, – Willy Lewin – filho de um judeu alemão e católico dos mais esclarecidos, possuidor de grande biblioteca literária, poeta bissexto e autor de belos artigos sobre escritores franceses e ingleses, reunidos no livrinho *Ensaio de Circunstância* (João Cabral de Melo Neto dizia que era diplomado pela biblioteca de Willy Lewin, a quem dedicou seu primeiro livro, *Pedra do Sono*, por ele prefaciado) –, Vicente do Rego Monteiro – que em 1940 organizou com Willy Lewin o Congresso de Poesia e nos servia em sua casa da Rua Visconde de Suassuna uma cachaça por ele mesmo fabricada –, Mauro Mota – de quem fui quase vizinho na Madalena e muito amigo –, Aníbal Fernandes – que foi meu professor de literatura no segundo ano do curso pré-jurídico do Ginásio Pernambucano, emprestando-me livros de sua biblioteca particular e me abriu generosamente as portas do *Diário de Pernambuco* –, Gilberto Lopes de Moraes – que foi marxista e, depois, existencialista, com quem aprendi a admirar o Spranger das *Formas de Vida* e o Spengler da *Decadência do Ocidente* – e Odilon Ribeiro Coutinho, empresário e homem de letras, exemplo magnífico de rico generoso e que me causava inveja porque entrava nas livrarias e podia comprar todos os livros que lhe interessavam.

SN – Gilberto Freyre, tão solitário, não teria encontrado em você o irmão mais moço que continuaria a amizade que ele tinha, por exemplo, com José Lins do Rego?

ENF – Gilberto Freyre não era tão solitário quanto se dizia. O título de solitário surgiu quando ele passou a morar em Apipucos, que era, nos anos 40, um subúrbio pouco povoado e de acesso não tão fácil como hoje. Mas ele mesmo afirmou ter sido sempre um homem de muitos amigos. Amigos mais velhos, como Estácio Coimbra, José Américo de Almeida, Júlio Belo, Odilon Nestor, amigos de sua geração, como José Lins do Rego, Olívio Montenegro, Sílvio Rabelo, Aníbal Fernandes, Manuel Bandeira, Gastão Cruls, Anísio Teixeira, José Olympio, Otávio Tarquínio de Souza, Lúcia

Miguel Pereira; amigos mais moços como Odilon Ribeiro Coutinho, Renato Carneiro Campos, José Antonio Gonsalves de Mello, Murilo Costa Rego, Carlos Humberto Carneiro da Cunha, José Gonçalves de Medeiros, Paulo Rangel Moreira e até o então ainda adolescente Evaldo Cabral de Mello.

Não creio que ele tenha encontrado em mim uma espécie de sucessor de José Lins do Rego, mesmo porque eu não tinha nem tenho o nível de um romancista como o autor de *Fogo Morto*. Ele mesmo escreveu, quando José Lins do Rego morreu, que houve entre eles uma influência mútua. Ora, a mim ele influenciou – e muito! – mas eu não tinha como influenciá-lo, salvo quando sugeri, na Semana Santa de 1987, que ele recebesse os sacramentos da reconciliação, da eucaristia e dos enfermos. É claro que ele percebia quanto eu o admirava e era grato por isso.

Lamento muito não ter conseguido fazer com que ele gostasse de Fernando Pessoa, de Jorge Luis Borges e de Teilhard de Chardin. Ele achava Pessoa e Borges muito literaturizados. E foi injusto com Teilhard ao acusá-lo de racionalizar a fé, sem conhecer evidentemente, o místico de *La Messe sur le Monde*. Eu defendi Teilhard num artigo sobre *Insurgências e Ressurgências Atuais* – livro, aliás, dedicado a Odilon Ribeiro Coutinho, Paulo Rangel Moreira e a mim – e Gilberto me disse depois que dava a mão à palmatória, pois nem sempre acertava em suas intuições (sic).

Um livro que muito me marcou – e esqueci de mencionar ao responder a pergunta anterior – foi *A Descoberta do Outro* – de Gustavo Corção. Comprei um exemplar para Gilberto Freyre e ele, que adorava diários e confissões, me disse depois que não havia gostado. Muitos anos depois, quando eu já não admirava Corção, os dois se conheceram no Conselho Federal de Cultura e ficaram tão amigos que se elogiaram mutuamente em artigos de jornais. Mas me felicito por ter contribuído para que ele deixasse de antipatizar o grande Alceu Amoroso Lima, pedindo a este que colaborasse na

obra coletiva *Gilberto Freyre: sua Ciência, sua Filosofia, sua Arte* (1962) com o elogioso ensaio “Gilberto Freyre visto por um católico”.

SN – Você pouco revela, porque muito conhece – pouco expressa e fala, porque facilmente atinge o coração do mundo, das pessoas. Certo?

ENF – Não sei como responder a uma pergunta tão generosa. Minha auto-crítica chega ao limite do masoquismo. Sinto-me muito afinado com o santo bispo e mártir Inácio de Antioquia quando escreveu numa carta: “É grande minha experiência de Deus, porém mantenho-me moderado para não perecer por vanglória... não posso dar ouvidos àquilo que me torna orgulhoso. Os que me elogiam me flagelam”, e noutra carta: “Suplico-vos: não demonstrais por mim uma benevolência importuna”.

Tenho grande desprezo pelas glórias deste mundo: academias, medalhas, condecorações. Acho normal que a maior parte das pessoas as disputem. Mas eu – repetindo André Gide – não me considero igual aos outros. “Meu reino não é deste mundo” – esta é uma das afirmações de Jesus Cristo que mais me agradam. Mas sendo tão individualista, não deixo de ser solidário com os que sofrem. Sou extremamente sensível ao sofrimento das pessoas – sobretudo crianças – e animais. Não posso ir ao cinema para ver filmes em que aparecem crianças e animais sofrendo.

SN – Nos seus momentos de euforia, você não demonstra um sentimento de ajuda à tristeza que acompanha o homem? Há um momento de solidariedade – calada – diante do desacerto do mundo. O mistério do dia-a-dia o constrange. Você pretende sempre entender o Outro Lado; dói sua saudade de Deus, sua investidura sacerdotal diante da liturgia. E, em contradição a tudo isso, nada o prende nem o prendeu. Você é uma das pessoas mais livres que conheço.

ENF – Caríssimo Sanderson, não fui nem sou tão livre quando você imagina. Poderia sê-lo, porque não me casei (quem

pensa não casa nem entra no mosteiro). Mas criei, ao longo de minha vida, mais de uma servidão. Em Brasília, no ano de 1961, uma afilhada pobre foi-me entregue pela mãe que, em seguida, desapareceu no oco do mundo. Tinha apenas 1 ano e tentei criá-la em minha casa, mas não suportei o mau comportamento das empregadas. Confiei-a aos cuidados da avó, que era uma negra muito correta e compreensiva. Contribuí durante muitos anos para a manutenção e educação da menina. Acompanhei seu crescimento com amor e apreensão, pois a família morava em zona muito perigosa do Rio de Janeiro. Sempre que viajava de Brasília ao Rio, ia visitá-la em Parada do Lucas, lembrando o poema de Manuel Bandeira: “Parada do Lucas, o trem não parou / Ah se o trem parasse! Minha alma incendiada pediria à noite dois seios intactos / Parada do Lucas, o trem não parou / Ah se o trem parasse! Eu iria ao mangue dormir na escuridão das águas defuntas / Parada do Lucas, o trem não parou / Nada aconteceu / Senão a lembrança do crime espantoso que o tempo engoliu” (cito de memória). Alguns amigos me acompanhavam naqueles passeios e um deles me disse que eu iria para o céu por causa daquela menina que se chama Verônica e me convidou para ser padrinho de seu casamento, em São Paulo, com um corretíssimo engenheiro nissei, em 1992 (veja em anexo, o meu artigo “Padrinho e Afilhada”).

Mais recentemente, passei a responsabilizar-me pela manutenção e educação de um menino que tem hoje sete anos e é a pessoa a quem mais amo. Os pais se separaram e eu o adotei, lembrando-me do que minha mãe dizia: os padrinhos substituem os pais quando estes se separam. “Nada o prende nem o prendeu” é, portanto, uma frase que não se aplica a este “Prometeu Acorrentado”.

SN – Seu amor aos gatos expressa bem isso. O gato é o animal mais livre que existe. Você mesmo no instante maior da paixão, sente que restará o caminho para a liberdade. Você se sente ou não deste mundo? Para mim, não. E isso o faz sofrer.

ENF – Agora, querido Sanderson, você me acertou em cheio! Como já disse acima, “meu reino não é deste mundo” e isto me faz sofrer. Eu herdei de minha mãe o amor aos gatos. Ela sempre teve gatos. Lembro-me do penúltimo, que era todo cinza-azul e se chamava Sanhaçu. E da última, Katoucha, que apareceu morta alguns dias depois da morte de minha mãe: morreu de tristeza! Além de livres, como você observou muito bem, são elegantes, litúrgicos, silenciosos e sensuais.

SN – Nas suas viagens pelo mundo, diga didaticamente os lugares mais belos, significativos e que o surpreenderam por motivos diferentes.

ENF – Lisboa, tanto por causa de sua bela topografia e do sol que a ilumina quase o ano todo como pelos escritores que também a amaram. É verdade que os maiores amigos de Lisboa já morreram, fazendo com que a cidade me entristeça com a ausência deles: David Mourão-Ferreira, Antonio Quadros, Almerindo Lessa, Luis Forjaz Trigueiros, Fernando Melo Moser. Lisboa também me encanta por causa da Fundação Calouste Gulbenkian – um paraíso de arte e cultura na Avenida de Berna e arredores –, da Academia das Ciências, da Livraria Buchhölze, do Hotel Tivoli, da Sociedade Alexandre Herculano, do Museu das Janelas Verdes, da belíssima Praça do Comércio, da Casa de Fernando Pessoa e dos lugares por ele freqüentados: o café A Brasileira do Chiado e o restaurante Martinho da Arcada. Ainda tenho lá dois bons amigos: José Vitorino de Pina Martins (em cujo apartamento se cultivam os mestres do Renascimento, principalmente Pico de la Mirândola e Erasmo de Roterdã) e Antonio Tavares de Carvalho, que vive entre livros raros de um terceiro andar da Avenida da República, onde nasceu.

Porto, por causa de Antonio Nobre, do Mosteiro de São Bento da Vitória, das gaivotas pescando nas águas prateadas do rio Douro, dos solares para degustação do vinho-do-porto, em Vila Nova de Gaia, da casa amiga de Agustina Bessa Luis, dos meus saudosos

amigos Hilda e Edgar Rey, com os quais viajei por todo o Minho, Coimbra, Tarouca, Buçaco, Viana do Castelo.

Évora, por causa do mosteiro da Cartuxa “Escada do Céu”, onde as celas são pequenos apartamentos com oratório, copa, quarto e um pequeno claustro com seu jardim, onde os monges se enterram sem ataúdes no centro do grande claustro, sem nomes nem datas, onde tomei parte num ofício de Vésperas e degustei com o prior o licor Chartreuse Vert. Por causa, também, das ruínas do templo de Diana, da Pousada dos Loios e deste poema de Gilberto Freyre desentranhado por David Mourão-Ferreira do livro *Aventura e Rotina*:

ÉVORA

**Quando saí da biblioteca
a cidade já estava escura
e Évora, à noite, é ainda mais Évora do que
durante o dia.**

Vila Viçosa, pequena cidade amuralhada e um dos mais nobres santuários marianos do mundo. A imagem de Nossa Senhora foi coroada com a coroa dos reis portugueses. O palácio da família Bragança é impressionante. Mas o que mais me comoveu foi entrar no cemitério e ver o belo túmulo branco de Florbela Espanca.

Roma, por causa da basílica de São Pedro, da Capela Sistina, da biblioteca, da Pietá, do David, da catacumbas, do Coliseu, de São Paulo fora dos Muros, da Vila Adriana, da Praça Navona e, last but not least, do cemitério acatólico onde rezei nos túmulos de Keats e Shelley.

Nova York, por causa dos museus – Metropolitan, The Cloisters, MoMa, Phillips Gallery, Guggenheim, Smithsonian – da

catedral de São Patrício, da Biblioteca Pública, do Greenwich Village, do Central Park, das livrarias Brenano's e Rizzoli, dos poemas de Walt Whitman e do *Poeta em Nueva York* de Garcia Lorca.

Baltimore, por causa da Enoch Pratt Free Library, da Universidade John Hopkins – onde ouvi uma conferência de Arnod Toynbee – e do túmulo de Edgar Allan Poe, onde rezei este poema de Antonio Nobre (o único poema que Gilberto Freyre sabia de cor):

SENSAÇÕES DE BALTIMORE

Cidade triste entre as tristes.

Ó Baltimore!

Eu mal diria que na terra existes

Cidade dos poetas e dos tristes

Com teus sinos chamando:

Never more! Never more!

Os comboios relâmpagos voando

Pela cidade de Baltimore

Levam uns sinos que de quando em quando

Ferem os ares, o coração magoando

E os sinos clamam:

Never more! Never more!

Paris, por causa do poema de Guillaume Apollinaire “Sous le Point Mirabeau”, da catedral de Notre Dame, da Saint Chapelle, da Rue du Chat Qui Pêche, do Louvre, dos croissants e marrons-glacés.

Chartres, naturalmente por causa da catedral e da missa que lá assisti num Domingo de muito frio, lembrando dos alúbramentos de Charles Péguy, diante daquelas pedras e daquelas

vitrais. Em 4 vitrais de Chartres estão representados os 4 evangelistas sentados nos ombros de 4 profetas veterotestamentários (“se viram mais longe é porque estavam sobre ombros de gigantes”, como diz o aforismo atribuído a Bernardo de Chartres).

Bogotá, por causa da rara combinação do antigo com o moderno, do Museu do Ouro, da catedral do sal (imensa basílica construída dentro de uma montanha de sal gema). Também por causa da “onda viril de fraterno afeto” (Manuel Bandeira) em que fui envolvido pelo olhar de “um anjo moreno, violento e bom” (Bandeira outra vez).

Medellín, por causa do moderníssimo priorado beneditino lá construído por monges catalães, da Escuela Interamericana de Bibliotecologia, do Hotel Nutibara, cercado por lojas funerárias, porque lá descobri os grandes poetas colombianos, como Barba Jacob. Cidade industrial onde se fabrica rum e, por isso, cheia de bêbados pelas ruas. Fui um dia me confessar e o padre estranhou porque não cometi o pecado mais comum: “no se emborrachou?”.

SN – Na sua solidão de Olinda, quais os outros sinos que você ouve, além do Mosteiro de São Bento?

ENF – Na minha solidão olindense costumo ouvir, além dos sinos da basílica abacial, os sinos do poema de Manuel Bandeira:

Sino da Paixão – pela minha irmã!

Sino da Paixão – pela minha mãe!

Sino do Bonfim, que vai ser de mim?

A propósito, devo recordar que, em 10 de fevereiro de 1961, andando de manhã cedo pelo campus da Universidade de Harvard, tive a impressão de ouvir sinos e anotei isto em meu diário (cf. *Universidades, bibliotecas e museus*, 1964, p. 80-81). Pensei que era uma ilusão sonora, que aqueles sinos repicavam era dentro de mim. Mas soube depois que há, de fato, uma igreja católica no trajeto

entre o YMCA, onde eu estava hospedado, e a biblioteca central da universidade. Perto de Harvard está o famoso MIT, com sua moderníssima capela ecumênica. Cheguei com o sacerdote antes da hora e tivemos de esperar pelo fim do culto protestante. Na sacristia, o padre e o pastor se cumprimentaram cordialmente. Soube que na mesma capela haveria mais tarde um culto judaico. Esse respeito de uma confissão pelas outras me fez lembrar com amargura que o beneditino chamado para encomendar o corpo de minha mãe não pôde ir ao cemitério por ser este de confissão anglicana.

SN – Por que só agora você se interessa em publicar livros?

ENF – Porque durante a vida inteira tive de dar aulas, dirigir serviços e nos intervalos, cuidar da obra de Gilberto Freyre. Depois de completar 80 anos, achei que seria injusto comigo mesmo deixar no esquecimento o que escrevi sobre ele e outros escritores que me influenciaram ou despertaram minha admiração. Além do livrinho *Alumbramentos e Perplexidades*, no qual reuni o que escrevi sobre Manuel Bandeira, estão para sair: *Sub specie aeternitatis (vida monástica no Brasil e no mundo)* e *O Recife Revisitado* (crônicas sobre recifenses e recifensidades). *Gilberto Freyre de A a Z* e *Dois ensaios sobre Gilberto Freyre* estão, há dois anos, engavetados na editora Topbooks do meu amigo José Mário Pereira. *Sobre ombros de gigantes* foi entregue a meu amigo Marco Lucchesi (que conheci em Natal) para prefaciá-lo e procurar editor. No momento, estou digitando *O grande sedutor (escritos sobre Gilberto Freyre, 1945-2000)*.

SN – O caminho se faz caminhando? Ou dando as famosas topadas?

ENF – As duas coisas: caminhando e topando com as pedras “no meio do caminho” de que fala Carlos Drummond de Andrade. Quem não encontrou, no meio do caminho, as pedras drummondianas? Eu encontrei várias e, por isso, sempre digo comigo mesmo aquele verso patético: “Nunca me esquecerei desse acontecimento na vida de minhas retinas tão fatigadas”. Um foram

facilmente arrastadas para o lado. Outras não. Creio que já falei, respondendo a outra pergunta, das mulheres que queriam a força casar comigo: situações patéticas que tive de enfrentar. Uma delas, viúva que conheci em Brasília e mãe de um amigo, chegou a ameaçar suicidar-se! Veja você como o destino joga pedras em nosso caminho!

Mas na solidão de meus oitenta anos, olhando para o longo caminho percorrido, graças a Deus não vejo somente pedras. Vejo pessoas das quais posso dizer como Augusto Frederico Schmidt num de seus sonetos:

**E se não foste o amor, foste decerto
A mesa simples, o pomar, o abrigo,
O porto que acolheu a nau transida.**

Ou como o mesmo Schmidt escreveu numa ode:

**Eu te falarei dos grandes instantes em que tua cabeça
adolescente adormeceu cansada sobre os meus ombros.**

SN – Na vida só existe um caminho. O resto são veredas. Concorda?

ENF – Concordo. Uma das passagens mais impressionantes do Evangelho, segundo São João, está no início do capítulo 14, quando Jesus diz que “na casa do Pai há muitas moradas”, sendo interrompido por Tomé que alegou não conhecer o caminho para elas; e Jesus respondeu: “Eu sou o caminho, a verdade e a vida” (João, 14, 6). O único caminho é, portanto, Jesus Cristo. Tudo o mais – mesmo as pessoas que mais amamos – são veredas que nos conduzem ao “grande sertão” rosiano. As veredas do amor sempre nos conduzem a Jesus, na mesma medida em que as do ódio nos afastam do Seu convívio.

Meu caro Sanderson: concludo esse depoimento em 24 de novembro de 2002, solenidade de Nosso Senhor Jesus Cristo, Rei do Universo. Gosto muito desta festa com a qual termina o ano litúrgico. O próximo Domingo já é o primeiro do Advento. Desde as primeiras Vésperas de ontem me sinto envolvido pela idéia fortíssima (“Uma idéia fortíssima entre todas menos uma habita o meu cérebro noite e dia”, como dizia Murilo Mendes) do Cristo Rei. E todos os anos eu me recordo de uma carta de Otto Maria Carpeaux a Álvaro Lins na qual ele fazia, ainda em francês e de São Paulo – onde ninguém se apercebeu de sua grandeza – este convite no qual mencionava palavras do prefácio da missa de hoje (cito de memória): “Et bientôt, dans la fête de Christ-Roi, nous priérons en commun pour le **regnun veritatis et vitae; regnun sanctitatis et glorieae; regnun justiae, amoris et pacem**” Tudo indica, infelizmente, que o reino de Cristo não foi realizado em termos sociais. O mundo atual só tem veredas. Temos de nos resignar a sermos, como Santa Teresa, “Sola com el Solo”.

NB – Não vou fazer revisão para não me arrepende e jogar tudo fora. ENF

Padrinho e Afilhada

Os pais da menina se separaram e foram disputá-la perante um juiz de menores.

EDSON NERY DA FONSECA

“Era uma vez...” – assim começavam as histórias de príncipes e princesas que nos eram contadas por nossas avós, nossas mães, nossas babás. Histórias que terminavam sempre com a promessa de outras: “Entrou na perna do pato / Saiu na perna do pinto / O rei senhor me mandou / Que vos contasse mais cinco”. Aqui se conta apenas uma história.

Era uma vez uma menina cujos pais se separaram poucos meses depois que ela nasceu. Que sabem criaturas de menos de um ano a respeito de ciúmes, incompatibilidade de gênios, infidelidade conjugal e coisas semelhantes? Nada, evidentemente. A existência é, então, apenas sonho e fantasia. Ignoram o bem e o mal, a vida e a morte, a verdade e o erro.

Os pais da menina se separaram e foram disputá-la perante um juiz de menores. Notando a ânsia do pai em ficar com a menina, o juiz explicou-lhe: “vou dá-la à mãe porque você não tem leite no peito para alimentá-la”. Mas depois de alguns dias, a mãe entregou-a ao padrinho, dizendo: “Não consigo trabalhar com a menina, volto para o Rio de Janeiro; se o senhor quiser, fique com ela”. Ele se lembrava do que sua mãe lhe dizia: “os padrinhos são substitutos dos pais e, por isso, são chamados, em inglês, **god-fathers**”. E ficou com a afilhada.

Sofreu muito com empregadas relapsas, doenças próprias da puerícia, problemas de dentição. Eis que, num belo dia de agosto de 1961, o presidente da República renunciou. Devem perguntar o que o presidente da República tem a ver com essa história. É que a renúncia foi inesperada, causou comoção nacional, falou-se em guerra civil; conseqüentemente, os supermercados ficaram sem leite e maisena para alimentação da menina.

Desesperado, o padrinho telegrafou para a avó paterna da afilhada – uma admirável carioca, tipo da “mulher forte” do Velho Testamento – perguntando se aceitava criar a menina, cujo parto, aliás, ela mesma fizera, numa emergência em que não havia tempo de pensar em maternidades. A avó respondeu que aceitava e nunca mais o padrinho esqueceu aquela manhã no aeroporto de Brasília, o pai levando a filha para o avião da Panair e a menina acenando para ele, que chorava como um bezerro desmamado.

Foi ao Rio de Janeiro muitas vezes para visitar a menina. Passeavam à beira-mar, eram acolhidos por amigos portugueses de Niterói, comiam em restaurantes: uma festa para ela e seus irmãos de criação que, às vezes, os acompanhavam, tanto quanto para o padrinho, sempre a pensar nos versos do **Testamento** de Manuel Bandeira: “Gosto muito de criança / Não tive um filho de meu / Um filho! Não foi de jeito / Mas guardo dentro do peito / Meu filho que não nasceu”.

A uma amiga que visitou a menina em Parada de Lucas, sua avó desabafou: “o padrinho não gosta desta menina: ele é doente por ela”. E era verdade! Mas o padrinho envelheceu, foi deixando, aos poucos, de ir ao Rio de Janeiro: não tinha mais forças para aquelas emoções. Passou anos sem ver a afilhada que, agora, convidou-o para ser padrinho de seu casamento em São Paulo.

Esse casamento significa muito para ele. É como se o libertasse de um longo pesadelo. Nunca se preocupou tanto com uma criatura como com ela. Nunca rezou tanto por alguém. Nunca

implorou tanto ao Altíssimo para que o mal do mundo não a atingisse.

Por isso, estava muito feliz naquele sábado frio de São Paulo: “feliz como um prisioneiro dormindo” ou “como as velhas dançarinas aplaudidas de repente”, como diria Augusto Frederico Schmidt. Feliz com a felicidade de sua afilhada, consumada numa igreja beneditina, o que muito significa para um Oblato como ele.

Gostou muito do marido que ela escolheu. Velho admirador da contribuição japonesa ao progresso do país, foi com esperança que a confiou, diante do altar, a um jovem engenheiro nisei. E deu graças a Deus pelo amor que ali se sacramentava: o “amor que move o sol e os outros astros” no dizer de Dante Alighieri.

(Jornal do Comércio, Recife, 24-12-1992)

O PÍCARO NO TEATRO NORDESTINO

Racine Santos*

Para que possamos falar das personagens pícaras que povoam a cultura popular nordestina, que muito contribuíram para a formação de um teatro regional, é bom que se defina antes esse Nordeste onde vamos encontra-las. Distante da sociologia e da literatura preocupadas em enfatizar a beleza da sociedade açucareira, dos senhores de engenho, ou então o lado feio e miserável do sertão, como estratégia para realizar um discurso político de denúncias, vamos nos voltar para o lado risível dessa região. Vamos nos voltar para um Nordeste habitado por personagens pobres, barrigudos, amarelinhos, gafos, andrajosos, maltrapilhos, perseguidos às vezes pela miséria e pela injustiça, mas que não perdem a capacidade de rir de si mesmo e debochar dos poderosos. Personagens capazes de sonhar e conviver com o maravilhoso.

Mas, que Nordeste é este do qual vamos falar? Para Durval Muniz de Albuquerque, até o início do século XX o Nordeste não existia. Os nordestinos não eram percebidos, não eram matéria de estudo, nem as elites locais solicitavam verbas para o problema da seca.

Em 1906, Euclides da Cunha lança “Os Sertões”, causando espanto aos brasileiros ao denunciar a tragédia de Canudos. Para mim foi aí que o Brasil descobriu o Nordeste.

Na década de 1920, o jornal O Estado de São Paulo publicava um artigo que trazia as seguintes palavras “...Incontestavelmente o Sul do Brasil, isto é, a região que vai da Bahia até o Rio Grande do Sul, apresenta um tal aspecto de progresso em sua vida material que forma um contraste doloroso com o abandono em que se encontra o Norte (sic) com seus desertos, sua ignorância, sua falta de higiene, sua pobreza, seu servilismo.”

Na década de 30 surge o romance regional, que tem como tema central a decadência da sociedade patriarcal e a miséria. Menino de Engenho, Vidas Secas, O Quinze.

Os olhares do país se voltam para este recorte espacial, alguns de maneira equivocada ou preconceituosa, mas é com eles que vai se formando o desenho da região. O Nordeste começa a existir. Gilberto Freire fala em “consciência regional”, que, segundo ele, se forma antes da consciência nacional, e mais forte do que esta.

E não são os fatores naturais que definem e dão identidade a região. São os fatores de ordem cultural que marcam sua origem e desenvolvimento como consciência.

Ocorre que o Nordeste oficial, o literário, o da sociologia, o do polígono das secas, o que serviu de tema a Portinari, é o Nordeste que levou Paulo Prado, em “Retrato do Brasil” a afirmar que o nordestino é um povo melancólico. Será que ele reafirmaria isso depois de assistir o “Auto da Compadecida”?

É nesse Nordeste, retratado na obra de Ariano Suassuna, avesso ao Nordeste oficial, literário, que vamos mergulhar na busca de personagens que mostram outra face a região: a face gozada, picaresca, cômica. Se a sociologia, o romance, as artes plásticas, o cinema e até mesmo a música contribuíram para cristalizar uma imagem de Nordeste onde a fome, a miséria e a tristeza eram as tintas empregadas, é na cultura popular, no folclore, que vamos encontrar esse outro Nordeste. Ou, o seu duplo, o paródico, com toda a sua potencialidade subversiva.

Para Florestan Fernandes, “o folclórico seria a expressão da mentalidade popular.” Foi aí, então, que alguns dramaturgos da região foram buscar no folclore, nas festas populares, a segunda vida do povo, onde ele se liberta. Enquanto as festas oficiais, da igreja e do Estado, apenas contribuíam para consagrar o estabelecido, a natureza cômica da cultura popular liberta o homem dos dogmas religiosos, da piedade, do princípio burguês de comportamento, e lhe oferece outra visão do mundo, onde através do riso e do deboche enfrenta as leis e normas das classes dominantes.

Quando o teatro Nordestino foi beber nessa fonte passou a oferecer uma visão do mundo diferente, carnalizada, como aconteceu à Europa Medieval. E o cenário desse Nordeste pícaro é sempre o sertão das caatingas ou de pequenas cidades, onde o homem e a natureza não estão separados. Pois é o sertão que dá originalidade ao Nordeste.

Estudando a questão da presença de alguns aspectos da cultura da Baixa Idade Média no Nordeste brasileiro de hoje, a professora Ligia Vassallo, doutora da USP, afirma que a região é depositária de um acervo cultural e social da Europa Medieval, e diz que a existência de traços medievais na região foi provocada pelo fato de ser o Nordeste a mais antiga zona de colonização que prosperou, pelo isolamento em que a região permaneceu, pelo encontro e cruzamento contínuo de raças e cultura, pela estabilidade e longa duração de uma organização social semi-feudal de latifúndios e patriarcalismo perpetuadores de tradições herdadas.

O teatro nordestino tem por base a cultura popular cômica. Ele nasce nos anos 50, quando um grupo de artistas e intelectuais formado por Joel Pontes, Hermilo Borba Filho, Gastão de Holanda, Aloísio Magalhães e Ariano Suassuna, na cidade do Recife, se volta para o estudo e aproveitamento da riquíssima cultura popular da região. Antes de Ariano não tenho notícia de que outro dramaturgo tenha se utilizado da cultura popular para a construção de seus

textos dramáticos. E é a partir do “Auto da Compadecida”, e sua estréia no teatro profissional em 1957, que surge em conceito e forma, o teatro Nordestino.

Um teatro que é filho da saudade de um Nordeste feudal, medievalizado, cantado nas crônicas dos cegos de feira, dos falsos fidalgos e frades impostores, dos castelos e gestos de cavaleiros, das tragédias populares, das dores sem recompensa e injustiça sem punição. No dizer de Durval Muniz, “um Nordeste nascido da reunião de diluídas lendas européias, misturadas a heranças negras e indígenas.”

A Carnavalização

Antes de Ariano Suassuna deflagrar o processo que possibilitou o repertório que hoje constitui o teatro nordestino, reunindo expressivos nomes da dramaturgia nacional, o riso popular, a linguagem da praça pública não estavam presentes nos palcos da região. A dicotomia cultura oficial, letrada, formal ou de elite versus cultura popular, folclórica, oral, não permitia ao teatro tratar de temas extraídos do universo popular ou que exigisse uma linguagem que não fosse a dos salões letrados.

No momento em que o teatro nordestino foi beber nas fontes populares, no folclore, na literatura de cordel, para criar uma cena com as cores da região, ele foi também ao encontro do riso e do cômico popular, tido pelas elites como uma coisa menor, banido das comemorações das classes dominantes. Condenado e sem o direito de ser teorizado, como se vê por exemplo, em “O Nome da Rosa”, de Umberto Eco. Com a cultura popular e paródica, reduplicando a oficial pelo meio do riso carnavalizado e mesmo do grotesco, a carnavalização (herança medieval) sai das ruas, das brincadeiras de Bumba-meu-boi, das toldas dos mamulengos e vai para debaixo dos refletores de palcos das elites.

Sob o ponto de vista de Bakhtin, todo o teatro medieval está perpassado pela carnavalização, pois rompe com os conceitos do teatro aristotélico, contrapõe-se a ele e liga-se ao carnaval. Diz Ligia Vassallo: “Parece-nos que essa ruptura é um traço bem marcante em sociedade orais, pois também se encontra em outros textos medievais, pertencentes ou não a literatura oficial. Por isso o narrador se dirige ao público em obras como a Canção de Rolando, A Melusina de Jean d’Arras, em inúmeros fabliaux, no Decameron e, contemporaneamente, na literatura de cordel nordestina, que além de se ater a oralidade guarda muitos traços medievalizantes”.

Estudando o fenômeno que denomina carnavalização, Bakhtin aponta como traços marcantes do fenômeno: a ruptura do cotidiano, a eliminação de barreiras sociais e convencionais de qualquer ordem, a inversão total de valores geradores de permissividade, o primado do riso liberador. E esse riso liberador, catártico, derrisivo, que incomoda os poderosos e os bem postos, se faz presente em todo o teatro de bonecos de “João Redondo”, nas brincadeiras de “bumba-meu-boi”, mais até do que nos folhetos de cordel. Em todo espetáculo de “mamulengo” o herói ou protagonista nunca é superior aos outros personagens ou ao seu meio. É um anti-herói por excelência, paródia, duplica e carnavaliza a figura de herói inteligente, bonito e invencível. Esses personagens estão sempre passando a perna nos “doutores”, enganando os coronéis ou a polícia. Só que muitas vezes são vítimas de seus próprios ardis. Foi esse arquétipo que gerou o João Grilo do “Auto da Compadecida” (Ariano Suassuna), Baltazar do “Auto da Cobiça” (Altimar Pimentel), João Campina de “Fogo-Fátuo” (Lourdes Ramalho), Corre-Terra do “Cavaleio do Destino (Tacito Borralho), Ferreirinha da “Farsa do Poder” (Racine Santos), Ezequiel de “O Morro de Ouro” (Eduardo Campos) e outros que são presenças constantes no teatro nordestino, herdeiros diretos dos “criados espertos” das farsas medievais, da comédia latina e da comédia dell’arte.

Já na brincadeira de “Bumba-meu-boi”, onde ha um número muito grande de personagens, a figura do médico (o do tô) é sempre apresentada com um discurso paródico que leva ao riso debochando do discurso oficial, sério, erudito. Essa carnavalização e paródia do discurso religioso e científico saltaram dos autos populares e da literatura de cordel direto para o palco nordestino. Na peça “Cancão de Fogo” de Jairo Lima, por exemplo, há um personagem chamado Raiz, um charlatão vendedor de ervas medicinais, que em determinada cena resolve fazer uma cirurgia em um outro personagem. Sobre seu trabalho ele diz:

Raiz - Agora eu vou dizer
 Como é a operação
 começo pelo “toitiço”
 que vou abrir a facão
 depois se rasga a chapada
 que fica em riba do “quengo”
 boto os miolos pra fora
 e lavo com água fervendo
 aí se procura um caldo
 bem na raiz do piloro
 se evacua a traquinina
 que é um líquido seboso
 tirando todo o toicinho
 da raiz até o talo
 Cutuca-se o “cerebedelo”
 Liga a mente com o suvaco
 Desvia-se a “catarineta”
 Dá-se um ponto, faz-se um traço
 Depois regula-se a válvula
 Controladora de fala
 Pra baixar um pouco o tom

Dá-se um nó, e sem malícia
 Posso afirmar com perícia
 Que o sujeito fica bom.

Pedro Malazarte

No Nordeste brasileiro Pedro Malazartes é o herói invicto de centenas de contos e histórias, capaz de resolver adivinhações difíceis e em condições de sair de situações bastante complicadas graças a sua astúcia. Com uma história secular atrás de si, Malazartes é aquele que realiza “malas artes” e, na identificação ibérica, figura universal que corra a península desde o século XIII quando na Espanha, em certo documento de venda de umas terras, é citada um tal Fra Martin Urdemalas “era de 1280 nonas octobris”. A cantiga 1132 do *Cancioneiro da Vaticana* nos oferece uma referência ao mesmo personagem que, segundo Rodrigues Lapa, já era desde então protagonista de muitas narrativas tradicionais:

Chegou Paio de maas artes
 Con seu cerame de Chartes,
 E non leeu el nas partes
 Que chegasse a uu mes,
 E do lues ao martes
 Foi comendador d'Ocres.

Malasartes, Malaarte, Urdemalas, Ulimale, Urdemale são os nomes com os quais, a partir deste momento, é definido o mesmo personagem protagonista de proezas e diabruras, circundado pela simpatia popular que o desculpa e perdoa a falta de escrúpulos e a ausência de qualquer remorso. Com as suas conotações diabólicas e picarescas ao mesmo tempo o personagem passa da literatura popular àquela erudita: na Espanha o reencontramos, por exemplo,

na comédia *Pedro de Urdemalas* de Cervantes e com o mesmo nome nas obras de Quevedo, Juan del Encina, Calderon, Montalban. Em Portugal, Leite de Vasconcellos o identificou na narrativa popular como Pedro das Malas-artes, que aparece também com os nomes de Manuel Tolo, Pedro, sem outras especificações, João Pateta, associando-se, em muitos casos, com o personagem mesmo do diabo.

No Nordeste brasileiro os diversos contos que lhe dizem respeito, coletados por estudiosos como Silvio Romero, Amadeu Amaral, Lindolfo Gomes, Câmara Cascudo, têm dado vida a um verdadeiro ciclo que terminou por influenciar também o âmbito culto. Graça Aranha dedicou um trabalho teatral a este anti-herói popular que Érico Veríssimo, por sua vez, pensou poder erigir como protagonista de um romance em que ele estivesse em condições de encarnar “as qualidades e os defeitos do brasileiro de origem lusitana e possivelmente com um pouco de sangue índio. Malazartes seria, assim, inteligente, generoso, sentimental, preguiçoso, sensual e imaginativo até o ponto de se tornar mitômano”. Em 1961 Silvio Rabelo dedicou ao personagem um outro trabalho teatral em três atos, mas é sobretudo *Macunaíma*, o multiforme “herói sem caráter”, de Mário de Andrade, que nos apresenta uma versão estilizada de Pedro Malazartes depois tornada emblema de todo Modernismo brasileiro. Preguiçoso, luxurioso, cruel, astuto e capaz de qualquer ardil ou proeza, Macunaíma tem contemporaneamente os traços do Malazarte de quem descende. Deste último herda sobretudo a reviravolta dos valores tradicionais e consagrados, a mistura das cartas e a assunção como valor supremo de um tranquilo e indolente plácido viver. Na interpretação do cantador temos curioso exemplo de como Malazartes responde ao pai, que tenta incitá-lo ao trabalho, delineando uma moral “diversa” que Macunaíma poderia tranquilamente subscrever:

Disse Pedro: essa não!
Pois se Deus me fez nascer
Por certo me dá o sustento
Pra eu no mundo viver;
Portanto é uma loucura
Trabalhar para comer
(.....)
Por isso vivo tranquilo
Deitado na minha rede
Comendo frutos silvestres
Nos rios matando a sede
Dormindo às sombras das árvores
Ou de alguma parede.

Se o cangaceiro é para o cantador o símbolo da coragem e da fé numa vitória que parece escapar-lhe continuamente, a arma secreta de Malazartes é a “cabeça” que, apesar da sua aparência matuta, permite-lhe façanhas proibidas a outros.

*Dramaturgo, poeta e escritor

DOM QUIXOTE NORDESTINO

Diógenes da Cunha Lima*

Para sobreviver neste Nordeste, é preciso ser lúcido e sonhador, ser racional, ter capacidade para iludir-se, ser libertário, aventureiro como Dom Quixote. É preciso ser modesto, alegre, sensato, mas esperançoso como Sancho Pança.

Há quatrocentos anos, um romance influencia a civilização ocidental. Influi em atitudes de homens de ação, sociólogos, escritores, criadores de artes plásticas. Há no teatro, cinema e televisão a sua sutil inspiração. Esta é possível ser percebida até mesmo na doutrina e na jurisprudência do direito moderno.

Não duvido que Dom Quixote foi o **sócio oculto** da Independência do Brasil. Relembremos. O nosso Dom Pedro I nasceu no Palácio de Queluz, em um quarto todo decorado com cenas cervantinas, realce para o Cavaleiro. Portanto, a infância do nosso libertador foi passada vendo as cenas e, naturalmente, ouvindo as histórias de audácia, liberdade e bravura. Tal qual ocorreu com o ator do Hino da Independência, ao nascer numa sala em que a deusa da música está presente.

Dom Pedro voltou a Portugal para não perder a coroa. Sua mãe, Carlota Joaquina, exercitava sua preferência por Dom Miguel. O quixotesco príncipe venceu o irmão, assumiu o trono como Pedro IV. E concedeu fraterna pensão, superior ao que percebia o próprio

rei. Era tão forte a sua vinculação a Queluz, que lá, na sala em que nascera, o rei libertador do Brasil escolheu para morrer.

A leitura desse livro ativa as energias da bondade, do ideal, da esperança, da coragem, do não desanimar na adversidade, da imaginação criadora, os valores superiores do homem. A primeira publicação aconteceu quando o Brasil participava do reino espanhol, com Felipe III reinando. Seis anos antes, nascera, por ordem emanada de Felipe II, a Cidade do Natal.

É absolutamente notável que Teresa Pança dê nome geográfico (e luz) no Rio Grande do Norte, (baixio e farol). Nova e bela publicação da Marinha do Brasil, Luzes do Novo Mundo – *História dos Faróis Brasileiros* – registra em mapa o pequeno farol. Thereza Pança, vizinho ao Cabo de São Roque. Os turistas que se maravilham com os parrachos de Maracajaú ouvem a lenda reveladora de que o nome centenário pertenceria a antigo navio enlouquecido, encalhado no baixio.

A personagem não ocupa o primeiro plano do Dom Quixote de La Mancha. Sancho abandonara a mulher sem mesmo se despedir. Na primeira parte do romance precursor teve nomes diferentes, Maria e Joana. O prenome definitivo, Teresa, somente vai aparecer no segundo volume (1615).

Câmara Cascudo fez estudo definitivo: *Com Dom Quixote no Folclore do Brasil*. A pesquisa do Mestre revela que desde 1605 o livro está no Brasil. Já percebera que Teresa Pança, a mulher de Sancho Pança, nomina “uma coluna cilíndrica de dez metros em cimento armado, com listas horizontais negras e brancas, e um farol automático atira dez lampejos brancos por minuto, num alcance de nove milhas, cortando a escuridão da noite tropical”. Vicente Serejo, o bibliófilo, nota que o trabalho cascudiano precisa ser mais difundido para aprofundamento pelos estudiosos.

A nossa região é habitada por gestos quixotescos, inclusive em favor da cultura. Três personalidades podem ilustrar o tema.

Um intelectual, o usineiro paraibano Odilon Ribeiro Coutinho patrocinou dispendiosa campanha a fim de satisfazer o desejo ingênuo de Gilberto Freyre ser Deputado Federal. Parcimonioso, o sábio pernambucano, recomendava o elogio dos rios dizendo que “pela importância que tiveram na formação rural do Brasil...Rios sanchos-panças, sem os arrojos quixotescos dos grandes”.

Assis Chateaubriand (1892-1968), também tido como amalucado tal qual o personagem cervantino, destruiu gigantes, imaginou milagres e quixotesicamente presenteou o povo brasileiro, notadamente com o Museu de Arte de São Paulo, o mais rico acervo de artes plásticas da América Latina.

Não tenho notícia de um quixotismo maior que o de Ricardo Brennand quando construiu um castelo, incluso em 250 hectares de flora tropical no Recife. É um castelo, em estilo Tudor, como se fora da dinastia inglesa entre o final do século XV e XVI. Faz parte de um complexo de flora tropical enriquecida. A construção ocupa área de quase oitenta mil metros quadrados, abrigando museu de armas brancas, pinacoteca, nobres esculturas, além das bibliotecas de obras-mestras que pertenceram aos mestres Edson Nery da Fonseca e José Antonio Gonçalves de Mello. É tanta beleza transportada e criada que só vendo para acreditar.

Todos os grandes escritores do Brasil são inflados por Miguel de Cervantes Saavedra (1547-1616). Por exemplo, os grandes romances de Machado de Assis, que, como os de Cervantes, não se detinham nas paisagens. Lima Barreto, Guimarães Rosa, poetas Manuel Bandeira e João Cabral de Melo Neto, todos os nossos grandes escritores se encantaram com a prosa poética e a ficção cervantinas. Monteiro Lobato faz o herói emocionar crianças.

É essencial a leitura de Ivan Junqueira, poeta do Brasil, crítico, Presidente da Academia Brasileira de Letras.

Do Maranhão à Bahia, surgem e ressurgem quixotescas

presenças. Aluízio Azevedo sempre mostra os reflexos. Uma das mais identificadas presenças é a de José Lins do Rego, em *Fogo Morto*, inspirada no capitão Vitorino Carneiro da Cunha, que desafiava coronéis e até o cangaceiro Antonio Silvino: “Sou homem da lei, mas se querem na ponta do punhal é comigo”.

O nordestino Ariano Suassuna, em suas épicas investidas, é tão símbolo do Brasil quanto Quixote-Cervantes é de Espanha. O *Romance d'a Pedra do Reino* é definido pelo herói, Quaderna, como “romance heróico-brasileiro, ibero-aventureiro...”.

Um dos melhores romances nordestinos, *As Pelejas de Ojuara*, de Nei Leandro de Castro, autor e personagem de exemplar fidalguia, que se forjam e se confundem, é Quixote do Rio Grande do Norte. Já começa parodiando: “Num lugar da Mancha, cujo nome não me quero lembrar, vivia... um fidalgo...”. Um dos seus personagens, Miguel de Sá, maneta e bruxo, não é menos de que homenagem do autor a Miguel de Saavedra.

Nas artes plásticas, o tema ganha riqueza, colorido, aclimatação.

O pintor e poeta Newton Navarro fez Quixotes belíssimos, um deles ilustra a obra-prima de San Tiago Dantas. Outro faz parte, como Aldemir Martins, de um calendário com 12 Quixotes, escolhidos pelo admirável Mestre Paulo Elpidio Menezes, então Reitor da Universidade Federal do Ceará.

Záira Caldas, criadora do Transfigurativismo, destinado a fazer escola, protege a emoção e a racionalidade de escritório de advocacia com três grandes painéis, em acrílico vermelho, com a Dulcinéia, Sancho e o Dom Quixote.

O tema é sugestão para alentada tese doutoral. Será encantadora a pesquisa reveladora da poderosa presença de El Ingenioso Hidalgo Don Quixote de La Mancha no Nordeste brasileiro, com gestos, gestas, refrões, loucuras e ilusões, direitos e deveres superiores do ideal.

O poeta Olavo Bilac desejava que o Quixote inspirasse o povo brasileiro. O poeta tem razão, certamente o Cavaleiro inspira o povo nordestino.

* Presidente da Academia Norte-rio-grandense de Letras



CONVERSAS COM CASCUDO

Enéas Athanázio*

Revi numa noite destas o documentário “Conversas com Cascudo” que a SESCTV reprisou. É trabalho bem feito, mostrando o mestre na intimidade de seu casarão da Avenida Junqueira Aires e na pujança da sabedoria. Conservou até o fim o cacoete do professor que foi a vida toda, prelecionando, quase declamando lições. Fechou o documentário com a frase, dirigida ao Brasil, que correu mundo, publicada e repetida tantas vezes: “Enxergando pouco e meio surdo, dei de mim o que pude, mas, se for chamado, aqui serei encontrado, pronto a servir como puder ao meu povo e à minha pátria.” Palavras pronunciadas à janela do casarão onde viveu e trabalhou esse “provinciano incurável”, como o apelidou Afrânio Peixoto, com a silhueta inconfundível desenhada contra a claridade, sugando o inseparável charuto. Como Érico Veríssimo em Porto Alegre e Gilberto Freyre no Recife, Luís da Câmara Cascudo (1898/1986) se recusou a deixar a província natal, contribuindo para desmentir o mito de que elevada cultura só é possível nos grandes centros. Todos alcançaram reconhecimento nacional e até internacional, fomentando núcleos culturais importantes ao redor deles em suas regiões.

Decorridos quase vinte anos de sua morte, Cascudo é lembrado como poucos intelectuais brasileiros. Trabalhos de todos

os gêneros surgem a respeito de sua obra, embora seja forçoso reconhecer que ainda não teve o biógrafo que merece. As abordagens biográficas existentes são fracionárias e incompletas, deixando de lado aspectos importantes, como as viagens etnográficas que realizou pela África e Portugal, além de outras fases de sua laboriosa vida. Suas Obras Completas vão sendo reeditadas pela Global Editora e ensaios importantes têm sido publicados, merecendo destaque o recente “À mesa com Cascudo”, de Pedro Vicente (1), abordando aspectos muito curiosos. “A cultura popular é o complexo – afirmou o mestre. – Representa a totalidade das atividades normais do povo, do artesanato ao mito, da alimentação ao gesto. Ora, a mim interessa tudo o que é do povo, até o que ele faz no banheiro ou no mato.” Para ele, cultura popular é mais ampla que folclore, como repetiu no documentário referido.

Sendo assim, foi ele buscar os segredos de nossa comida, tema abordado no ensaio de Pedro Vicente. Foi estudar o padrão alimentar da África negra, a transferência da culinária portuguesa para o Brasil, o cardápio indígena e suas influências na alimentação brasileira, sem esquecer as adaptações determinadas pelas condições locais. Considera menores as influências culinárias de outras nacionalidades. O resultado dessas buscas incessantes, cujas notas encheram suas gavetas por longos anos, foi um livro monumental, em dois alentados volumes: “História da Alimentação no Brasil”, clássico da história nacional. Como diz o ensaísta, as investigações de Cascudo iam da água, do pasto, da horta e do pomar à cozinha como fábrica de sonhos.

Tive a inesquecível experiência de passar uma tarde com ele na cidade de Natal, em 1983, três anos antes de seu falecimento. Estava alegre e disposto e muito conversamos. No Memorial Câmara Cascudo, onde se encontra a biblioteca que foi dele, encontrei vários livros meus, todos anotados, sinal de que ele os leu. Chegou mesmo a escrever sobre os contos de “O Azul da Montanha.”

Como disse Drummond, Cascudo deixou de ser uma pessoa, passando a ser nome de dicionário; “o” Cascudo, está “no” Cascudo, consulte “o” Cascudo. Refere-se, é claro, ao “Dicionário Brasileiro de Folclore.”

(1) Revista da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, Número 34, Vol. 46, Julho de 2005, Págs. 11/20.

* Escritor catarinense, autor de “O Azul da Montanha” e vários outros livros.

SEMINÁRIO

BOM DIA CAFÉ

Depoimento de **João Wilson Mendes Melo***

As nossas primeiras impressões do Deputado Federal João Café Filho, ocorreram sob a ótica da oposição. Era adversário político. Pertencíamos ao Partido Popular de José Augusto Bezerra de Medeiros, nosso líder por tradição familiar.

No entanto admirávamos sua figura projetada no cenário nacional; um representante do nosso Estado, levantando importantes questões como as pertinentes à organização sindical, contra a prepotência do que se denominava oligarquias, lutando pelo direito dos mais humildes com os quais se identificava pelas origens de menino pobre, do bairro pobre da Natal simples da primeira metade do século XX. Admirávamos com os olhos da juventude, sua figura de nordestino queimado pelo nosso sol inclemente, sempre vestido de branco, à moda da elegância àquele tempo, intimamente tranqüilo, politicamente polido, risonho e intensamente atuante. Admirávamos sua postura de homem público vivenciando os problemas de seu povo sob uma ditadura e assumindo a tarefa de defendê-lo e acusar o Poder pela suas culpas; defendendo a organização sindical como tema dominante, inspirado pelos dogmas da esquerda ideológica e talvez, sem o perceber, lutando pelos princípios do cristianismo social consubstanciados na Encíclica

Rerum Novarum de Leão XIII, documento intensamente referido naquela época.

Certa vez ouvimos de um comentarista de rádio, falando diretamente do Palácio Tiradentes, sede da Câmara dos Deputados na velha capital, expressões elogiosas ao discurso que estava sendo proferido naquele exato momento no plenário da Casa. Dizia o locutor: meus ouvintes, o Deputado Café Filho está magnífico nos seus argumentos e empolgando pela sua eloquência.

Esses fatos o levaram a filiar-se ao populismo reinante e a figurar como candidato a Vice- Presidente da Republica, num reconhecimento até pelos seus adversários, do seu valor como arregimentador do voto popular que contribuiu fortemente para a vitória da chapa encabeçada por Getúlio Vargas.

Sua atuação quando assumiu a Presidência, como único norte riograndense a galgar o Poder máximo da Republica brasileira, realizou-se pelo apoio da oposição tida de direita, consubstanciada pela UDN (União Democrática Nacional), o que comprova a abrangência da elevação do seu comportamento político.

À esse tempo surgiam na História do Brasil e do Rio Grande do Norte, os primeiros sinais da consciência da realidade das oligarquias rurais e das lideranças populistas, como se convencionou denominar as composições sócios-políticas que dominavam e que passaram a dominar, respectivamente, a formação dos poderes da Republica e das unidades federativas como o Rio Grande do Norte, com maior brilho em nosso Estado no decorrer dos anos sessenta.

As lutas empreendidas pelo Deputado João Café Filho, principalmente da tribuna da Câmara e dos comícios nas praças, podem ter influído no surgimento e aperfeiçoamento posterior das legislações trabalhista e previdenciária em que se notabilizou a chamada Era Vargas.

Café Filho foi, em resumo, oposição e conciliação política que terminou com a solução Carlos Luz, pois a solução Nereu Ramos

decorreu de uma imposição militar. Não lhe faltou, para fixar a figura de renovador político no terreno social, uma prisão domiciliar.

Pela sua morte, pela sua ausência, abrem-se caminhos para a lembrança e uma mais ampla admiração.

O populismo que ele de uma certa forma encarnou, venceu, em parte, na formação dos quadros da política brasileira do seu tempo. Mas seu discurso durante tantos anos do alto da tribuna não teve eficácia nas suas próprias ações como Presidente, no trato, sobretudo, do comportamento do capital exterior, um importante detalhe que, repetido por outras mãos nos últimos anos, não pode passar sem referência quando se considera a História para além dos acontecimentos, na colheita das suas lições.

Recordamos Café Filho, o homem, pessoalmente em quatro episódios de sua vida que demonstram o seu prestígio popular:

·Na cidade de Ceará Mirim, quando sua presença fez lotar a grande Igreja Matriz local, para vê-lo numa cerimônia coletiva de batismo em que ele foi padrinho de dezenas de crianças:

·Nas ruas de Natal, nas quais desfilou, juntamente com o chefe de seu Partido, Governador de São Paulo Ademar de Barros, momentos em que demonstrou uma popularidade carinhosa e sem igual, numa grande ovação de pessoas entusiasmadas com o seu líder;

·Nos comícios realizados no bairro natalense das Rocas, em que somente foi superado, muitos anos depois, na maior das campanhas eleitorais dos anos sessenta

·Em visita por ele realizada ao Tribunal Regional Eleitoral, numa de suas últimas permanências no estado.

Enfim, uma lição de democracia de que ele foi portador: somente este regime de governo proporciona a

revelação dos grandes valores humanos, a promoção da vocação para a vida pública, o retrato fiel, de corpo inteiro, dos homens que teremos de escolher, voluntária e livremente, para servirem como líderes e dirigentes, na realização concreta e não falaciosa do bem comum. Ele tem, - esse regime - também e conseqüentemente, a virtude de ensinar a escolher.

Café Filho, que agora homenageamos, submete-se, pelas contingências do tempo e da história política, ao julgamento dos que o aplaudiram, dos que o combateram e dos que conhecem sua história, com a isenção que a distância e as concepções atuais impõem e que, também democraticamente, as gerações de hoje e do futuro, de bom grado aceitarão.

Natal, 26 de agosto de 2005

* Membro da Academia Norte-rio-grandense de Letras

CENTENÁRIO DO Padre JOÃO MARIA

Jurandyr Navarro*

O Centenário de falecimento do Padre João Maria Cavalcanti de Brito transcorre a 16 de Outubro do ano em curso. Teve, como berço, a ardente região do Seridó deste Estado, aos 23 de Junho de 1848.

Estudou nos Seminários de Olinda e Fortaleza. Ordenado sacerdote, foi primeiramente ser Pároco na Paraíba e, em seguida, de São João do Sabugí, Acari e Papari, do Rio Grande do Norte. Depois, e em definitivo, teve a Matriz a Apresentação, em Natal, como sede de seu honroso ofício de sacerdote católico, até o final de sua existência.

A vida do Padre João Maria foi uma dádiva de Deus. O seu apostolado, todo ele, devotado à população pobre da periferia natalense, que naquele recuado tempo residia em choupanas as mais carentes, sem amparo social de parte do poder público.

Atento a essa triste realidade, a consciência sensível e misericordiosa desse abnegado levita do Senhor, condeou-se, a ponto de entregar-se, de corpo e alma, a essa cruzada santa: envidar tudo para socorrer o próximo, seu irmão desprotegido.

Acalentava, em sonho, a construção da Igreja Nova, de Natal, para ela carregou as primeiras pedras para seus alicerces.

Muito já se disse, pelos jornais, e nas páginas de livros, em relação a esta gesta encetada pelo santo sacerdote. Diga-se, em

aditamento, que os natalenses jamais esqueceram a Bondade ilimitada, do seu amor ablativo, exercitado na ação do seu trabalho, e que, em razão desse apostolado levado ao extremo, sacrificou a própria vida, contagiado pelo vírus da varíola.

Seu busto espande na praça pública, esculpido que foi por Hostílio Dantas e inaugurado, em alto estilo, com festa popular, em 1919, com a presença do Governador do Estado, Ferreira Chaves. Foi orador o jornalista Manuel Dantas, tendo celebrado Missa campal o Bispo Dom. Antônio Cabral.

O Padre João Maria foi o pioneiro da Imprensa Católica, no Rio Grande do Norte, fundando o jornal “Oito de Setembro”, título em homenagem ao dia do natalício de Nossa Senhora. Tinha devoção pela Virgem Maria. Na agonia da morte, dela lembrou-se, entoando a estrofe do hino: “Toda pura és Maria”.

Não tivesse se doado todo à pobreza, teria, certamente, escolhido o Magistério como derivativo da sua existência, pois versava o Latim e conhecia o idioma gaulês. Assinava uma Revista francesa: - *L’ami du Clergé* – o Amigo do Clero.

Acreditando-se em Nilo Pereira, o piedoso sacerdote teria pertencido aos quadros do Partido Católico, fundado em São José de Mipibú.

Muita gente boa escreveu sobre o Padre João Maria. Desses escritos ressaltou três deles: o escrito de Luís da Câmara Cascudo, do Padre Luiz Monte e o de Henrique Castriciano. Este escreveu sobre ele em 1905, ano do seu falecimento; Cascudo e o Padre Monte o fizeram em 1935, o cinquentenário de sua morte, nos periódicos “A República” e a “A Ordem”.

Henrique Castriciano salientou que ele “foi morto pela grandeza de sua alma” e que tinha um desvairamento sublime, dando tudo que tinha, o dinheiro que lhe metiam no bolso, a Rede em que dormia, e a própria camisa que vestia...”; era preciso que a irmã o vigiasse para ele não continuar dormindo no chão”; “foi um símbolo de Bondade de nossa raça”, concluindo: “aquele homem

despretencioso, possuía uma coisa que, nos maus tempos de hoje, só os simples e ingênuos possuem: - a coragem de ser bom...”

O texto de Câmara Cascudo narra a dramaticidade do seu enterro, no longo caminho do Belo Monte até o Cemitério do Alecrim.

Pedreiros, engraxates, carpinteiros, soldados, ricos e esmoleres, toda gente acorreu para velar o corpo do vigário inesquecível”... “A multidão acompanhou o féretro, orando. O pastor William Porter, da Presbiteriana, seguiu o caixão, cabisbaixo e descoberto. Os “veneráveis” da Maçonaria soluçavam, carregando coroas mortuárias. No Baldo, debruando o pontilhão, estava o estado maior do Padre João Maria, aguardando a passagem do enterro. Eram cegos, aleijados, hidrópicos, escrofulosos, perebentos, lázaros, estropiados, hemiplégicos, monte de carne humana repelente, nauseabunda e sofredora, a quem o Vigário dispensava o melhor de seu tempo e o maior dos seus cuidados. Quando o féretro passou-lhe ao alcance da vista ou do tato, estridente, inextinguível, um grito uníssono de tragédia grega, ritmado numa convulsão de agonia e de morte.

- Morreu nosso Pai! Morreu nosso Pai!...

Ao cair da noite, saída as autoridades, os ricos, o Cemitério desapareceu numa onda de famintos, de pobres, de deserdados agrupados junto ao túmulo, urrando de dor”.

Finalmente, a página do Padre Luiz Monte, traça, através da Psicologia e da Biotipologia, o perfil da personalidade deste último. Justifica, afirmando que “A virtude do Padre João Maria não foi temperamento. A bondade cativante que tanto o distinguiu, não era filha de um temperamento apático e frio resultante de nátrias psicológicas inelutáveis. Quem lhe conhecesse a constituição impulsiva e os característicos do seu tipo psicológico, conviria, decerto, que a virtude nele foi o resultado de um trabalho indefectível, acurado persistente.”

E continua: “Padre João Maria na sua bondade cativante, na sua caridade ilimitada, no seu heroísmo sem alardes, tem sido

uma dessas figuras que o tempo e o esquecimento não soem desbotar. O tempo que para alguns cava abismos de esquecimento, levantou-lhe um pedestal magnífico, onde a geração presente queima o incenso da gratidão e do reconhecimento.

Padre João Maria foi um artista. Do bloco informe de mármore não fez brotar as linhas delicadas duma estátua; sua mão jamais delineou os contornos duma tela famosa; foi, contudo, um artista inextinguível”.

E conclui: “Grande artista foi o Padre João Maria, que da massa inconsistente da vontade, plasmou a estátua grandiosa de seu caráter”.

O exemplo dignificante do grande apóstolo da Caridade, que foi o Padre João Maria Cavalcanti de Brito, há de brilhar, eternamente, para mostrar às gerações que passam, o valor do Amor. Do amor dedicado ao próximo, seu irmão; amor que eleva as almas e as conduzem ao Infinito.

* Membro da Academia Norte-rio-grandense de Letras

O POVO SABE QUE ELE É SANTO

Diógenes da Cunha Lima*

O padre João Maria (1843-2005), este ano, tem comemoração de Centenário. Será uma intensa semana de preces, cânticos, palestras, lembranças, representações. A Academia Norte-Rio-Grandense de Letras fará uma mesa-redonda sobre o santo canonizado pelos natalenses.

O que desejamos, nós os seus devotos, é vivificar o culto para quem aqui praticou toda a bondade, à pessoa que agia sempre pela vontade de Deus. Os seus milagres são atestados por muitos devotos. O busto, na Praça que tem o seu nome, fica cercado de velas votivas e de ex-votos representando partes do corpo humano, símbolos da gratidão por repetidas ações milagrosas do sacerdote.

O padre João Maria foi homem valorizador da liberdade, no mais alto sentido da expressão. Levando água, leite e pão a miseráveis choupanas, libertava da fome. Libertava pessoas das doenças do corpo e da alma.

Conta-se do carinho e do rigor do seu pai, Amaro, um pobre mestre-escola de Jardim de Piranhas e de sua mãe Ana. Em aniversário do pequeno João Maria, Amaro presenteou-o com um casal de canários cantadores, em uma bela gaiola que fizera. No dia seguinte, quando o pai viu que a porta da gaiola havia sido deixada aberta e os pássaros haviam voado, reclamou do desleixo de João

Maria e este respondeu que foi de propósito. Levou justificada surra. Ao amanhecer, os ponteiros barba-de-bode, travessas de madeira e arame da gaiola estavam empilhados na porta do quarto do menino. Nunca mais os pássaros voltariam à “prisão”.

Vigário de Natal, fundou e dirigiu a Sociedade Libertadora Norte-Rio-Grandense. A Lei Áurea, assinada pela Princesa Isabel, não produziu resultado em Natal: todos os escravos já haviam sido libertados.

Os canários estão para o padre João Maria, como os pombos estão para São Francisco de Assis. Sempre ao seu lado. O padre Ausônio Tércio escreveu que, estando na Catedral de Santana em Caicó, pediu ajuda para fazer um jornal católico. Referiu-se que era o velho sonho do Padre João Maria. De súbito, a Igreja encheu-se de canários, sem que se soubesse de onde vinham. Quando o padre terminou a prédica os canários foram embora.

A história do Padre João Maria é pontilhada de acontecimentos impressionantes. Uma vez, foi preso alta noite, em lugar ermo na Praia do Meio porque o doutor Silvino Bezerra Neto, responsável pela segurança pública, mandara prender um lobisomem que assombrava a população. O preso era o Padre. Saíra de noite para ajudar a indigentes.

O prefeito Djalma Maranhão perseguido por sofrer acusação de ser comunista, em 1957, sancionou lei concedendo auxílio de cinco mil cruzeiros para construir a sua capela. No ano seguinte, o prefeito denominou o bairro adjacente com o seu nome.

Cada um de nós deve fazer alguma coisa em louvor da “figura humana mais pura que eu me deparei na vida”, como afirmou José Augusto Bezerra de Medeiros. Até porque o povo sabe que ele é santo.

* Presidente da Academia Norte-rio-grandense de Letras

CENTENÁRIO DO PADRE LUIZ MONTE

Jurandyr Navarro*

Dizem os Livros Sagrados: “Toda obra excelente será louvada e aquele que a executa será honrado”.

De igual entendimento, não se pode deixar obscura a ação generosa dos eminentes vultos da humanidade, que se destacaram durante a trajetória de sua existência.

Diversas as ferramentas utilizadas por esses audazes cavaleiros dessa cruzada santa e vitoriosa.

O santo usou, para alcançar o seu propósito, a virtude oblativa, na dedicação do amor ao próximo, seu irmão necessitado. O herói da pátria empregou a sua coragem na hora decisiva.

O pensador, a sua inteligência.

A passagem do Centenário de nascimento do Padre Luiz Gonzaga do Monte, traz-nos, à mente, essas considerações preliminares, para poder enfocar os traços marcantes da sua vida, breve vida de apenas 39 (trinta e nove) anos de idade.

Quem, no Rio Grande do Norte e no Brasil, com apenas essa idade, atingiu como ele, semelhante erudição cultural?

Vida breve mas grandiosa por reunir a coragem do herói, a virtude do santo e a inteligência do sábio. Sábio, pelos conhecimentos científicos conquistados, herói pelo combate ao maléfico e santo por reformar-se interiormente.

Foi, o Padre Monte, um intelectual na mais lídima expressão do vocábulo.

Penetrou nos arcanos da Literatura, da Ciência e da Religião. A inteligência fulgurante fê-lo filósofo e pensador. Cientista, tornou-se através do estudo persistente. Credenciou-se moralista para ter autoridade necessária no exercício do magistério, em proveito da instrução e da educação da Mocidade estudiosa.

O valor inquestionável da sua cultura enciclopédica foi elogiado por intelectuais de renome da gleba potiguará: dele, disse Luiz da Câmara Cascudo: - “O Padre Monte foi a cultura mais ampla que possuímos”; “Ninguém, no Rio Grande do Norte, o igualou em pluralidade de saberes”, afirmou Nilo Pereira; e o Cônego Jorge, seu biógrafo, assim se manifestou: “Monte dominou toda a Ciência do seu tempo”.

Portou-se com dignidade na sua atividade eclesiástica. Participou, assiduamente, da imprensa católica, escrevendo trabalhos próprios de um cientista, de um literato e de um religioso, no sentido mais exato da expressão.

Por determinação do Bispado, dirigiu a Ação Católica, os movimentos de jovens: - A Juventude Feminina Católica, a Juventude Operária Católica, a Cruzada Eucarística e outros. A propósito de sua dedicação a esses movimentos, declarou Stela Wanderley, filiada a um deles: - “Não se concebia como aquele ser quase etéreo pudesse agasalhar tanta audácia mística; e essa audácia ele soube empregar em todos os setores da Fé, pregando, escrevendo, dirigindo, criando. Aurora que anoiteceu sem crepúsculo, o Padre Monte deixou na Congregação Pia União das Filhas de Maria, o exemplo de sua fidelidade à graça e ao exemplo de sua virtude acrisolada. A Pia União nele encontrou as asas que lhe faltavam para alçar os grandes vôos”.

Professor do Velho Atheneu, nas disciplinas Latim e Matemática, onde defendeu Tese para Catedrático, em 1933; no

Imaculada Conceição (Moral e Matemática); no Marista, no Seminário.

Orador eloqüente e conferencista notável. Poliglota em nove idiomas, incluindo as línguas consideradas mortas: hebraico, grego e latim.

No dia da sua Ordenação de Sacerdote, mês de Setembro de 1927, o grande latinista da época, o Cônego Estevam José Dantas, declarou à imprensa – jornal, “A Ordem”: “O Padre Luiz Monte, que hoje se ordena, já pode ser considerado o maior latinista do Estado”. Tinha, o Padre Monte, 22 (vinte e dois) anos de idade.

Deixou livro sobre Sexologia, analisado sob o ângulo científico, na década de 1930. Um outro em relação ao Espiritualismo, ainda inédito. Um compêndio de Biologia. Duas Teses Latinas – As Preposições A – AB – ABS, analisando os vários livros da Eneida, de Virgílio; e a outra intitulada Lexiologia e Sematologia. Escreveu uma Monografia refutando, em parte, a Psicanálise de Freud e o fazendo, em alguns pontos, em relação à Teoria da Relatividade de Einstein, estes dois sábios ainda vivos.

Eram-lhe familiar a Biologia, a Química, a Física, a Matemática, a Astronomia, a Mineralogia, a Geologia, a Biotipologia Criminal, a Endocrinologia, a Paleontologia, a Psicologia, a Psicanálise, e outras ciências. Conhecia toda História da Antiguidade, a Mitologia, a Antropologia, a Filosofia.

A tudo estudava e a tudo aprendia. Em consonância a esta asserção, afirmou o Acadêmico Manoel Onofre Júnior, em livro: “O Padre Monte sabia tudo, ou quase tudo...”

O Centenário, ora transcorrido, marca no tempo, a lembrança da grande figura humana, que foi o homenageado desta página, o ilustre e ilustrado sacerdote do Altíssimo – Padre Luiz Monte. A sua memória permanecerá indelével nos anais da Igreja Católica e na Cultura do Rio Grande do Norte, por ter possuído filho tão eloqüente quanto digno.

Por ocasião da sua morte prematura, antes de alcançar os quarenta anos de idade, declarou o Bispo de Natal, da época, Dom. Marcolino Dantas, de saudosa memória:

“A terra irá descansar cem anos
para produzir outro fruto como este”.

* Membro da Academia Norte-rio-grandense de Letras

UM GRANDE MESTRE

Mário Cavalcanti *

*“Nenhum descontentamento, nenhum desânimo;
se acabas de naufragar, recomeça”*

Marco Aurélio

Tive, há poucos meses, uma das maiores alegrias da minha vida. Recebi, em meu pobre e modesto lar, a honrosa visita de um antigo professor e querido amigo; chama-se Tércio Rosado Maia. Ha muitos anos que não tinha o prazer de vê-lo. Velho, alquebrado, quase cego. Quando moço, tentou vários meios de vida: comerciante, industrial e outros. Não acertou o passo. Apesar da proteção, ajuda, estímulo e exemplo do pai austero e venerando.

Tinha quase 40 anos quando transferiu-se para Recife, ingressou no Magistério e no jornalismo. Dentro de pouco tempo triunfou em toda linha. Brilhantemente, começou conquistando o primeiro lugar, entre dezenas de candidatos, num concurso para docente do Ginásio Pernambucano. Encontrara, finalmente, o seu elemento. Galgou todos os postos da carreira, atingiu o ápice. É catedrático da Universidade de Pernambuco. Respeitado, mais que isto, venerado. Quando na Cátedra, se transforma. Transfigura-se,

metamorfoseia-se, cintila, chispa, ilumina, brilha, fulgura, atinge as culminâncias dos candores, apesar dos anos, da longa e pertinaz enfermidade, vira menino, vibra.

A figura bisonha e cansada resplandece, é o mestre, na mais completa e ampla acepção do termo. O grande mestre que formou gerações. Seu prestígio no seio da classe estudantina é imenso. Domínio absoluto, pelo caráter sem jaça, pela grande sabedoria, pela nobreza do coração, pela bondade infinita.

Uma fome insaciável de saber, vasta e sólida cultura, poliforma, estudioso incansável, as prolongadas leituras, noite velha, extinguiram-lhe a visão, quase por completo.

Farmacêutico, dentista, bacharel, quartanista de Medicina, estilista, cultor das belas letras, escritor primoroso, eterno apaixonado da boa e sã literatura, enamorado da prosa em alto estilo, familiar de todos os mestres da literatura universal – antigos, modernos, contemporâneos –, um cabedal de conhecimentos, uma modéstia que ultrapassa todos os limites.

Procurei animá-lo a escrever uma obra de fôlego, à altura do seu grande saber, escusou-se modestamente. É um homem singular, alma grande e branca como o arminho, espírito juvenil, palestra encantadora, senhor de todos os assuntos, linguagem simples, pausada, firme, escorreita, proficiência e profundidade de conceitos, uma vida bem vivida, cheia de benefícios à coletividade, clara e bela, qual Francisco de Assis, “o trovador de Deus”, é incapaz de cometer uma ação má, simples entre os mais simples, desprendido de todo interesse material, magnânimo, sempre pronto para a prática das mais nobres ações.

Incompreendido em seu berço natal, sofreu os maiores dissabores.

Ninguém é profeta em sua terra. Sua pena é leve e sisuda, discorre, com rara inteligência e maestria, sobre os mais intrincados e variados assuntos.

O professor, o padre e o médico não se fazem, nascem feitos. Tércio Rosado nasceu professor, e, como tal, poucos o igualam, raros o ultrapassam.

Cumpriu, e muito bem, a sua missão na terra, felizes daqueles que, como ele, passam a vida fazendo o bem. *Avis rara! Avis rara!*

* 1900/1977. Professor, autor do livro “A Tragédia do Mestre-Escola”.

Nota da redação:

Tércio Rosado foi o primeiro ocupante da cadeira nº 32 da ANRL.

ANEXO II - PROPOSTA DE PROJETO DE PESQUISA

142

1. TÍTULO

AVALIAÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS

- ANÁLISE DE RISCOS AMBIENTAIS

- ANÁLISE DE RISCOS AMBIENTAIS

2. OBJETIVO GERAL DO PROJETO DE PESQUISA

ANÁLISE DE RISCOS AMBIENTAIS

AMÉLIA EARHART

Pery Lamartine*

Amélia Earhart foi uma das mais ousadas aviadoras do seu tempo e de todos os tempos. Em 1918 trabalhava com funcionária de um hospital militar em Toronto/Canadá, quando começou a se interessar pela aviação, mas só em 1922 conseguiu, em Los Angeles, o seu “brevet”.

Em 1927, Amélia e o resto do mundo celebrava a travessia do Atlântico Norte, por Charles Lindenberg. O Sr. George Palmer Putnam, editor de livros e amigo de Amélia, inspirado na travessia de Lindenberg, imaginou uma repetição daquele feito, sendo realizado por uma mulher, mesmo que ela fosse de passageira. “Daria uma ótima história”, achava ele. Conhecendo o envolvimento de Amélia com a aviação, convidou-a para aquela aventura e para surpresa dele, ela aceitou o desafio. A viagem foi planejada, usando um avião Fokker chamado “Friendship”, levando o experiente piloto William Stultz e o mecânico Gordon. Amélia iria de segundo piloto pela pouca experiência que tinha. O vôo partiu dia 17 de junho de 1928, de Trepassey Bay, Newfoundland /Canadá e 20 horas e 40 minutos depois pousou em Burry Port no País de Gales. O resultado dessa travessia foi o livro que Amélia escreveu (20 hours, 40 minutes: our Flight in the Friendship) publicado por Putnam, com grande sucesso. Em 1932 repetiu a travessia, desta vez sozinha.

Nessa oportunidade ela foi recebida até pelo Senado francês. Em 7 de fevereiro de 1931 contraiu matrimônio com seu editor, Mr. George Palmer Putnam em Noank, Estado de Connecticut.

A partir daí Amélia fez vários “raids” pelos Estados Unidos, México e Havaí. Tinha, porém, na cabeça uma meta bem mais ousada: uma volta ao mundo pela rota do equador. Com a ajuda do esposo, comprou um bi-motor moderno para a época (Electra), com equipamentos sofisticados (tinha até piloto-automático, uma novidade nos aviões de então). Planejou a rota a ser seguida: decolava de Oakland (São Francisco da Califórnia) para Honolulu, Ilhas Howland, Nova Guiné e Port Dawin/Austrália. Daí seguia para a África passando pela Arábia e depois o Brasil, retornando ao ponto de partida. Estava previsto voar cerca de 10.500 quilômetros sobre água.

No dia 17/03/1937 partiu para iniciar a sua aventura. Na chegada em Honolulu foi acidentada; retornou a Califórnia, reparou o avião e reformulou a rota preferindo agora seguir pelo Leste. Levava em sua companhia o navegador Fred Noonam. No dia 19 de maio seguinte partiu para Miami, onde ficou alguns dias e prosseguiu para Porto Rico, Paramaribo, Fortaleza no Ceará e Natal. Pousou em Parnamirim dia 07/06/1937 às 06,55 da manhã. Aqui, foi hóspede do inglês Scottbroock e escreveu o seguinte comentário sobre o nosso Aeroporto: “... é enorme com pistas longas bem demarcadas e grandes hangares. Com aviões franceses, americanos, alemães e brasileiros pousando e decolando a todo instante, eu imagino que é o aeroporto mais cosmopolita e multilíngua do nosso hemisfério.” Na madrugada seguinte, partiu no rumo da África. Gastou 13,02 h na travessia do Atlântico Sul. De Dacar seguiu direto para a Arábia, sobrevoando a África Central. Chegou a Karachi e prosseguiu para Singapura, Austrália e Nova Guiné. No dia 02 de julho Amélia decolou de Lae(Nova Guiné) para enfrentar o Pacífico, no rumo das Ilhas Howland, um minúsculo ponto no

meio do oceano. Desapareceu no mar sem uma causa aparente. O jornal americano Herald Tribune, naquela data recebeu de Lae, uma mensagem comunicando a decolagem dela , as 10 horas (hora local) com destino as Ilhas Howland. Após 7 horas de vôo ela mandou uma mensagem comunicando sua posição e que já havia voado 800 milhas. Mais tarde passou outra comunicação informando do céu nublado e coberto. Uma hora adiante passou outra mensagem dizendo que estava voando em círculo. Julga-se que ela já deveria estar próximo as citadas ilhas. Cinco horas depois ela passou o que seria a sua última mensagem: “Estamos voando para frente e para trás , procurando a Ilha.” Não se ouviu mais nada de Amélia. Presume-se que na manhã de 3 de julho o avião ficou sem combustível e caiu no mar. Foi montado uma enorme operação de salvamento pela Guarda Costeira Americana , com aviões e barco cobrindo uma área de 265 mil milhas quadradas sem qualquer sucesso. No final de julho as buscas foram suspensas e a afamada aviadora e seu navegador foram dados como mortos. Se tivesse conseguido completar a volta ao mundo pela rota do equador, teria voado 27.000 quilômetros. De qualquer maneira o seu nome ficou ligado aos grandes feitos aviatórios do mundo. Não teve patrocinador; sua renda era o resultado da venda de envelopes de mala postal para colecionadores. As mensagens enviadas pelo correio ao seu marido, de cada lugar que pousava, Mr. Putnam reuniu todas elas e transformou no livro intitulado The Last Flight, ainda hoje bem vendido nos Estados Unidos. Deixou escrito alguns pensamentos e até um poema que parece haver sido inspirado nela própria:

CORAGEM

Coragem é o preço que a vida exige para conceder a paz.
 A alma não a conhece, não sabe se libertar
 Das pequenas coisas;

Não conhece a pálida solidão do medo
 Nem a altura das montanhas, onde a amarga alegria pode
 ouvir

O zumbido das asas.

Como pode a vida nos conceder a dádiva de viver, compensar
 As lúgubres tristezas e ódio impregnado !

A não ser que ousemos.

O domínio da alma ? Cada vez que fazemos uma escolha,
 pagamos

Com a coragem para suportar o dia sombrio

E considerá-lo favorável.

Fontes consultadas:

Os livros:- The Last Flight – Amélia Earhart - Organizado
 por George Palmer Putnam

Concise Dictionary of Great 20th Century Biographies –
 Katryn Knox Doman Editors.

História da Aviação no Rio Grande do Norte – Paulo P.
 Viveiros – Editora Universitária – Natal – setembro de 1974.

* Membro da Academia Norte-rio-grandense de Letras

PERFIS DE MINHA TERRA

Valério Mesquita*

01) Na primavera política do início dos anos sessenta no Rio Grande do Norte, pontificava na província submersa de Macaíba, a imbatível Pensão da Esperança. Nasceu no fragor das lutas eleitorais e foi a nau catarineta do aluizismo. Nela singrava o mar encapelado da política macaibense, a capitã de longo curso e minha prima Graziela Mesquita. Bacurau de cinco estrelas, Grazi era uma das dissidências dos Mesquita. Situada à rua de Nossa Senhora da Conceição, a Pensão da Esperança, era também o Porto Seguro das caravanas, das manifestações aluizistas e quem fosse arara jamais seria hóspede. Graziela solteirona invicta, mas parecia uma matrona romana. Andava nas pontas dos pés, como se fosse desabar de frente. Pesava-lhe muito o imenso busto-arbusto. Elétrica, vibrante, frenética e fanática, era simpática com todos os seguidores da causa. Nesses tempos trepidantes tivemos uma relação política difícil mas respeitosa. Isso influenciou, para que, mais tarde, tornássemos correligionários, até a sua morte.

A Pensão da Esperança era o termômetro político da cidade mas também o alvo possível das manifestações hostis do dinamismo radical. De quando em vez, ocorriam “*atentados à bomba*” no recinto, obra de alguns ativistas sorrateiros para perturbar o sossego de Graziela e testar o seu prestígio. Mas, nem era preciso. Como um

raio, riscava à porta o Delegado de Polícia para as necessárias averiguações e prisão dos culpados. Grazi era intocável, um patrimônio tombado e vivo da cruzada da esperança. Outro enfoque político digno de nota, era a sua fiel ala-moça, treinada para cantar as canções de Aluízio. *“Cigano feiticeiro, teu feitiço, ai meu Deus, eu faço tudo, tudo pelo governo seu e o eleitor o que deve fazer? É virar cigano e votar com você”* Isso sem falar na canção principal que dizia que *“Aluízio Alves veio do sertão, lá do Cabugi... ”*.

Assim se passou uma página folclórica, melódica, ingenuamente dramática e humana da vida política de Macaíba, que teve na Pensão da Esperança o oxigênio natural desse mundo frágil e encantado. O seu antigo endereço desapareceu com a sua proprietária, só restando a memória visual e auditiva da reconstituição dos gestos, das verdes bandeiras pandas ao vento, do ruído da multidão, da silhueta de Graziela, tudo como uma saudade suspensa no ar, mas renovada todas as vezes que passo pela calçada.

02) José Jorge Maciel era filho de Olímpio e Elen, as figuras mais puras que conheci na infância-adolescência em Macaíba. Meu primo pelos dois lados: Mesquita de Elen e Andrade de Olímpio.

Lembro-me do casarão encantado da rua Pedro Velho, onde nasceu Maciel. A força evocativa do seu nome me devolve aos anos cinqüenta, quando menino escutava as alas-moças entoarem a canção do líder nascente *“É Maciel, nosso Prefeito”*. Médico, jovem, despontava para a política que o fez Prefeito e Secretário de Estado. Depois, interrompeu o destino político para atender a vocação profissional. Mesmo assim, a sua passagem pela política não foi meteórica. Era um democrata de idéias e lutas nascidas nas vertentes literárias da velha Faculdade de Medicina da Bahia contra os esbirros do Estado Novo.

Com o despontar da redemocratização do País, aliou-se aos grandes vetores das mudanças políticas do estardecer dos anos

quarenta. De longe observava-o que mesmo distante da lide política não perdera na retina o brilho das multidões e das estrelas do céu de sua terra.

Em Macaíba, a ele se credita a construção do Estádio Municipal de Futebol, que tem o seu nome, homenagem dos desportistas locais.

Foi na área da educação pública que realizou a maior tarefa, incrementando nos idos de 1956, o ensino comercial na década, construindo a Escola Comercial, cujos fundamentos permanecem até hoje, através do Colégio Comercial Dr. Severiano.

À época, posso me lembrar, na área do ensino, Maciel contou com o apoio de um verdadeiro time de bons professores que muito o ajudou na planificação dos projetos de educação: Aldo Tinôco, Aguinaldo Ferreira da Silva, Rivaldo D'Oliveira, Geraldo Pinheiro, Manoel Firmino de Medeiros, Francisco Vésicio de Lima, João Batista Pessoa entre outros. Fundou a primeira Unidade de Saúde de Macaíba, à rua do Barro Vermelho, cujo destaque assistencial à pobreza vai para a sua esposa Zuleide Meira Maciel e irmã Maria Maciel.

Vindo pra Natal, foi Diretor do Sanatório Getúlio Vargas. Fundou o Instituto de Radiologia de Natal e foi Chefe do Serviço de Radiologia do JNPS. Exerceu esses cargos com honestidade, coerência de princípios e correção de atitudes. Foi casado com Zuleide Meira Maciel, minha prima, de cujo casamento nasceram quatro filhos: Olímpio, Nadja, Cleide e José. Por fim, Ivan Maciel, do brilho de sua inteligência, assim sintetizou o tio: *“Na aparente aspereza escondia o sal e o sol da ternura humana”*.

03) Dois nomes numa só e inconfundível pessoa. Em ambos a cara de Macaíba. Macaíba dos anos trinta, quarenta, cinquenta... No seu rosto uma saudade suspensa no ar de tempos idos e vividos. Ele é a enciclopédia ambulante da ascensão e queda da fauna e fausto da cidade. Conviveu com ricos e pobres e de todos carrega

estórias de fatos que marcaram épocas. Zé Fradinha, apelido dado tão logo chegou a Macaíba em 1924, na luta para sobreviver fez de tudo. Mas, foi como gerente de um bar que surgiu o Zé Distinto, pela cordialidade de trato abrangente e superlativa. Aí ele passou a se incorporar a geografia humana e sentimental da cidade. Era o Zé Distinto por trás de um balcão de um amplo bar, no comando de fregueses heterogêneos, desde deputados, prefeitos, vereadores, funcionários, operários, motoristas, jogadores de baralho, vagabundos, a todos ele conhecia pelo nome, resumidos a sua humanidade comum.

Com mais de oitenta anos, Zé Distinto tem hoje uma memória invejável. De quando em vez, me traz o seu “dossiê” histórico constituído de um grosso volume com fotos de personagens e aspectos urbanos de Macaíba de cinquenta a setenta anos atrás. Relembra fatos e guarda fotos de 1929, da visita de Washington Luiz a Macaíba e Getúlio Vargas em 1933, para inaugurar a antiga sede da Prefeitura local. Sempre visitava Cascudo no Casarão da Junqueira Aires. O mestre lhe tinha uma ternura especial pois conhecera os pais e a família de D. Dália Freire Cascudo, todos de Macaíba. De sua coleção particular saíram fotos de prédios centenários da cidade que hoje emolduram as paredes do Museu do Solar do Ferreiro Torto. Um homem assim, sem estudo, mas doutorado pela universidade da vida, com a sensibilidade cultural sem ser intelectual, não pode ser esquecido, passando privações. Bem que a Prefeitura de Macaíba e a Câmara Municipal poderiam fazer alguma coisa por ele. Ainda é tempo para despertarem.

O exemplo dado por Zé Distinto, de humanidade, de valorização da vida, de amor a cidade, de preocupação com a preservação da história cultural do município não poderá ser em vão. Católico, respeitoso, não se queixa a ninguém da pobreza que o aflige. Gosto de conversar com ele. Mergulho no passado longínquo

de Macaíba e consigo à maneira de Marcel Proust restituir a memória tátil, olfativa de todo esse universo desaparecido.

Tendo nascido aqui, não há alubrimento maior do que caminhar pelas ruas desertas a conversar mentalmente com os fantasmas da cidade ou sonhar os sonhos dos casarões que ruíram. Zé Distinto me conduz a tudo isso como batedor fiel, timoneiro, ator e protagonista do passado e do presente. Um personagem extraído do Cine Paradiso, tenho certeza. Inesquecível.

* Membro da Academia Norte-rio-grandense de Letras

COMIDAS DO MEU SERTÃO

Manoel Onofre Jr. *

No meu tempo de menino, em Martins, eu não dava nenhum valor às comidas sertanejas do dia-a-dia, mas ansiava por aqueles alimentos industrializados, que depois banalizaram-se, mas que, na cidadezinha interiorana daquele tempo, eram avis rara. Goiabada em lata, biscoito champagne e cream-cracker, queijo do reino, guaraná, etc. – tudo isto vinha como que num halo de imenso prestígio. Lembro-me de uma grande lata de doce “quatro em um” (figada, pessegada, goiabada e marmelada), maravilha das maravilhas, que o meu pai trouxe de Natal. Às vezes, eu desejava ficar doente, pois assim teria direito a tomar guaraná...

Cinquenta anos depois, morro de vontade é de me deliciar com aquelas comidas sertanejas, que a minha mãe sabia fazer tão bem. Resta-me, porém, tão-somente a nostalgia, a proustiana busca daquele universo gastronômico.

Consola-me rememorar o sabor da maxixada que mamãe fazia com maxixes verdinhos, cheiro verde, nata e pedaços de queijo de coalho. Uma gostosura. E a galinha à cabidela? Jamais encontrei outra com sabor igual.

Mas, galinha era prato de festa. No cotidiano, no chamado trivial variado, comia-se, basicamente, feijão, arroz, farofa e carne. Quando se dizia “carne”, já se sabia: era carne bovina ou de criação

(ovina, caprina) ou, com menos freqüência, carne de porco. Nunca a caça (veado, tatu, etc.), já então escassa, nem tampouco aves. O feijão mais comum era o “rabo de peba” (nome alusivo ao formato da bagem?), vindo da fazenda do meu pai. Variedade, parece-me, do feijão-de-corda, sabor mais para a lentilha do que para o feijão-de-arranca ou o preto, que mal conhecíamos. Papai costumava misturar, em seu próprio prato, feijão, farinha de mandioca e pedaços de toucinho, fazendo uma espécie de pirão, que comia com arroz-de-leite (arroz cozido no leite de vaca) e carne assada (carne-de-sol na brasa), paçoca, comboeiro (pequenos pedaços de carne torrada, salpicados de farinha) e jerimum caboclo.

Verdura? Pouca, pouquíssima.

Papai, um sertanejo de quatro costados, sempre dizia:

– Quem gosta de verdura é lagarta.

Na horta do quintal lá de casa cultivavam-se tomates, cebola roxa, coentro, folha-verde (cebolinha) e mais nada.

Não se tinha o hábito de tomar sucos ou qualquer outra bebida durante as refeições. Sobremesa não faltava, quando menos um pedaço de rapadura com queijo de manteiga ou queijo de coalho.

Bom era doce de leite granulado, feito com rapadura. Papai gostava muito de mel de jandaíra, a que juntava um pouco de farinha de mandioca. Outra iguaria da preferência dele: mel de engenho um tanto ralo, com gosto de cana.

Doces de frutas havia em quantidade – de caju e manga, em pasta; de jaca, mamão com coco, caju, banana e goiaba, em calda. Mas, o rei dos doces, se me permitem a expressão, era o chouriço. Incrível doce, este, feito com sangue fresco de porco, farinha de mandioca, rapadura, gergelim, castanha de caju, banha de porco, erva-doce, canela, cravo, pimenta do reino e leite de coco!

No jantar, por volta das 6 horas, quando a amplificadora irradiava “A Hora do Ângelus”, serviam-se pratos mais leves. Nada de sobremesa, então. Jerimum com leite era uma boa pedida. Ou

mungunzá, xerém, coalhada, arroz-doce, papa de carimã (delícia!). E mais: tapioca, beiju, queijo de coalho assado, batata doce e macaxeira cozidas, pão-de-ló, bolo de carimã, de ovos, sequilhos. Tudo isso regado a café-com-leite ou café preto. Eu gostava muito de pão de milho, uma espécie de cuscuz. Nada melhor para comer com dois ovos de galinha estrelados na manteiga do sertão. De lamber os beijos.

Se era tempo de inverno, ou seja, a estação das chuvas, havia fartura de comidas de milho verde: canjica, pamonha, milho cozido ou assado na brasa. E muita melancia, muito melão.

Se estávamos na fazenda, o cardápio mudava em dia de matança de carneiro. A mesa do almoço, então, ficava repleta de transbordantes travessas: panelada, buchada, sarapatel (picadinho de fígado, sangue e rins) e o acompanhamento indispensável: pirão.

Ah! escrever isto dá água na boca.

Ia me esquecendo de falar dos peixes... Peixes de água doce, é claro. Lembro-me de quatro: piaba, cará (peixes miúdos; só crianças se interessavam em pescá-los), traíra e curimatã. Este último, sem dúvidas, o mais saboroso.

Diante de um prato de curimatã ovada, imersa em molho de nata, era difícil não cometer o pecado da gula.

* Membro da Academia Norte-rio-grandense de Letras.

FÉ E RAZÃO

Côn. José Mário de Medeiros*

Sempre no curso da história houve uma pergunta: a ciência e a fé se excluem mutuamente?

Passada a Idade Média, com o surgimento do Iluminismo acreditou-se que sim. Contudo com o declínio do cientificismo ou do dogmatismo científico, segundo o qual a ciência resolveria todos os problemas do homem; com o reconhecimento por parte dos teólogos, de que a ciência goza de autonomia no que lhe diz respeito; com a consciência de que a fé religiosa não se opõe à pesquisa e progresso da ciência, chegou-se à conclusão que não.

Diante do que vimos acima, sabemos que a questão das relações entre a ciência e a fé já se apresentou em termos mais agudos e pungentes do que em nossos dias.

No século XIX, o divórcio entre ciência e fé era muito mais freqüente quando a ciência começou a tomar o impulso que até no nosso século XXI vai se intensificando. Não foram poucos os pesquisadores e homens de ciência que acreditavam que a ciência daria resposta a todas as interrogações do homem. Em conseqüência desta maneira de pensar houve cientistas que

agrediram e ridicularizaram a fé, a religião e mesmo a Igreja Católica.

Tratava-se do cientificismo ou cienticismo. Graças a Deus isso hoje está inteiramente superado.

Os estudiosos, quanto mais penetram no mundo do saber, tanto mais conscientes se tornam de que pouco sabem e de que devem reformular sentenças outrora tidas como inabaláveis, além de que, encontram novas interrogações a pedir respostas.

Lévi-Strauss, o pensador estruturalista ateu, diz, por exemplo, que a ciência é incapaz de “responder a todas as questões. Ela não o pode nem o poderá jamais”.

François Jacob, notável biólogo francês, prêmio Nobel: “Não creio que a ciência jamais consiga explicar o que um homem pode ressentir diante de um sorriso de uma mulher, diante de um pôr do sol ou de um concerto de Bach. Estes são dois aspectos do homem, dois aspectos irreduzíveis um ao outro (a ciência e os afetos)... Não se pode propor uma filosofia que dê razões de nascer, viver, ter filhos e morrer, sem levar em conta dois aspectos. Julgo que há aí um grande problema, e que esta é uma das razões pelas quais estamos numa situação de ruptura e angústia”.

Raymond Aron, cientista ateu, prestou o seguinte depoimento: “Sinto-me chocado quando tal ou tal cientista considera que os resultados da sua disciplina, por exemplo, a biologia, demonstram o absurdo das crenças religiosas ou permitem explicar integralmente o mundo no qual estamos”.

O que há em comum em todos esses testemunhos é o fator de que seus autores admitem outra fonte de saber e de respostas para o ser humano, além da ciência, isto é, além das experiências de laboratório, das pesquisas “in loco” e das conclusões ou leis estatísticas que daí se podem deduzir.

Até fins do penúltimo século e ainda no decorrer do século passado, muitos cristãos e teólogos julgavam poder tirar da Bíblia, respostas para questões científicas: teses sobre a origem do mundo, o evolucionismo e o fixismo, a idade da terra e do gênero humano eram apresentadas em nome da fé.

Hoje, sabemos que Deus ao revelar o seu projeto aos homens não quis com isso lhes desvendar os segredos da natureza, isto é o objeto da pesquisa científica.

Em nossos dias a teologia reconhece a autonomia da pesquisa científica, muito embora saibamos que essa autonomia tenha limites. Portanto, a ciência e a fé já não competem entre si; mas vê-se que a fé continua o caminho de penetração dentro da verdade iniciado pela ciência; continua, levando para o plano superior. Vejamos o que diz Gaudium et Spes no número 36:

“Se a pesquisa metódica em todas as ciências proceder de maneira verdadeiramente científica e segundo as leis morais, na realidade nunca será oposta a fé; tanto as realidades profanas quanto as da fé originam-se do mesmo Deus. Mais ainda: aquele que tenta perscrutar com humildade e perseverança os segredos das coisas, ainda que disto não tome consciência, é como que conduzido pela mão de Deus, que sustenta todas as coisas, fazendo que elas sejam o que são. Portanto permita-se-nos lamentar algumas atitudes que não faltaram, às vezes entre os próprios cristãos, por não se reconhecer claramente a legítima autonomia das ciências. Nas disputas e controvérsias suscitadas por este motivo, levaram a mente de muitos a julgar que a fé e a ciência se opunham entre si.

Todavia, se pelas palavras ‘autonomia das realidades temporais’ se entende que as coisas criadas não dependem de Deus e o homem as pode usar sem referência do Criador, todo

aquele que admite Deus percebe o quanto sejam falsas tais máximas. Na verdade, sem o Criador a criatura esvai-se. Além disto, todos os crentes, de qualquer religião, sempre ouviram a voz de Deus e a sua manifestação na linguagem das criaturas. E pelo esquecimento de Deus a própria criatura torna-se obscura”.

Aliás, já o Concílio do Vaticano I (1870) havia declarado: “Embora a fé esteja acima da razão, não pode haver genuína contradição entre uma e outra. O mesmo Deus, que revela seus mistérios e infunde a fé, deu à mente humana a luz da razão ora Deus não pode negar a si mesmo nem a verdade pode contradizer, à verdade. Têm-se falsos espécimes dessa contradição quando as proposições da fé não são entendidas e expostas segundo a mente da Igreja ou quando opiniões são tidas como sentenças definitivas da razão” (Denzinger – Schoenmetzer, Enquirídio 3017 (1797).

O progresso da ciência contemporânea abre precisamente maior espaço para a fé: “quanto mais sabemos, tanto mais tomamos consciência de que não sabemos... É a própria ciência que nos informa a respeito dos seus limites”. A ciência é a glória do homem, a condição de sua sobrevivência intelectual e material; não obstante, é a própria ciência que nos faz compreender sempre melhor a espessura daquela escuridão, de que a ciência ilumina apenas um setor. No fundo dessa escuridão não poderia estar Deus?

A ciência não enxerga toda a estrada que deve ser percorrida pelo ser humano. Ela ilumina apenas um segmento da estrada. Mas ela é incapaz de dizer aonde a estrada leva.

Há um conflito, portanto, entre ciência e fé? Não só não há, nem pode haver conflito entre estas duas esferas. A verdade é uma só; por conseguinte, as verdades que o cientista descobre na natureza repousam sobre as verdades que a fé nos ensina. Hoje

em dia todo mundo admite que é impossível encontrar, por via científica, um argumento qualquer contra a existência de Deus.

Estamos, efetivamente, saindo da era positivista que só aceita o que os sentidos percebem; por conseguinte, nega toda e qualquer realidade espiritual (Deus, a alma humana, a sobrevivência no além, etc.) e que todos os fundadores da astronomia moderna foram grandes cientistas e, ao mesmo tempo, grandes homens de fé explícita:

Copérnico – astrônomo polonês (1473 – 1543)

Galileu – físico, astrônomo e escultor italiano (1564 – 1642)

Kepler – astrônomo alemão (1571 – 1630)

Newton – físico, matemático e astrônomo inglês (1642 – 1727)

Ainda hoje, neste século XXI, como revelam os inquéritos, 80% dos estudiosos das ciências naturais declaram, sem hesitação que têm fé. Talvez... fé sem uma prática religiosa, sem uma vida celebrativa, sem liturgia e até mesmo sem filiação à uma igreja, mas certamente dispostos a chamar Deus, o mistério que está por detrás de tão pequenos e tão grandes mistérios com os quais eles se defrontam todos os dias.

“Esta admirável ordem que vemos nos céus, não pode ser senão obra de um ser todo-poderoso e onisciente” Newton.

“Descobrimo o mistério do céu, o homem repensa os pensamentos de Deus” Kepler.

Até Voltaire, escritor francês (1694 – 1778), inimigo do cristianismo, mas não da fé num Deus Criador, insurgiu-se contra ateus, apontando-lhes o céu estrelado e repetindo a frase famosa: “É lógico que nos sirvamos de um relógio negando ao mesmo tempo a existência do relojoeiro?”

A própria filosofia não profere a resposta cabal para as interrogações do ser humano, pois certos mistérios (como o do mal e do sofrimento) não são explicáveis apenas pela razão.

“A filosofia põe o homem na estrada, mas não o dispensa do salto para dentro da fé”.

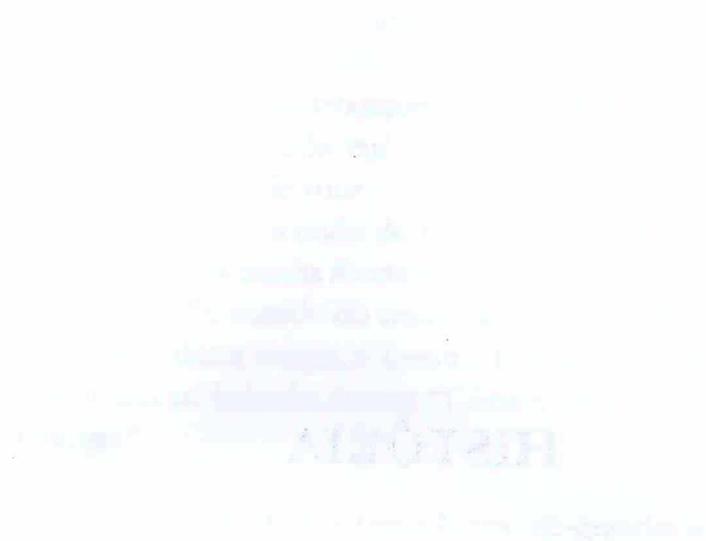
As grandes interrogações do ser humano:

- Onde venho eu?
- Para onde vou?
- Qual o sentido de meu trabalho, da minha luta, da minha vida..., da minha morte?
- Qual o sentido do amor, da oblatividade do altruísmo?

Em última análise, somente a fé responde a tais perguntas. Daí a necessidade da síntese “Ciência empírica – filosofia – teologia”.

* Membro da Academia Norte-rio-grandense de Letras

HISTÓRIA



O INFANTE D. HENRIQUE, NAVEGADOR

Escorço biográfico

Lenine Pinto*

O Infante D. Henrique, filho de D. João I, fundador da dinastia de Aviz, e da Princesa de Inglaterra *Dona* Filippa de Lancastre (segundo a grafia portuguesa) nasceu na cidade do Porto em 1393. Chegou a dividir o poder com seu irmão mais velho, D. Pedro, durante a menoridade de D. Afonso V, cabendo a D. Pedro a regência do Reino, enquanto D. Henrique administrava o empreendimento das navegações. Por isso é chamado, erroneamente, de *o navegante*, título inventado, segundo Samuel Morison, pelos seus biógrafos ingleses, principalmente R. H. Major, eis nunca ter navegado para além de Ceuta, no Marrocos. Mas sua mãe era filha do “velho John de Gaunt, do nobre clã dos Lancaster, o que fazia dele uma espécie de inglês honorário...”¹ Peter Russell concorda: a atração dos escritores de língua inglesa pelo Infante data dos “começos da expansão oceânica e colonial da Inglaterra,” salientando que, em 1625, o geógrafo Samuel Purchas já o considerava “como a primeira pessoa a demonstrar o gênio inglês para a exploração marítima.”² Portanto, era um *navigator* luso-britânico de boa estirpe.

Apesar do “olhar banhado nessa espécie de ilimitação e melancolia dos que perseguem um sonho interior” – como o descreve

Jaime Cortesão – D. Henrique “foi dotado duma extraordinária energia física. Durante a tomada de Ceuta (em 1415, ao lado do pai) distinguiu-se entre os demais guerreiros pelejando cinco horas contínuas sob o peso das armas e em plena zina [auge] abrasante dum agostinho africano.”³ Essa luta, autêntica *Cruzada* para desalojar os mouros do baluarte fronteiriço à Gibraltar, resultou na destruição das 24 mil lojas do entreposto de especiarias ali existentes, arrasadas para que se tornassem, no dizer de Daniel Boorstin, “possuidores de uma cidade sem lucro, morta.”⁴ Fincaram, porém, um pé na África, e era isso o que almejava D. João I, não a prosperidade dos muçulmanos. Tanto assim que animava a El-rei e aos padres-soldados da Ordem de Cristo que o seguiam, não apenas pretensões territoriais, mas a evangélica missão de vingar Jerusalém, *lavando as mãos no sangue dos infieis*. Dizia-se.

No contato com os marroquinos aprendeu D. Henrique que, adiante do cabo Bojador – limite das navegações de então – havia ainda muitas terras a descobrir. Em virtude disso, segundo reza a tradição, teria instalado em sua vila de Têrça Naval, no promontório de Sagres, junto ao cabo de São Vicente, um observatório astronômico e estaleiros destinados à construção de navios, ademais de reunir ali, para estudos náuticos, um “séquito” de matemáticos judeus, cartógrafos catalães, pilotos de várias origens e outros que “para isso educava” – informa Pedro Calmon - o que deu a essa confraria o título “sem rigor verbal” de *Escola de Sagres*.⁵ Para Cortesão, “a questão tão debatida em torno dessa Escola parece-nos ociosa. Ela nunca existiu.”⁶

Pandiá Calógeras imaginou o Infante nesse *ninbo feudal*, acendendo “o facho de energia e de luz que aclarou o Atlântico inteiro,”⁷ enquanto o poeta Fernando Pessoa vislumbrou-o “em seu trono entre o brilho das esferas, com seu manto de noite e solidão, tendo aos pés o mar novo e as mortas eras – único imperador que tem deveras, o globo mundo em sua mão.”⁸

Dos estudos técnicos realizados em Sagres resultou, dentre outras benesses para as navegações da época, a definição do formato, tamanho e peso da maravilha flutuante que foram as Caravelas (do árabe *caravo* [barco] + *ela* [diminutivo] = significando *barco pequeno*) aprimoramento de um tipo de veleiro tosco, de fundo chato e pouca profundidade, utilizado por volta de 1400 para pesca litorânea nas costas do Egito e da Tunísia, bem assim pelos europeus em estuários difíceis, como faziam os portugueses empregando *barcos rebelos* de velas quadradas para subir o Douro. Não deixava, contudo, de ser uma criação original da arte marítima henriquina, que se transformou, no entender de Morales Padrón, no “mais adequado navio para os mares explorados pelos seus marinheiros.”⁹ Havia razão para isso: eram projetados especialmente para os descobrimentos, conseguindo ir e voltar navegando de bolina contra o vento. Alwise Cadamosto, navegador veneziano à serviço de D. Henrique, afirmava que “as Caravelas eram os melhores barcos do mundo que nadavam sobre o mar e não havia sítio onde não pudessem navegar,”¹⁰ o que lhes possibilitou por mais de meio século a progressão ininterrupta pela costa d’África, até a borda do Golfo da Guiné, alargando perspectivas para as viagens de Diogo Cão e Bartolomeu Dias à procura do *finisterra* que seria alcançado por este último, já em tempos de D. João II, abrindo as portas do Índico às navegações de Vasco da Gama, Cabral e dos que se lhes seguiram.

Mas há quem conteste os benefícios das explorações patrocinadas por D. Henrique, como Samuel Johnson, para quem “o que a espécie humana ganhou e perdeu com o gênio e desígnios deste Príncipe seria extenso enumerar e muito difícil de avaliar;”¹¹ enquanto “nos nossos dias, a intolerância face ao tradicional menosprezo da mitologia henriquina pela probabilidade histórica e ao seu aproveitamento político, deu origem a uma espécie de reação anti-henriquina em alguns círculos acadêmicos de Portugal.”¹²

...

D. Henrique era uma figura enigmática. William Robertson, famoso historiador norte-americano do século XVIII, via-o “como um misto de general e Quaker benemérito, ao observar que, ao espírito marcial que era a característica de todo nobre naquele tempo, ele acrescentava os feitos de uma era mais iluminada e cortês.”¹³

Segundo Azurara, cronista régio e chanceler dos arquivos nacionais no período de D. Afonso V - citado por Jaime Cortesão - D. Henrique “foi casto, sóbrio, austero. Acusam-no de homem de coração duro... *porquanto, em desavenças com seus próprios irmãos, “privilegiou as razões do Estado sobre os impulsos afetivos.”* Não salvou, podendo tê-lo feito, a vida de um deles, D. Fernando, *o infante santo* (1402-1443) aprisionado pelos árabes quando da malfadada expedição à Tanger em 1437, tendo o infeliz cativo penado durante seis anos um martírio abominável, de que só a morte o libertou; e a conduta de D. Henrique em relação ao infante D. Pedro durante desentendimentos com o duque de Bragança, terminou conduzindo à Batalha de Alfarrobeira.¹⁴

Carola de carteirinha, o Infante era um latente ou *enrustido* homossexual, com pendor por alguns de seus servidores e criados, dentre eles, possivelmente, o pagem Gil Eanes, a quem tornou navegante famoso. Segundo o escritor francês António de la Salle, participante da campanha de Ceuta, quando da morte de Vasco Fernandes de Ataíde, vedor do Infante (*aquele que vê, inspeciona ou fiscaliza, por isso que administrador ou intendente.*¹⁵) “o Príncipe revela extremos de sensibilidade afetiva. O pranto, dias seguidos, sobre a morte do seu leal servidor, as lamentações que dirige a quantos o pretendem consolar, a cena do encontro com a mãe de Vasco, que acaba por dirigir palavras de consolo ao desolado Infante, opõe-se ao seu retrato duro e frio, espécie de sacerdote de Moloch [deus dos Amonitas, representado como um homem com cabeça de touro].”¹⁶

Tomar uma taça de vinho da Madeira era a única extravagância de quem se comparava a São Luís - “embora fosse

menos engajado”, assegura Boorstin - e vivia como um beato fundamentalista, observando alguns de seus biógrafos que “teria morrido virgem.”¹⁷

Apesar da extremada religiosidade, o Infante era escravocrata. Charles McKew Parr relata que ele “prometeu libertar condenados de justiça que quisessem trabalhar em suas terras, e inclusive mandou navios capturar mouros na costa marroquina, para torná-los cativos nas (suas) plantações da Madeira e dos Açores.¹⁸ Para Florentino Perez Embid “inicialmente, el propósito [das navegações henriquinas] estuvo claro: habia que ir buscar ‘alem-mar’ a unos musulmanes que ya no podían encontrarse en el Algarbe.”¹⁹ Daniel Boorstin denuncia que Gil Eanes, em 1444, trouxe da área do Cabo Branco, na Mauritània, “a primeira carga humana - duzentos africanos -, para serem vendidos como escravos em Lagos [no Algarve].”²⁰ Deve ser o mesmo fato relatado por Duarte Pacheco Pereira: D. Henrique mandara Eanes de volta ao Bojador, desta vez em companhia de Afonso Gonçalves Baldaia e mais “gente de cavalo”, com o objetivo de “fazer um (as) salto para cativarem mouros.”²¹

Não param aí os registros da vocação escravagista da Coroa portuguesa. Simon Berthon e Andrew Robinson, tratando dos rigores da política de sigilo, revelam que essa “xenofóbica política” tinha por escopo “proteger o acesso ao ouro e aos escravos africanos.”²² Já a senhora Bertha Dodge, ameniza: “Portugal somente poderia colher as safras agrícolas de que seu povo necessitava, se os marinheiros trouxessem da África os escravos para cultivá-las;”²³ enquanto Pedro Calmon nos lembra que, “enquanto os anteriores príncipes procuraram equilibrar a sorte marítima do Estado com as suas tradições agrícolas, D. Manuel, a quem a fortuna sorriu, quis ser inteiramente senhor da “navegação e comércio da Etiópia...”²⁴

Cumprе assinalar que “as navegações portuguesas [iniciadas por D. Henrique] não foram guiadas por um espírito místico e de aventura, mas por uma concepção econômica e política sistemática,” como nos afiança Carlos Malheiros Dias, muito embora Magalhães Barreto detecte nesse ordenamento o *espírito templário* da Ordem de Cristo: combater de novo os Sarracenos e os Turcos, inimigos da cristandade; evangelizar os povos pagãos ou infiéis; adquirir conhecimentos de ciência oriental e enriquecer o país por novas linhas comerciais.²⁵ Aí incluída a submissão de silvícolas.

Segundo Russell, “Robertson concluiu, com ingenuidade, que a maioria dos portugueses contemporâneos do Infante deve ter considerado que os seus propósitos não eram inspirados pela ambição ou quaisquer desejos de riqueza mas fluíam, como ele expressou, “do fervor de um coração ávido em promover a felicidade dos homens.”²⁶

Um aspecto a ser ressaltado na biografia do Infante é o da sua verdadeira aparência. Já vimos que ele tinha olhar melancólico de sonhador, e Cortesão completa o descritivo, com base no políptico em madeira (ou os seis “painéis quatrocentistas atribuídos a Nuno Gonçalves) somente encontrado em 1882 e que se encontra no Museu de Arte Antiga – ou *das Janelas Verdes*, em Lisboa – informando sobre sua “estatura pouco mais que média, membros longos e robustos, tez morena, cabelos allevantados, rosto de traços fortes, testa alta, malares visíveis, queixo grande e proeminente.”²⁷ Nesse “retrato” o príncipe aparece com um largo “chapéu borgonhês” (para José Luís Conceição Silva²⁸) ou o “chapeirão preto burgúndio, tão grande como uma roda de carroça” (Peter Russel²⁹) e um bigode de personagem mexicano de filme de faroeste. O professor Conceição Silva, a quem devo a honra de ter prefaciado *Ainda a Questão do Descobrimento*, contesta: para ele, o Infante

não é esse janota, mas o idoso que aparece noutra tábua daquela obra, de “barba completa e o cabelo raspado” conforme a regra redigida por S. Bernardo – portanto, igual à sua estátua nos Jerônimos – e rezando de joelhos, “cotovelos firmes também no chão,” bunda pra cima, na posição maometana adotada pelos religiosos da Ordem de Cristo, da qual era Provedor, tendo nas mãos um colar ou rosário (*terço*) feito de ossos de peixe, semelhante aos “observados nas mãos das duas senhoras retratadas no mesmo Painel (...) de uso comum entre os pescadores no Algarve, e parece ser uma tradição de origem muçulmana.³⁰ No mesmo sentido Russel, para quem a tão difundida imagem do Infante “não corresponde nem à descrição, por Zurara, do seu aspecto físico, nem à efígie no seu túmulo da Batalha.”³¹

O Infante D. Henrique foi encontrado morto, em 1460, “vestindo uma camisa de pelos de cabra [*hair shirt*]”³² usada em penitência, a que chamam de *cilício*: “pequena túnica ou cinto ou cordão, de crina, de lã áspera, às vezes com fârpas de madeira, que, por penitência, se trazia vestido diretamente sobre a pele, “segundo o AURÉLIO. Seus despojos estão num mausoléu no Mosteiro da Batalha.

NOTAS:

¹ Samuel Morison, *The European Discovery of America/ The Southern Voyages*, p. 23; ² Peter Russell, *Henrique o Navegador*, p. 17; ³ Jaime Cortesão, *A Expansão dos Portugueses no Período Henriquino*, p. 51; ⁴ Daniel Boorstin, *The Discoverers*, p. 159; ⁵ Pedro Calmon, *História do Brasil*, vol. I, p. 15; ⁶ Cortesão, *ibid.*, p. 78; ⁷ Pandiá Calógeras, *Formação Histórica do Brasil*, p. 19; ⁸ Fernando Pessoa, poema *A Cabeça do Grifo*, em *Mensagem*, p. 29; ⁹ Morales Padrón, *Manual de Historia Universal*, tomo V, p. 127; ¹⁰ Cadamosto, *apud* Freitas Mourão, *Dicionário das Descobertas*, p. 75; ¹¹ Samuel Johnson, *apud* Peter

Russel, *ibid.*, p. 18; ¹² Russel, *ibid.*, pp. 19-20; ¹³ Peter Russel, *ibid.*, p. 18; ¹⁴ Jaime Cortesão, *ibid.*, p. 52; ¹⁵ *Verbetes* no Dicionário LELLO, p. 1605; ¹⁶ Cortesão, *ibid.*, p. 53; ¹⁷ Boorstin, *ibid.*, p. 159; ¹⁸ Charles McKew Parr, **Magallanes, um noble capitán**, p. 41; ¹⁹ Florentino Perez Embid, **Los Descubrimientos en el Atlántico y la Rivalidad Castellano-Portuguesa hasta el Tratado de Tordesillas**, p. 21; ²⁰ Daniel J. Boorstin, *ibid.*, p. 167; ²¹ Duarte Pacheco Pereira, **Esmeraldo de Situ Orbis**, livro I, cap. 23; ²² Berthon, Simon e Robinson, Andrew, **The Shape of the World**, p. 57; ²³ Bertha Dodge, **Quest for Spices and New Worlds**, p. 57; ²⁴ Pedro Calmon, *ibid.*, vol. I, p. 37; ²⁵ Carlos Malheiros Dias, **A Expedição de 1501**, em *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, vol. II, p. 183, nota nº 45, e Mascarenhas Barreto, **O Português Cristóvão Colombo, Agente Secreto do Rei Dom João II**, p. 65. ²⁶ Russell, *ibid.*, p. 18; ²⁷ Daniel Boorstin, *ibid.*, p. 159; ²⁸ José Luís Conceição Silva, **Os Painéis de D. Afonso V e o Futuro do Brasil**, p. 31; ²⁹ Peter Russell, *ibid.*, p. 19; ³⁰ Conceição Silva, *ibid.*, pp. 61 e 64; ³¹ Conceição Silva, *ibid.*, *passim*; ³² Cortesão, *ibid.*,

BIBLIOGRAFIA:

BARKER, Richard A. – **Of caravelas, tides and water**, in Revista STVDIA, nº 54/55, pp. 101-125, 1996.

BERTHON, Simon e ROBINSON, Andrew - **The Shape of the World/The Mapping and Discovery of the Earth** - Rand McNally, New York, 1991.

BOORSTIN, Daniel J. – **The Discoverers/A History of Mans Search to Know his World and Himself**, Vintage Books/Random House, New York, 1983.

CALMON, Pedro – **História do Brasil**, 3ª ed., vol. I, Liv. José Olympio Ed.; Rio de Janeiro, 1971.

CALÓGERAS, Pandiá – **Formação Histórica do Brasil**, Pimenta de Mello & Cia., Rio de Janeiro, 1930 .

DODGE, Bertha S. - **Quests for Spices and New Worlds**
- Archon Books, Hamden, Connecticut, 1988.

CORTESÃO, Jaime - **A Expansão dos Portugueses no Período Henriquino**, Portugália Editora, Lisboa, 1965.

EMBED, Florentino Pérez - **Los Descubrimientos en el Atlántico y la Rivalidad Castellano-Portuguesa hasta el Tratado de Tordesillas**, Escuela de Estudios Hispano-Americanos de Sevilla, 1948.

LELLO - **Novo Dicionário Enciclopédico Luso-Brasileiro**, Lello & Irmão, Porto, 1990;

MORISON, Samuel Elliot - **The European Discovery of America/*The Southern Voyages***, Oxford University Press, New York, 1974.

MOURÃO. Freitas - **Dicionário das Descobertas**, Ed. Pergaminho, Cascais, 2001;

PADRÓN, F. Morales – **Manual de Historia Universal**, Tomo V, *Historia Geral de América*, Espasa-Calpe S.A., Madrid, 1962.

PARR, Charles McKew – **Magallanes, Um Nobre Capitan**, Editorial Sapiencia, Madrid.

PEREIRA, Duarte Pacheco - , **Esmeraldo de Situ Orbis**, ed. da Sociedade de Geografia de Lisboa, 1905.

PESSOA, Fernando – **Mensagem**, Liv. Civilização Editora, Porto.

RUSSELL, Peter, **Henrique o Navegador**, Livros Horizonte, Lisboa, 2004.

SILVA, José Luís Conceição – **Os Painéis de D. Afonso V e o Futuro do Brasil**, Artgraf Editora, Brasília, s/d

* Membro da Academia Norte-rio-grandense de Letras

O TRIBUTO AOS QUE MATAM (CONSIDERAÇÕES EM TORNO DE UMA CARTA DE HERNÁN CORTÉS)

*Nilson Patriota**

As tribos astecas ou *nabiat* chegaram ao vale do *Anahuac* por volta de 1325, assimilando o que restara da cultura tolteca e dando início a uma civilização que se manteve próspera até a segunda década do século XVI. Em conseqüência de sua evolução política, as tribos *nabiat* compuseram a célebre *Confederação Asteca* (conhecida ao tempo da conquista espanhola pela denominação de Império Mexicano, ou Império de Montezuma).

O *Império Asteca* era formado pelas províncias de *Tenochtitlán*, *Tlacopan* e *Tezcuco*. *Tenochtitlán*, a capital do império, era uma cidade construída de forma estratégica no centro do lago de Tezcuco.

A civilização asteca, como as demais que participaram na formação das outras culturas americanas, foi certamente beneficiada pela participação de elementos contributivos das migrações procedentes do leste, sobretudo as de origem polinésia. Em variados aspectos, como se depreende das técnicas agrícolas por elas aplicadas, torna evidente a contribuição de outras culturas para as do Novo Mundo. Todavia, como as demais civilizações americanas, a civilização asteca não conheceu o princípio da roda nem tampouco a do torno de ceramista. E assim, toda a cerâmica americana, apesar de sua riqueza de forma e detalhes, foi elaborada em completo desconhecimento desse aparelho prático e útil. Também não conheceu materiais como o ferro, o vidro, nem outros elementos de grande valor, que a partir do primeiro milênio anterior à nossa era, começaram a se desenvolver no seio das culturas proto-históricas do Velho Mundo. Outro elemento inerente às altas culturas é o direito patrilinear na organização da família e do Estado. De forma

definida os Astecas conheceram alguns elementos subjetivos que exemplificam sua organização social e política, tais quais o predomínio de uma elite governamental (aristocrática). A sociedade asteca era dividida em classes e estamentos próprios da estrutura do Estado e a sociedade dividida em classes. Esse estágio, aliás, tinha sido antes alcançado pelos Maias do Império Novo, em que a classe de senhores e chefes de províncias ou cidades era constituída pelos descendentes dos antigos Toltecas conquistadores, com os quais o Estado político com base territorial e a presença da cidade surgiu no Novo Mundo pela primeira vez.

Nas culturas anteriores os laços entre os indivíduos da tribo e do clã limitavam-se à consanguinidade. Já nas altas culturas esses laços correspondem à permanência e domínio de um determinado território. E por ser assim, o Estado Asteca teve como centro uma cidade, a portentosa Tenochtitlán.

Modernamente, o que mais ressalta na civilização asteca, assim como na Inca, Maia e Tolteca, ao serem estudadas as culturas americanas, é o fato de que a civilização asteca (como suas congêneres ou semelhantes acima mencionadas) já expressava um conhecimento que pode ser qualificado de científico. Tal conhecimento manifesta-se pelo conhecimento de uma agricultura desenvolvida e até avançada, pela presença de um calendário baseado em conhecimentos astronômicos e um sistema de símbolos e sinais que serviu, originariamente, para fixar e conservar o que mais importava em conhecimentos distintos foi adquirido por uma civilização de alta cultura. Na civilização andina os conhecimentos eram conservados num sistema de cordões em que se davam nós, que era chamado *quipu*. Os nós indicavam as unidades de dez, cem, mil e dez mil. Vários cordões de menor espessura, pendurados em um outro mais grosso, tomando a forma de cabide, eram receptáculos de anotações ou de histórias, e assim um fator de memória. Acreditam os estudiosos que a origem da aristocracia e, por

consequente, a divisão da sociedade em classes, remete às invasões de povos conquistadores originários das ilhas polinésias. Há, porém, quem associe a presença de atlântes na América Central e do Sul. Teriam ali chegados após a hecatombe que, segundo historiadores como Rand e Rose Flem-Ath, e muitos outros que há dois mil e quatrocentos anos vêm alimentando o enigma da Atlântida, narrada por Platão, com novas teorias. Tais elementos povoadores, ao predominarem sobre os vencidos, constituíam-se em aristocracia dominante, e, como tal, se perpetuavam no país.

Igualmente a muitas culturas, a história dos Astecas se baseava na da criação. Assemelha-se em vários aspectos à história dos Incas, que começou com o deus criador, Tici Viracocha, saindo do rio Titicaca. A gente que habitava os arredores havia ofendido ao grande deus, e assim ele os destruiu convertendo-os em pedra. Em seguida Viracocha criou o sol, a lua e novas formas de vida humana para povoar diferentes sítios ao longo da costa ocidental da América do Sul.

Os deuses que povoavam o Universo Asteca também não estavam satisfeitos com os habitantes do México, e por isso precisavam ser aplacados com o borbulhante sangue das vítimas dos sacrifícios.

Nos anos anteriores à conquista de Hernán Cortés, a Confederação Asteca, que resulta da junção de tribos semelhantes, ou assemelhadas, havia subjugado outros povos situados na faixa territorial entre os oceanos Atlântico e Pacífico, reduzindo-os à situação de tributários. O território submetido aos astecas de Montezuma, chamado Anahuac, estendia-se entre 14 e 20º de latitude norte. Na parte central dessa região o clima era muito variado em consequência das diferenças de altitude. Mas ali se desenvolveu, num raio de 70 léguas e a 2.200 metros em média acima do nível do mar, um pouco mais perto do Pacífico do que do Atlântico, uma ampla bacia formada por vários lagos e conhecida pelo nome de vale do Máxico.

Vindos do norte no século VII, os Toltecas tinham chegado ao Anahuac. Era uma raça influente, inteligente, dedicada à agricultura e à arte de trabalhar os metais. Tinha grande inclinação pela engenharia e a arquitetura. A construção de edifícios gigantescos e suntuosos, cujas ruínas e vestígios ainda hoje se espalham por toda a Nova Espanha, disso é testemunho. Após quatro séculos de domínio, os Toltecas, misteriosamente como tinham surgido, desapareceram. Foram substituídos por uma tribo selvagem oriunda do noroeste, que mais tarde foi por sua vez dominada por outros grupos mais adiantados e falantes da língua tolteca. Dentre essas tribos se destacaram a dos Astecas e Texcucans, que assimilaram o verniz de civilização deixado pelos Toltecas. Com o passar do tempo os Astecas, após uma série de guerras e migrações, fixaram-se no vale do México (1326), fundando sua capital Tenochtitlan.

Por cem anos consecutivos mantiveram um tratado de aliança ofensiva, defensiva rigorosamente observada entre os Estados do México, de Tezcuco e Tlacopan. A partir desse tratado a civilização asteca difundiu-se tanto ao longo do Atlântico quanto do Pacífico.

Em pouco tempo os Astecas tinham atingido um grau de civilização como nenhuma outra cultura americana. Basta dizer que o direito de propriedade era reconhecido, o comércio crescia e três espécies de moedas asseguravam o mecanismo da troca. Havia boa vigilância, um sistema de comunicação que funcionava muito bem em todo o Império e o fausto e a grandeza dos edifícios, templos, fortalezas e cidades, davam mostras de uma civilização avançada e em permanente contraste com seus ferozes costumes, pois se haviam afundado na prática perniciosa de uma religião politeísta, bárbara e sanguinária, que manteve o povo do Império e seus vizinhos em permanente estado de terror.

Os sacerdotes constituíam uma corporação ao mesmo tempo numerosa e poderosa com grande influência até nos negócios

puramente políticos do Estado. Ao lado de ritos similares aos do cristianismo, sua religião aglomerava as mais morbosas superstições, entre as quais a dos sacrifícios humanos, que foram adotados oficialmente no início do séc. XIV. De início raros, logo se tornaram tão crescentes que se calcula em milhares o número de vítimas imoladas, quase todas provenientes das tribos vencidas. Os sacrifícios chegaram ao extremo no ano de 1486, quando da inauguração do templo de Huitzilopchit, com a morte de 70 mil cativos em um só dia.

Com diferente orientação, no séc. X os Toltecas (que antecederam os Astecas) haviam transformado Tula num centro político de notável civilização. Espíritos inquietos e belicosos, seus sucessores Astecas fizeram da guerra sua principal ocupação. Em mais de um sentido haviam expandido as fronteiras do império. Na direção do sul chegaram a alcançar o território atualmente pertencente à Nicarágua. Governados por uma monarquia eletiva, os astecas dividiram-se em clãs e classes (nobres e sacerdotes, povo, comerciantes e escravos) com escrita ideográfica e dois calendários (litúrgico e astronômico). Seu último imperador foi Guatimozin, supliciado (1522) por ordem de Hernán Cortés.

Um conjunto de normas e leis regia a vida do Império Asteca. A ordem, que sempre fora rija para o povo, com o passar do tempo foi se tornando por demais rigorosa. Porém maior opressão se acentuava sobre as nações vencidas na guerra e logo escravizadas. Os povos submetidos levavam vida incerta e muito inferior à dos Astecas. Além da prestação obrigatória de serviços aos seus senhores, as tribos tributárias eram obrigadas a lutar ao lado dos vencedores e a suprir grande parte de suas necessidades de homens, armas e alimentos.

Mesmo em períodos de paz os vassallos eram obrigados a fornecer suprimentos aos guerreiros astecas que acampassem em território submetido.

Um líder, saído da nobreza ou da casta sacerdotal, era escolhido para governar, tendo como coadjuvante de alguns de seus atos um Conselho de Anciãos com incumbências administrativas. Uma delas: nomear agentes coletores (*calpixquis*) encarregados da arrecadação de cereais, tecidos, cerâmicas, escravos, mulheres, etc., entre os vencidos.

Nem sempre governantes imbuídos de tão grandes poderes obtêm a aprovação de todos. Daí porque, no tempo de Montezuma grande parte do povo do Império não estava satisfeita com os rumos que as coisas tomaram a partir da chegada dos conquistadores espanhóis ao litoral mexicano.

Muitos foram, sem dúvida, os fatores responsáveis pela desagregação do império de Montezuma. Alguns deles, porém, alheios ao que se podia esperar do comportamento ordinário do poder. É que, mudanças suscitadas em escala universal nas estruturas políticas e administrativas das nações européias tiveram decisiva influência sobre os destinos dos povos da América. Tais mudanças, que passaram a se fazer sentir mais profundamente com a falência do feudalismo, foram sendo agravadas com movimentos tipo a reforma e acontecimentos como os descobrimentos. A Maioria delas teve estímulo na falta de oportunidade para homens cuja força de trabalho não podia ser absorvida pelas decadentes estruturas do que sobrara do Império Romano do Ocidente, cujo esfacelado havia se dado em 476, com efeitos que mais e mais se prolongavam. Daí porque durante grande parte da Idade Média a Europa estacionou numa noite melancólica. A inércia dominava as cidades varridas por enfermidades como a bubônica e a peste negra. Com a orientação política e econômica das nações na dependência de reis e papas, o Velho Mundo fechou-se sobre si mesmo, desconsolado. A reação não se fará esperar, do século XIII começaram a surgir indícios de que as cabeças pensantes estavam prestes a mudar os destinos das nações deprimidas. Um mundo até então insuspeitado começou a

vir à tona com certos acontecimentos que a imaginação aventureira tornava conhecidos.

Logo após as primeiras notícias de descobrimentos de novas terras um relâmpago de desafogo varre a apatia e o pessimismo, dando lugar ao idealismo e à esperança. Atiçados pelas possibilidades de aventura e de riqueza, homens audazes se tornam animados com as idéias de Copérnico, defendidas por Galileu Galilei, Giordano Bruno e Leonardo da Vinci. Tudo que desconcertava a Santa Sé parecia ganhar interesse no espírito desejoso de ação. E, apesar do firme propósito da Igreja e da recusa do papado e do clero em não aceitar qualquer mudança nas questões desde muito estabelecidas e mantidas pela tradição, teorias como a da esfericidade do planeta e a de um novo continente no Ocidente tenderam a ganhar popularidade.

Com os descobrimentos surgiram indícios de que outras terras existiam abrindo espaço para quantos fossem capazes de enfrentar o desconhecido e a distância. A velha forma de ver, que motivara o desânimo de uns e a impertinência de outros, estava prestes a sofrer drásticas mudanças. Finalmente, Dom Henrique o Navegador estimula a conquista do caminho das Índias pelo mar. Vem em seguida a descoberta de Colombo. Comprova-se que o comércio não pode se limitar apenas à Europa, pois é algo vasto e poderoso.

Então o fascínio do ouro, como fator potencial de enriquecimento e de poder, passa a ocupar o pensamento daqueles que desejam partir em busca do *Eldorado* que parece aguardar a ousadia dos homens aventureiros com suas montanhas reluzentes de ouro, prata e outras riquezas.

Infelizmente, o resultado desses sonhos foi o que sabemos sobre o genocídio praticado contra os nativos da América. O morticínio das populações nativas da América supera todo e qualquer massacre consumado contra qualquer outro povo, inclusive os africanos, longamente escravizados.

Parece história da carochinha o fato de que os construtores das grandes civilizações americanas hajam acreditado no inacreditável ao suspeitarem que os seus invasores fossem deuses. Como é possível conceber que poderosos impérios com organização política e administrativa, grandes cidades, exércitos bem treinados, leis e tradições seculares, tenham concordado em se deixar dominar por uma lenda?

Isto, porém, aconteceu a Incas e Astecas.

Ainda hoje, depois de buscar nessa hipótese a explicação para a submissão de Montezuma a um punhado de espanhóis analfabetos, cobiçosos e, antes de tudo, sedentos de fama e de riqueza, alguns historiadores continuam tendentes a acreditar no fato histórico de que os Astecas viram os espanhóis como deuses. Como pode ser veraz a versão de que o povo asteca e o próprio Montezuma confundiram os responsáveis por sua ruína com protagonistas míticos de uma ingênua lenda? É certo que povos como os egípcios, por exemplo, acreditavam que os seus governantes descendiam da linhagem de deuses que no passado governaram o país. Como teria chegado aos Incas, aos Astecas, tal superstição? Através dos polinésios que, viajando em pequenas embarcações, em um passado remoto deram às costas do Novo Mundo, que conquistaram com o seu saber superior. Por isso Incas e Astecas acreditavam provir de uma linhagem de deuses celestiais. Confundiram os espanhóis com esses deuses, porém quando deram pelo equívoco já se achavam irremediavelmente perdidos. Morriam aos milhares dos males e das enfermidades que os europeus trouxeram e disseminaram no Novo Mundo como um anátema maldito.

Era mesmo corrente entre eles a factual história de um personagem mítico e fundador de um reino. Havia ensinado muitas coisas ao povo, principalmente a agricultura, a astrologia, a medicina.

Ao morrer seguira pra o céu depois de prometer que depois voltaria para concluir a obra iniciada.

Por esse deus os Astecas esperavam da mesma forma que os cristãos esperam por Cristo.

Os habitantes do litoral mexicano viram como um milagre a imponente grandeza dos navios dos aventureiros espanhóis. Coisas próprias de um deus. Na verdade eram navios capazes de acomodar dezenas de pessoas. Ostentavam um número impressionante de velas e singravam com rapidez o oceano. Ao se aproximarem da terra mostraram como eram poderosos. Falava pela voz do trovão de canhões estrategicamente disparados para impressionar. Os índios que já conservavam na germinação da memória coletiva as notáveis proezas dos deuses, tomados pelo mudo espanto dos simples, permaneceram extasiados e sucumbiram ao fato.

Que poderia pensar um nativo americano do século XVI ao se deparar com semelhante espetáculo? Naves repletas de indivíduos brancos e barbudos, ancorando na enseada como uma metáfora de uma impossível irrealdade?

E como eram estranhos e diferentes do povo do país! Intensos e onipresentes, de armaduras e indumentárias a que não faltavam os chapéus emplumados nem os elegantes calçados, eram deuses. E depois, aquelas armas que atroavam a praia, estremecendo o chão. Que juízo os nativos podiam fazer a esse respeito? Na verdade uma gente daquela ordem – foi que certamente pensaram – não deveria ser deste mundo. Pertencia, no mínimo, ao divino séqüito de um deus.

Não há dúvida de que Hernán Cortés, o chefe da conquista, desde logo se apercebera disso e talvez já estivesse, de algum modo, informado por uma de suas concubinas, pois ele as tinha às dezenas. Até pelo modo como costumavam externar seus temores e dúvidas ante a confusa impressão causada por aquela parafernália que o conquistador carregava para onde quer que ele fosse. E então, para

aumentar ainda mais o receio de todos, vieram a tudo mais se juntar os dezesseis cavalos – raça animal inexistente na América – que se deixavam montar e conduzir por ginetes portando lança, escudo e espada. Um esplêndido espetáculo!

Para o povo nativo tudo aquilo era demais, pois aquelas armas reluziam, cortavam e penetravam com dureza de fazer tremer ao mais hábil dos guerreiros.

A única forma de compreender o enigma era verificando que aquela gente provinha do céu e não era como eles, cuja vida se resumia à guerra, à servidão e ao trabalho. Com certeza eram deuses ou seus emissários. Por isso não enxergavam futuro algum em lutar contra eles. Melhor seria obedecer e concordar com o que dissessem e mandassem.

No início de sua carta ao imperador Carlos I da Espanha, Hernán Cortés assim se expressa: “Mui alto e poderoso e mui católico príncipe, invictíssimo imperador e senhor nosso: Em uma nau que despachei desta Nova Espanha a 16 de julho de 1519, enviei a vossa alteza um longo e particular relato do que aqui sucedeu, o qual levaram Alonso Hernández Portocarrero e Francisco de Montejo, procuradores de Vila Rica de Vera Cruz, que em nome de vossa alteza fundei. E depois disto só não mandei informações por falta de navios e por estar ocupado na conquista e pacificação desta terra, porque é meu desejo que vossa alteza saiba o que está ocorrendo nesta terra. E são tantas e tais ocorrências, como no outro relato escrevi, que pode vossa alteza de novo se intitular imperador dessa terra, com um título tão meritório quanto o de imperador da Alemanha, que pela graça de Deus vossa majestade possui”.

Ao correr da pena Hernán Cortés informa ao soberano a Espanha sobre a magnitude e o poderio do Império que Montezuma com mão de ferro governava, conquanto ao mesmo tempo transmita a noção de que naqueles dias o referido império vinha passando por

uma fase de instabilidade que o tornava propício à decadência, ou mesmo à própria dissolução, vez que cercado de inimigos que não se conformavam com a servidão e muito menos com as práticas político-religiosas que tornavam as tribos submetidas, antes acomodadas e submissas, aguerridas contra os astecas e desejosas da emancipação a qualquer custo.

A História da América teria sido outra se esses povos que eram obrigados a pagar tributos aos astecas estivessem menos propensos à revolta ou mesmo a receber o incentivo e o apoio de qualquer um que chegasse pregando justiça e domínio pacífico para os pobres. Bastava que não tivessem dado crédito às promessas do comandante da conquista espanhola, que se apresentava como emissário de um senhor mil vezes mais poderoso que Montezuma.

Ao passo que se interiorizava no coração do país de Montezuma motivado por informações (por vezes desconhecidas) da existência de ouro e vastas riquezas, Hernán Cortés ganha consciência de que o imperador o respeita ou o teme. Tanto que informa:

“No outro relato, mui excelentíssimo príncipe, falei a vossa majestade sobre as cidades e vilas até então conquistadas e que haviam se oferecido a seus reais serviços. E disse que tinha conhecimento de um grande senhor que se chamava Montezuma e que segundo os nativos morava a noventa ou cem léguas do porto onde desembarquei. Confiando na grandeza de Deus e com ânimo do real nome de vossa alteza, me determinei ir onde quer que estivesse este senhor e me lembro que me dispus a fazer muito mais do que a mim era possível. Porque certifiquei a vossa alteza que o tornaria, preso ou morto, súdito da coroa de vossa majestade. E com este propósito parti da cidade de Cempoal, que eu intitulei Sevilla, a 16 de agosto, com 15 homens a cavalo e trezentos peões preparados o melhor possível para a guerra. E deixei na vila de Vera Cruz cento e cinquenta homens construindo uma fortaleza, que já está quase pronta”.

Que significa isto? Um punhado de espanhóis chega ao litoral mexicano, constrói uma fortaleza, adentra-se no país fazendo alianças e dando nome a vilas e cidades e nada de mais lhe acontece. Comparemos a diferença entre Potiguares e Astecas. Estes eram, sim, construtores de obras monumentais e conhecedores da arte da ourivesaria e da cerâmica, praticantes da agricultura e já com nítida noção da política, da sociedade, da economia e da religião. Encontravam-se os astecas num estágio bem próximo do que se conhece como civilização, habitando grandes cidades e se ocupando de inumeráveis ofícios. Só lhes faltava uma escrita para se completarem em sua história. E, no entanto, não reagiram contra os invasores, o que é no mínimo uma atitude covarde ou absurda. Comparemos. Em fins de 1597 os potiguares da costa e do interior do Rio Grande do Norte e da Paraíba se lançaram em guerra contra Manuel Mascarenhas Homem e seus expedicionários que tentavam erguer um forte sobre os recifes da praia à direita do Potengi. Tal guerra só foi decidida, definitivamente, em 1720, 123 anos depois, com a extinção da raça indígena no Rio Grande do Norte e em quase todo o semi-árido nordestino. Que de especial tinham os potiguares, para tão bravamente lutar pelo que lhes pertencia de fato e de direito? Não aceitaram a invasão de seu território por estranhos. E, no entanto, eles apenas haviam alcançado os primeiros patamares de uma cultura neolítica em que se mantiveram até se consumarem em total impotência, varridos da face da terra pelos males e as balas dos invasores. Torna-se difícil imaginar o que passava pela mente dos astecas ante a chegada dos espanhóis ao México.

“Esta província de Cepoal é formada de cinquenta vilas e fortalezas, tendo até cinquenta mil homens de guerra, os quais ficaram seguros e apaziguados, como leais vassallos de Vossa Majestade, como agora são, porque antes eram súditos daquele poderoso senhor Montezuma. Segundo eles me informaram, eram

vassalal pela força, e somente de pouco tempo para cá. E como por meu intermédio tiveram notícia de Vossa Alteza e do vosso real e grande poder, a mim disseram que queriam ser súditos de Vossa Majestade, e meus amigos, rogando que os defendesse daquele grande senhor que os mantinha escravizados pela força, tomando-lhes os filhos para sacrificá-los a seus ídolos”.

Aos espanhóis, a maioria deles de baixa extração, não importa o elevado grau de sofisticação da civilização asteca. É verdade que, sob vários aspectos, dela tiveram uma grande impressão, que foi se diluindo ao constatarem a comezinha prática de sacrifícios humanos fazendo parte integrante de seus costumes políticos e religiosos. Em sua Espanha tais práticas também eram correntes, porém tuteladas pela dissimulação legal de um tribunal inquisitorial que tornava “civilizada” a queima de hereges e feiticeiras, à maneira eclesiástica, após a condenação jurídica de praxe.

Se os espanhóis não se houvessem tornado tão cobiçosos ante a perspectiva de inesperadas riquezas, certamente teriam compreendido a intrigante mania dos sacerdotes astecas de arrancar o coração, ainda pulsante, de suas vítimas, na esperança de aplacarem a ira de seus deuses. Teria sido bastante olhar em derredor para verificarem que em uma terra de intensa atividade vulcânica, com a notória ocorrência de terremotos e tremores de terra, um povo primitivo não poderia chegar a outra dedução: se seus deuses se mostravam constantemente enfurecidos e violentos era porque precisavam se vingar dos desobedientes. Se fossem satisfeitos pela compressão dos homens não careceriam da sangueira dos sacrifícios humanos que eram impostos como castigo aos desobedientes. Sacrificar crianças e jovens, como os sacerdotes astecas costumavam fazer, era uma das formas de contemporizar com as divindades. Poderia haver maior submissão do que a entrega de alguém de sua própria raça e sangue ao altar dos sacrifícios?

Por pensarem assim os astecas, tais sacrifícios, que antes foram raros, vinham sendo praticados em escala cada vez mais constante em todo o Império.

Cortez, ao se internar no país, passa a descrever seus contatos com a numerosa e variada população que o habita. A bem dizer, havia uma elite política no topo. Esta mandava e tinha todos os privilégios. Todavia, o grosso da população se constituía de guerreiros e servos. Os guerreiros gozavam de vantagens e tinham interesses que nem sempre combinavam com o que parecia ser melhor para o povo, e que, em certos casos se opunham aos desejos dos estigmatizados pelo trabalho e servidão. Do meio dessas tribos servis saía a maior parte das vítimas dos sacrifícios destinados a aplacar a ira dos deuses que se deixavam ver explodindo vulcões ou reviravam o solo montanhoso em espantosos espetáculos sísmicos.

Hernan Cortez continua comunicando ao rei os acontecimentos e trabalhos de sua temerária empreitada:

“E na quarta jornada entrei em uma vila muito fortificada e de difícil acesso, pois ficava em uma serra muito íngreme, na qual só se podia chegar a pé”.

Adiante ele continua dando informações precisas ao monarca espanhol:

“Há uma planície com muitas aldeias e granjas, cada uma tendo de duzentos a quinhentos lavradores, havendo, no total, de cinco a seis mil homens de guerra. Tudo isto é do domínio daquele senhor Montezuma.

Lá na frente ele atesta: “Aqui me receberam muito bem e me deram mantimentos necessários para continuar a viagem, pois me disseram que sabiam que eu ia ver seu senhor Montezuma, que era muito amigo, e que os havia mandado dizer que me recebessem bem porque assim o estariam servindo”.

Qual seria, afinal, o jogo de Montezuma? Em verdade pensaria, de acordo com a lenda, que os estrangeiros invasores eram deuses?

Em Caltanmi, Cortés novamente confessa que ele e seus homens foram bem recebidos “pelo senhor e pela gente do povoado, de quem recebemos aposentos”.

Neste trecho Cortez revela o poder e a importância do imperador asteca:

“Depois de ter falado de parte de Vossa Majestade e ter dito sobre a razão de minha vinda, perguntei ao senhor do lugar se ele era vassalo do poderoso Montezuma. Muito admirado ele me respondeu indagando sobre quem não era vassalo de Montezuma e dando a entender que este era o senhor do mundo”.

Hernán Cortés prossegue com suas informações ao rei:

“Os domínios deste povoado se estendem por três ou quatro léguas de casa ao lado de casa, que ocupam a planície de um vale por onde corre o rio.

Em seguida Cortés informa haver ali “um monte muito alto onde está a casa do senhor (do lugar), com uma fortaleza que se equipara às melhores da Espanha, cercada de muros, barbacã e fosso”.

Tudo é muito estranho, tanto na conquista do México por Hernán Cortés, quanto na do Peru por Francisco Pizarro. Sempre os mesmos elementos de indecisão dos soberanos, as controvérsias entre os membros da elite governante e dos exércitos. E, por parte dos conquistadores, a conformação espartana às condições adversas do terreno, mas também a determinação inabalável de atingir o objetivo – a sede do poder – através de caminhos que teriam de ser palmilhados, intuitivamente, ou por informação pouco confiável e sem a precisão da traça e valia dos mapas.

“Foi com dez canhões e 16 cavalos que Hernán Cortés enfrentou e venceu o imperador Montezuma” – alardeia Alain Absire em comentário a uma das edições da obra de Verne sobre a queda do império Asteca. De fato, esta foi a impressão que ficou. Ao invés de se defenderem atacando e expulsando o inimigo com forças mil

vezes maiores que as dele, resolvem os acolher imbuídos da crença de que estavam recebendo os deuses sobre os quais outrora se referiram os seus ancestrais. Estes haviam prometido que voltariam um dia a fim de concluírem a obra civilizadora que há muito tempo haviam iniciado.

Para Júlio Verne nem todos os conquistadores podem ser postos no mesmo saco. De forma clara e vibrátil ele analisa a conquista da América Espanhola, reprovando seus métodos e recriminando quantos a levaram a cabo com impudente descaramento e violência. Por isso narra alguns episódios da conquista como quem relata uma traição. Mesmo assim o extermínio praticado pelos espanhóis, desde o México ao Peru, só produziu uma condenação veraz, só ecoou numa voz, a de Bartolomé de Las Casas, que ainda hoje ressoa. Foi em seu tempo o único que testemunhou inconformado os extremos de violência praticados por europeus arrogantes na América. Denunciando ao rei da Espanha o que os conquistadores espanhóis praticavam contra os povos nativos do Novo Mundo, fazia-o como quem não entendera que a cristandade não se haja indignado com a passividade de Carlos I. Este, que se fazia passar por bom moço, nada tinha de bondade. Pois não só aprovou as indignidades dos conquistadores. Ante as amostras de ouro recebidas da América, passou a incentivar a conquista e a instigar a cobiça.

A conquista das principais civilizações da América teve como pano de fundo a evangelização de um continente, mas na verdade foi feita à custa do sacrifício de milhares de índios que, por inocência e boa fé, recusaram-se a afrontar a indignação de homens que, segundo seus sacerdotes, podiam ser os deuses sobre os quais se referiram seus antepassados. Segundo acreditaram, os deuses teriam vindo para a retomada da obra civilizadora interrompida. Assim, bem mais aclamados do que hostilizados, os conquistadores da América Espanhola entraram para a História como heróis,

ostentando o saldo de mais de trezentos mil índios sacrificados num bestial e inútil holocausto. A História, que sempre se repete, não cansa de nos advertir sobre o nosso inato despreparo para cuidar dos problemas de nossa própria espécie. De tanto ver a violência comandar nossas ações, pouco se nos dá que o Mal prevaleça sobre o Bem, já que somos propensos a venerar os que matam e não os que se recusam a matar.

* Membro da Academia Norte-rio-grandense de Letras

CONTO

Samira

Clauder Arcanjo*

O sol subiu e desceu de novo. Nasceu e morreu, como mãe dizia. E eu sozinha, neste quarto pequeno. Nem sei desde quando estou aqui. Só que cheguei e fui ficando.

Lembro-me mais ou menos do que me tocou para cá. Um medo apertando as carnes da barriga, dando um friozinho danado, um gelo, mesmo tipo daquele quando me espantavam menina com a foice da morte nas noites da infância. Sei que tinha medo, muito medo. Um medo grosso, de tomar as ventas, a boca, o nariz, os olhos... de cegar e fechar tudo. Como pode o medo ser frio?

Puxo pelo rabo do tempo e o que me resta é somente isso. Lembranças vagas, pedaços de retalhos, bagos de coisas. Uma casa de chão batido. Pote com pano na rodilha. Canecos de ágata pendurados nos armadores de madeira da cozinha. Uma mesa, um jarro de flores de plástico. E um silêncio danado, de calar cachorro e outros bichos de casa.

Sim, tem mais: de vez em quando, um vulto de homem. De corpo grande, largo, mãos grossas e uma boca de bigode maior do que a boca. Não sei se pode, mas é como me vem. Vem e volta. Nenhum grito, nenhuma voz. Tão-somente o bigode, a mexer seus fios, abrindo os pêlos negros, mostrando seus dentes sujos de nicotina.

O bigode me tomou pelas mãos. O bigode tinha força. A mão direita a tapar minha boca, e a esquerda a bulir comigo. O homem e seu bigode meteram-se entre as minhas pernas. Não entendia nada, só uma vontade de fugir. Gritar não podia.

E aqui estou eu de volta a esta solidão. Uma cama de varas, colchão fino e sujo, de carne magra. Sem ânimo, sem força. Nem sabendo das horas, dos dias, das datas. Nem relógio tenho mais, a corda acabou e não cuidei dela. Anoitece e amanhece, sei pelo sol que quebra por entre a vidraça da janela de vidro alta.

Será que foi mãe que me pôs aqui? Mãe é que sempre gritava com Doca, filha mais velha. “Se deu para os homens, largou a vida, largou a decência!” De tanto gritar, a gente se escondia. Não gostava daqueles ralhos. A casa era pequena, tomava conta dos cômodos, botava a gente pra fora. Meu pai mergulhado na cachaça da tarde. Era forte. Mãe só gritava, com ele fora ou dormindo, largado na rede suja do alpendre. As moscas na boca. Boca com cuspo seco. O cuspo branco e duro no canto dos beiços tomava minha atenção. Dava uma vontade danada de limpá-lo. Para mim, o cuspo seco era pior do que a cachaça de pai.

Olho para todos os lados, e esse bigode me volta e me toma. Negro, de fios grossos.

“Samira!... Cê se perdeu, Samira?”

De quem é esta voz? O bigode era calado, só se movia e bulia comigo. Era de pai? Mas pai nunca falava, só resmungava seus tragos. Doca? Mas ela fugira. “Cansei, vou-me embora!...” Seus gritos ficaram vários dias, mãe a varrer o barro batido, os ecos na parede de taipa, e mãe na varrida, e as palavras pregadas na taipa. “Cansei, vou-me embora!...”

Tento dormir. Não consigo. A cama é velha, mas não é problema para este meu corpo seco, sem carnes. Se mãe estivesse aqui, diria: “Magro de dar dó! Só o couro e o osso.” Mas cadê mãe?

Só vejo um homem de branco entrar. Olho logo para a boca.

Se tem bigode, fico com medo. Grito até, alto. A injeção me cala. Fico zozna, lesa. Gosto. Durmo, um sono oco, sem nada.

Mas não me lembro. Só do bigode. Enorme, maior do que a boca. Será que do tamanho do corpo? Fios negros, mexendo-se, colados à boca, sem voz, apenas o abrir e fechar. A mão direita na minha boca, a esquerda a mexer comigo.

“Samira!... Cê se perdeu, Samira?”

De quem é esta voz?!...

O bigode era calado; só bulia comigo. E o bigode está crescendo.

“Samira!...” Será a voz do homem de branco.

Grito, tenho frio. Não gosto desse bigode. Grito, de novo.

A injeção me chega às veias. O silêncio já vem. Prefiro ele a esse bigode. Grosso, a se mexer na minha frente. Mão direita na boca, a outra nos meus peitos, nas minhas pernas, na minha...

“Samira!... Cê se perdeu, Samira?”

* Professor, escritor e poeta

POESIA

DEZ POEMAS DE DIVA CUNHA

Um poema salvaria a manhã
da morte absoluta que ronda todas as coisas
poema com pernas, sexo e o riso
do homem da lavanderia em frente
que lava minhas camisas
mas não lambe minhas feridas.

olhos cravados no chão
busco a banalidade do instante

as folhas rodopiam amarelas
nas mãos do vento zombeteiro

um senhor bem maior
busca os peitos que não tenho

dou a ele um riso com dentes
vazo da calçada para o nada.

noite
longo vestido
que tapa
mas não veste
o corpo febril e insone
letra morta de fome.

no ano dois mil e três
levava as noites pensando
nos mortos ainda vivos.

tinha dramas banais
de décadas atrás
certo “frisson” de menina
presa em casa
escondida por cortinas.
segura da decisão
chutar com rigor
as coisas velhas do chão.

amanheço cobra
pele rajada
olho vivo
língua astuta

cubro-me
atitudes vis
golpe inesperado
imobilizador
serpenteio
com o ventre
carregado
de sementes

Pólos que esgrimo
com fé e ardor.

as lavouras que cultivo
estão bem distantes
das coisas que invento
para vencer o tédio cotidiano

tenho poucas ilusões
vou à cabeleireira
peço plumas louras
faço das tardes
um poço de loucuras

do tempo pactado
estou bem segura:
palavra firmada com sangue

Uma cadeira ao sol
 dois livros de poesia
 o cachorro sonolento
 espantando as moscas
 com o rabo
 a música dolorosa
 (cem anos de fossa)
 eis o domingo ideal
 para pessoas nervosas
 e endiabradas
 onde os remendos da vida
 não ocultam
 as marcas das feridas.

Por paixão sou capaz
 de inverter o sentido oculto
 de todas as palavras
 quando teimam atacadadas
 aos mastros dos sentidos.

Tiro leite das pedras
 conclamo os profetas
 a comigo falarem
 das coisas do coração.

Não tenho pudores banais
 jogo água no corpo
 sigo com o dedo

a fina prata que contorna
o ventre do dia.

Só na terra
o corpo encontra
exata medida
que transforma
a carne em flor
a morte em vida.

Isso que passa cantando em minhas veias
é o sangue ou a lua cheia?

DISCURSOS

A MATÉRIA DOS SONHOS*

Sonhar é uma função essencial à vida. Todos sonham, até mais de uma vez, quando dormem. Os bebês sonham. O feto sonha, no ventre materno, sorrindo ou chorando. Para alguns, que não lembram a ocorrência onírica, esta não chegou a penetrar no âmbito da consciência, mas existiu. Até morrer nunca deixamos de sonhar. É o que nos mantém na fronteira da saúde mental e da loucura, afirma Sigmund Freud, na sua “Interpretação dos Sonhos”. Jung, com seus métodos de livre associação, descobriu o inconsciente coletivo. Hoje, existe comprovação científica de que o sonho é indispensável para a manutenção do equilíbrio psíquico.

Minha obsessão por sonhos e suas manifestações gera uma explicação. Sempre tive conhecimento de que sou resultante de um sonho. Conforme publiquei em “Mulheres Especiais”, quando biografiei a “Doce Diplomata”, Dália Freire Cascudo, esta assim descreveu seu primeiro encontro com papai. Vamos deixá-la falar, buscando-a no túnel da saudade infinita:

-“No dia que nos conhecemos, Luís, quando foi acordado, contou à mãe, Donana, ter sonhado com uma garota desconhecida. Descreveu seus traços finos, suas pernas belas e bem torneadas. E, que se a encontrasse, reconheceria de imediato e se casaria com ela.

-Naquele mesmo dia, à noite, como era do meu costume, fui à casa do meu cunhado, marido da mana Inês, em companhia da outra irmã. Ficamos a ouvir e comentar histórias que geralmente se sabem em cidades pequenas. Quando, em dado momento, chega Luís,

interessado em consultar um dicionário Larousse e, dando conta de mim, logo na casa do seu amigo tão íntimo, José Lagreca, ficou tão atrapalhado que, depois de me olhar demoradamente, logo saiu. Eu o conhecia de vista, rotulado como um ótimo partido, não para mim, considerada uma menina.

-Ao chegar em casa, contou à mãe ter conhecido a moça do sonho, ainda mais encantadora do que lembrava, e que ela se chamava Dália.

-No dia seguinte, D. Ana Cascudo deu uma desculpa e foi à casa dos meus pais conhecer-me e, constatando que eu era quase uma criança e muito tímida, disse ao filho que eu ainda deveria brincar de bonecas. Luís, que nunca desistiu do que colocava na cabeça, retrucou calmamente: 'Não faz mal, eu dou uma boneca a ela'.

-E, quando voltou de Salvador, aonde estudava Medicina, efetivamente trouxe-me uma boneca. Dei a ela o nome de Elza".

Esta boneca, de celulóide, hoje amarelada, lembro ver muito sobre a cama dos meus pais, com vestido de organdi. Pertence a minha primogênita, Daliana. Este sonho/premonição de papai objetivou seu amor por Dália, que ele definia como *"uma flor sem espinhos"*.

Nasceu Fernando, o primogênito, e nove anos depois, mamãe sonhou com Sant'Ana e Nossa Senhora. Contou a papai: *"Vamos ter uma menina"*. Ele queria que eu me chamasse Daliana, mas mamãe tinha feito uma promessa, e exigiu Ana Maria. Prometi-lhe uma Daliana, promessa cumprida à risca.

Aristóteles definia *"a esperança como um sonho desperto"*; e Fernando Pessoa dizia que *"o homem é do tamanho do seu sonho"*; enquanto o Duque de Saint Simon achava que *"uma idéia não executada é um sonho que não se realizou"*. Os intelectuais sempre se inspiraram nos sonhos e, até Calvino, em *"La Città Invisibile"*, finaliza com esta belíssima definição: *"As cidades, como os sonhos, são feitas de desejos"*.

e de meados”. Seria esta a matéria dos sonhos? É tão imponderável explicar, pois um sonho, às vezes, é motivado por uma lembrança, uma visão, uma conversa.

O poeta Sanderson Negreiros, imortal desta Academia, após o lançamento do meu livro, em 30 de dezembro de 2003, “O Colecionador de Crepúsculos”, me dedicou uma crônica publicada em janeiro de 2004, na “Tribuna do Norte”. Nela, relembra uma entrevista com Cascudo, até então inédita, sucedida em janeiro de 1971, aonde papai lamentava que *“na Eternidade tem um grande defeito, a ausência de livros”*. Sanderson apressou-se em lembrar-lhe a presença de redes do Ceará, e o papo do seu Compadre José Mariano.

Quanto a mim, desconhecia a referência, mas, em entrevista para a TV Cultura, em março do mesmo ano, declarei, a propósito do amor paterno pela leitura, que papai me revelara jamais pensar na outra vida, ou, como chamava, “a viagem da noite eterna”, mas me contara ter se visto, em sonho, cercado de livros e de amigos, como José Mariano. E terminou, com aquela risada sonora e cantante: *“Se assim é o Paraíso, e ainda mais a visão de Deus... é tudo maravilhoso!”*. O sonho, portanto, surgiu depois deste diálogo.

Papai gostava de me citar duas definições: “A única coisa verdadeira é o sonho”, do cineasta e jornalista Orson Welles; e do seu autor favorito, Goethe: “Seja lá o que você saiba fazer, ou sonha que sabe, comece a fazê-lo. Existe gênio, poder e mágica na audácia!”.

Uma tarde, conversávamos sobre a importância da paternidade masculina, em algumas civilizações. Papai veio até onde eu estava, beijou-me, e fez uma revelação que registrei no “Colecionador de Crepúsculos” e jamais poderei esquecer, incluindo o timbre carinhoso e apaixonado de sua voz: *“Todo homem sonha com um filho. Quando nasce uma filha, porém, é um amor à primeira vista... e recíproco, que dura a vida inteira. E, quando se fica velho, há uma inversão curiosa: a filha vira mãe, cuida da gente e é um retorno mágico ao útero materno!...”*

Dentro das tradições e normas das recepções acadêmicas, farei em seguida evocação e comentário sintético, mas profundo, sobre a vida e obra dos meus ilustres antecessores. O Patrono da Cadeira No. 13 é Luís Manuel Fernandes Sobrinho, conforme escolha pessoal do fundador e primeiro ocupante da mesma, Luís da Câmara Cascudo.

Vamos conhecê-lo? Nascido no município de Caraúbas, em 28 de fevereiro de 1856, estudou em Olinda – na época, equivalente a mandar estudar em Coimbra – e depois na Academia de Direito do Recife. Formando-se, foi Promotor Público no Apodi, casou-se com duas rosas: Rosa Amélia da Câmara, depois falecida, e sua prima Maria Rosa da Câmara, ambas da aristocracia rural. Promotor em Ceará Mirim, foi nomeado Juiz de Direito de Macaíba, São José de Mipibu e Natal, afinal Desembargador do Tribunal de Justiça. Deputado Estadual, ligadíssimo à cultura, foi fundador do Instituto Histórico e Geográfico do RN em 29 de março de 1903. Faleceu em setembro de 1935. Foi, essencialmente, pesquisador e historiador.

Inaugurou o culto afetuoso e detalhista ao nosso passado. Fez ensaio sobre Felipe Camarão. Estudou capitães-mores e governadores, iniciando por Jerônimo de Albuquerque. Biografou Pedro Velho, e desvendou o misterioso Potiguassu. Sendo jurista e intelectual, comentou o Auto da Repartição das terras do Rio Grande do Norte; fez a História da Imprensa Periódica do Estado, de 1832 a 1908. Recordou uma anomalia no nosso sistema potamológico. O rio que banha Natal deveria chamar-se Jundiá e não Potengi, que é afluente do primeiro. Mas não se corrige a História após a tradição.

Escreveu estudos potiguares, História Colonial do RN no século XVI, ditado aos filhos, quando já estava cego. Sabia tudo de história, a memória do tempo, instinto da eternidade. Era irônico; diariamente fazia ler as novidades, comentando-as com espírito vivo. Uma feita, quando residia na Avenida Junqueira Aires, depois de

ler uma descoberta dessas que dão glória e proveito aos felizes autores e ao público desavisado, Luís Fernandes comentou:

-“Você se lembra, Cascudinbo, de uma velha anedota de uma mulher de vida alegre, aqui do Natal, das Rocas, muito bonitinha, que emigrou? Lembra que, dizem, anos depois, rica, importante, fingia não saber falar português e só usava o espanhol. Sucedeu encontrá-la uma criatura que a conhecera no velho estado primitivo. E, quando a mulher, bem vestida e pretensiosa, dizia – Yo conosco a usted... – o homem foi logo acabando com a pantomima – Deixe de prosa, Joana Pereba!...Fale logo brasileiro, que era o que você falava nas Rocas... Pois eu tenbo vontade de ir dizendo quando leio certos livros: - deixe de palavrado, Joana Pereba, diga logo que essa conversa é velha como a Sé de Braga...”

Meu pai afirma que Luís foi seu Patrono, exemplo e orientação. Caiu velho como uma árvore que espalhou semente para uma floresta inteira.

Falar sobre Luís da Câmara Cascudo se constitui autêntico triunvirato emocional, pois foi fundador da Casa que hoje me acolhe, detentor inicial da Cadeira 13, genitor e meu primeiro amor... O imortal pesquisador Itamar de Souza ressalta que *“ele foi o resultado de convergência rara e magnífica de uma constelação de circunstâncias: inteligência de escol, memória de computador, personalidade carismática e vocação intelectual”*. Construtor de monumentos culturais imorredouros, nasceu no dia 30 de dezembro de 1898, numa sexta-feira, às 17,30 hs, na Rua Senador José Bonifácio, 212, ou Rua das Virgens, no bairro da Ribeira. Um canguleiro, portanto, batizado pelo Santo Padre João Maria, que lhe deu medalha de ouro com inscrição da oferta, que trago até agora no pescoço, após recebê-la do meu pai.

Quem mais o influenciou? Confessou-me ter sido o professor Francisco Ivo Cavalcanti, que abriu seus olhos para o ensino e a leitura; obviamente meu avô, Francisco Cascudo, incentivador

constante; e o escritor Henrique Castriciano. Este último foi o primeiro letrado a valorizar fandangos e, com o mano Eloy de Sousa, divulgou nos salões cantadores e sertanejos como Fabião das Queimadas. Apesar da diferença de idade – de vinte e tantos anos – as inúmeras afinidades os uniam...

Em “O Colecionador de Crepúsculos – objeto de uma cadeia amistosa e dedicada de nomes que acreditaram na reprodução da memória da filha/biografa – como José Sarney, JB Cascudo Rodrigues, Garibaldi Alves Filho, Murilo Mello Filho, Joaquim Campelo Marques, Carlyle Coutinho Madruga e Ligia, mergulhei fundo no oceano de saudade, pescando recordações e recolhendo lembranças. Alguns cronistas, (como Mário Lucas, do jornal “Estado de São Paulo”), selecionaram e apontaram verdades que revelei, pela importância histórica: o motivo dele nunca ter aceitado se inscrever e certamente ser eleito para a Academia Brasileira de Letras – especialmente para não ter de concorrer com colegas, ou, pior, ganhar de amigos – e sua verdadeira vocação, que seria para cientista; por isso fazia Medicina, tendo de abandoná-la pela impossibilidade financeira, substituindo-a para ser professor e escritor.

Jornalista, historiador, positivista, etnógrafo, orador, biógrafo, tradutor, folclorista, epistológrafo, escritor, professor, filósofo, religioso, doutrinário, era um perfeccionista em todos os campos. Pioneiro, lançou estilos, como a crônica histórica, nas deliciosas “Actas Diurnas”, inventou conceito brasileiro para a literatura oral, deu foros de ciência ao folclore.

Escreveu sobre os mais variados assuntos, tendo se especializado em etnografia e folclore e tendo preferência pela geografia, história e biografia. Dentre os mais de 150 livros, plaquetes e ensaios de Cascudo, destacam-se: *Dicionário do Folclore Brasileiro*, *Literatura Oral no Brasil*, *Vaqueiros e Cantadores*, *Canto de Muro*, *Rede de Dormir*, *Jangada*, *História dos Nossos Gestos*, *História da Alimentação no Brasil*, *Civilização e Cultura*, *Geografia dos Mitos Brasileiros*, *Contos Tradicionais do Brasil*, *Locuções Tradicionais do Brasil*,

Lendas Brasileiras, Superstições e Costumes, entre outros. O *Dicionário do Folclore Brasileiro*, que teve a sua primeira edição em 1954, foi a primeira compilação acadêmica de temas ligados ao “Folclore”, que não tinha, nesta época, “status” de ciência. Esta obra, ainda hoje, é uma referência tanto em folclore, quanto em cultura popular e etnografia, tendo sido escrita numa pesquisa solitária de mais de dez anos, aliada a extensa correspondência mantida pelo autor com diversos pesquisadores do Brasil e do exterior, o que fornece ao *Dicionário* um caráter enciclopédico único no gênero e, ao seu autor, o mérito da inovação nesta área.

Criou Universidade Popular, foi intelectual do ano (1977, Prêmio Juca Pato, União Brasileira de Escritores), homem do século – em votação popular promovida pela TV Cabugi, proporcionalmente, uma das mais consagradas do Brasil – nove vezes inspirou selos dos Correios e Telégrafos, cédula de cinquenta mil cruzeiros (1990, Banco Central), cartão de telefone, bilhete de loteria, nome de prêmios internacionais, fundador da Academia Norte-Riograndense de Letras e da Academia de Arte, Ciência e História de São Paulo, motivo de exposições nacionais, nome de Colégio, elevado, praçinha, rua, avenida, faculdade, creche, memorial, museu, agências bancárias, detentor de honrarias internacionais, nada lhe fez perder a humildade e a ternura. Diógenes da Cunha Lima sentenciou que ele era “*um brasileiro feliz*”; e as tevês e cinemas não o esquecem, como é impossível deixar de citá-los: “Princesa de Bambulá” e “Hoje é Dia de Maria”, ambos da TV Globo, são meros exemplos de sua presença, no tempo. As Universidades Paulistas citam seu texto, enxuto e claro, como exigem os cânones do moderno jornalismo. No dia 30 de dezembro, data do seu nascimento, agora por Lei sancionada pelo Prefeito Carlos Eduardo Alves, é, agora, o Dia do Folclore Potiguar.

Não podemos deixar de acentuar que uma das homenagens que mais nos emocionaram foi a construção de reprodução, em tamanho natural, na frente de antigo prédio, contendo a biblioteca

Cascudiana (cedida em comodato pela família) e objetos de uso cotidiano, para visita pública, no “Memorial Câmara Cascudo”. A idéia foi do acadêmico Paulo Macedo, vice-Presidente da Academia Norte rio grandense de Letras, jornalista e escritor, na época Presidente da Fundação José Augusto, entidade que congrega as iniciativas culturais do Governo do Estado. Além da bonita estátua em bronze, uma mão foi idealizada pelo arquiteto Sami Elali, vencedor do concurso alusivo, simbolizando o povo do estado e do país eternizando o seu ícone intelectual e humano e dele tomando posse com uma intimidade respeitosa e brincalhona, bem de acordo com o temperamento do seu inspirador. Visitado e elogiado por todos, o Memorial permanecerá até o acervo se reunir a casa aonde Cascudo residiu com a família e a maioria de sua obra foi vivenciada. Coordenando o Memorial – também por iniciativa de Paulo Macedo, mantida pelos demais que o sucederam – por justiça está Daliana, neta primogênita, formada em psicologia e ciência da computação, cuja dedicação e competência são comentados favoravelmente além fronteiras.

Câmara Cascudo também se revelou, surpreendentemente, um **marqueteiro** excelente, graças ao antenado investidor de palavras **Luís Lara, da Lew Lara Propaganda**, que reconheceu a perfeição da frase “*O Melhor do Brasil é o Brasileiro*”, finalizando a campanha de auto/estima encomendada pela Associação Brasileira dos Anunciantes, hoje detentora de todos os prêmios nacionais. Considero uma “mensagem” paterna vinda do além, a coincidência de “Luíses” nas nossas carreiras: **Luís Alves** e sua equipe - Jefferson, Richard, Guilherme - nomes que fazem a **Editora Global**, logrando edições repetidas e vitoriosas da obra Cascudiana, com vendagem inesperada.

O jornalista e acadêmico Vicente Serejo, discursando em dezembro de 2004, no Parlatino, quando da solenidade do prêmio que levou o seu nome e inspirou 78 trabalhos de professores e escritores da **América Latina**, ressaltou a idéia abençoada de um

ex-aluno da Faculdade de Direito, o Deputado Federal Ney Lopes de Souza, que, chegando à Presidência do Parlamento Latino-Americano, teve o gesto iluminado de eternizar seu nome, em milagre de transcendência. Naquele instante mágico da contemporaneidade no milênio – ainda cito Serejo – comenta a obra de Cascudo *“como um continente com suas ilhas, sem perder de vista sua terra, e sua gente”*.

Abrindo o Núcleo de Estudos Câmara Cascudo, na UFRN, e falando em nome da família, no Parlatino, em São Paulo, comparei seu trabalho minucioso à persistente e cuidadosa tarefa de um astronauta, no espaço sideral, e aos descobrimentos técnicos, de importância eterna, de um sábio matemático.

Sempre que se refere a Cascudo, o nosso primo Enélio Petrovich destaca dois qualificativos: genial e humilde. Itamar de Souza, na sua obra já citada, lista as obras de Cascudo até 1972, afirmando:

-“Trabalhando com determinação e tenacidade, construiu ao longo de mais de sessenta anos de vida dedicada à cultura, uma obra gigantesca e variada. Livros, plaquetes, antologias, edições anotadas, prefácios, recensões, traduções e milhares de artigos de revista e jornal. Foram 26.396 páginas originais, nascidas do diálogo do seu intelecto com a máquina de escrever, tornando-o um dos mais completos gigantes das letras do século XX”.

Francisco Fernandes Marinho, do Instituto Histórico, professor e escritor, tem se dedicado à cuidadosa pesquisa de Cascudo em Portugal e na Península Ibérica. Ainda não a finalizou, mas revelou sua surpresa e emoção diante da quantidade e qualidade dos inéditos, em livros, artigos e conferências que localizou. Separatas em revistas, artigos sobre assuntos diversos, derrubando barreiras e semeando idéias, foram 39; livros inéditos, meia dúzia; e ensaios sobre ele, 13. Comparando com Universidades, é fascinante!...

Luís da Câmara Cascudo viajou para outra galáxia no dia 30 de julho de 1986, mas permanece vivo nos filhos, netos, bisnetos, e

nos seus discípulos, pois, em última análise, o anjo da guarda não nos deixa desaparecer enquanto somos perpetuados pelo amor que deixamos na terra...

A música sempre fez parte da minha educação. No colo de papai, as melodias de ninar foram cantigas dos violeiros. Menina ainda, aprendi a cantar e dançar pastoris; as quadrilhas da época junina, marcadas em francês, eram objeto de nosso encanto e animação. Sabia de cor os versos da Chegança, Nau Catarineta, os pontos de Umbanda, assistia cocos de roda em Areia Preta, participava das Ararunas.

Com sete anos, foi contratada para mim, uma professora de piano, a elegante Lelia Petrovich. Depois, fiz curso no Instituto de Música em 1954. Aluna atenta de História da Música, ministrada por papai, aprendi a usar o metrônomo, a ler pauta e fiz solfejo. Tinha ouvido sensibilíssimo, apontando qualquer nota dissonante. Eduquei minha voz com Alcides Cicco, rotulada por ele de *“soprano, com tendências a ligeiro”*. Fui aluna de balé, participando de recitais. Mas as aulas do Colégio da Imaculada Conceição eram mais prioritárias do que a eclética formação musical...

Trimestralmente, avisados pelo Maestro Waldemar de Almeida, seguíamos para Recife; no Teatro Santa Rosa, nos deslumbrávamos com sinfônicas, operetas e revistas, áreas de ópera, sempre com libreto explicativo e “aulas” paternas sobre o autor, executor, inspiração.

Recordo e ainda ouço sons indescritíveis das interpretações de Ary Barroso, Dorival Caymmi, Luiz Gonzaga, Zé Dantas, Silvio Caldas, Aloísio de Oliveira, Silvinha Telles, Bené Nunes, Elizete Cardoso, Francisco Helion, Pau de Arara, Trios Yrakitan, Marayá, a turma da SAE, fundada pelo meu irmão, Fernando Luís, autor da mais interpretada melodia norte-riograndense, “Prece ao Vento”.

Tudo, na minha existência, respirava musicalidade. Acompanhada ao piano por papai, excelente intérprete de foxes e modinhas, cantei Waldemar Henriques, Heckel Tavares, Oswaldo

de Souza, amigos queridos. Minha avó, Madrinha Sinhá, e mamãe, eram apaixonadas por Chopin. Escutava-as semanalmente, acompanhando-as a concertos. Serenatas eram constantes.

Minha primeira coluna, em “A República”, aos treze anos, se intitulava “Cantinho de Hi-Fi”. Entrevistados foram Romildo Gurgel, Gracio Barbalho, Aldo Medeiros, Veríssimo de Melo. Tive programa musical transmitido de casa pela Rádio Nordeste, tendo no comando Bené Chaves, em 1957. Fui crítica musical, escrevi capas deelepês de nomes famosos como Severino Araújo e sua Orquestra Tabajara. Retribuíram com uma apresentação na Junqueira Aires, inesquecível!... Também Elizete Cardoso e Silvinha Telles. Participei da Comissão Julgadora do I Festival da Canção Potiguar e I Festival de Compositores do RN, em 1967. Sou Sócia Benemérita da Sociedade de Cultura Musical, em 1973; membro do Curso de História da Música Popular Brasileira ministrado pelo musicólogo Ricardo Cravo Albim e promovido pelo MEC; Sócia das Ararunas; Debatedora do Curso de Arte ministrado pelo Prof. Clarival do Prado Valladares na Secretaria de Educação e Cultura, em 1967; participante e debatedora do Curso de Cultura Popular Nordestina e Literatura, em 1966 e participante da homenagem ao musicista Luís da Câmara Cascudo na Escola de Música do Rio de Janeiro, em 1998.

Lembro Oriano de Almeida, quando menina. Era uma visão incrível, louro, olhos claros, esbelto; julgava-o uma espécie de príncipe encantado. Certa feita, veio visitar papai na casa da Rua da Conceição, e, não o encontrando, sentou-se ao piano e tocou para a criança extasiada várias peças clássicas e uma “berceuse”. Mamãe lhe agradeceu o concerto dedicado à “Any”, como era chamada na intimidade; ele respondeu que as crianças entendiam a linguagem das notas. Lá, no astral, a base mística se preparava, para que eu pudesse valorizar o meu ilustre antecessor...

Oriano de Almeida nasceu em Belém do Pará, em 15 de julho de 1921. Veio para Natal com sete anos de idade, onde tinha

familiares. Pianista, concertista, compositor e escritor, aos doze anos realizou seu primeiro concerto em Natal e no Recife. Estudou História da Música com Luís da Câmara Cascudo e os elos misteriosos do destino iam se compondo...

Foi fundador do Instituto de Música do RGN, posteriormente integrado a UFRN, sendo professor de piano. Indo para o Rio de Janeiro, estudou música com a famosa pianista Magdalena Tagliafero. Iniciou a carreira de concertos no Rio e em São Paulo. Participou do famoso Certame Pianístico no Municipal, logrando o primeiro prêmio Municipal de Cultura. Sua primeira viagem internacional foi à França. Em Paris, tocou na Sala Chopin-Pleyel, na Maison de L'Amérique Latine e na Rádio Difusão Francesa. Realizou concertos na Europa com repercussão e crítica positivas. Suíça, Itália, Alemanha, França, Inglaterra, Holanda e Bélgica. Em Varsóvia, capital polonesa, tocou Chopin, representando o Brasil nas comemorações do primeiro centenário da morte do compositor, classificando-se como um dos dez maiores intérpretes do mundo. Vitoriosa a tournée pelos EEUU, com apresentações em cidades norte-americanas. Participou da final do Concurso Internacional Chopin, realizado no Rio de Janeiro, em 49. Já era rotulado como um dos mais completos herdeiros musicais do gênio polonês. Em 1958, respondeu sobre a vida e obra de Frédéric Chopin, tocando suas composições ao vivo, durante programa da TV Tupi, "O Céu é o Limite". Ganhou o maior prêmio financeiro até então concedido no jornalismo televisivo brasileiro. Virou uma celebridade, reconhecido e festejado merecidamente. Gravou em 1960 na Rádio Ministério de Educação e Cultura, a obra completa, com detalhes até então desconhecidos, de Chopin, com aproximadamente 180 músicas.

Oriano de Almeida foi um compositor de alto nível. Produziu peças para piano e canções, colocou melodias em versos de Veríssimo de Melo, Waldemar Henriques, Honório Homem, Diógenes da Cunha Lima Filho. Na sua opinião pessoal, a maior

contribuição musical foi “Prelúdios Potiguares”, obra composta por vinte movimentos para piano, baseada em temas populares do Rio Grande do Norte.

Gravou em Belém do Pará com a soprano Maria Helena Coelho Cardoso, e, no RN, a cantora Lucinha Lira e o Quarteto de Cordas da UFRN. Possuía várias condecorações, que estão apostas no Memorial, anexo do Instituto Histórico e Geográfico do Estado, numa homenagem do seu admirador e amigo Enélio Lima Petrovich, inaugurado em julho de 2001. Podemos enumerar a Medalha Princesa Leopoldina, a Condecoração da Ordem dos Cavaleiros da Concórdia, a Medalha Marguerite Long – Jacques Thibaud, para citar apenas as internacionais. Uma de suas maiores alegrias foi receber o título de “Cidadão Norte-Riograndense”, numa proposição do escritor e imortal Valério Mesquita. Suceder Luís da Câmara Cascudo na Cadeira 13 da Academia Norte-Riograndense de Letras foi, para ele, “*sonbar de olhos abertos*”. Sua posse foi em setembro de 1996. Casado com a pianista Íris Bianchi, é pai de Lilian e avô de Lucas e Nicolas.

O imortal Sanderson Negreiros dele disse: “*Vivendo uma vida monástica, Oriano se quedou meditando a música eterna das esferas no cotidiano; se revivendo ao piano, artista que conseguiu encontrar a ‘nota azul’, que foi a incessante busca de Chopin*”. Como muitos artistas, viveu solitariamente, quase um eremita. Um dos maiores nomes da música erudita nacional, sua história vive em livros, revistas, programas e concertos.

Falemos agora do escritor Oriano de Almeida, para mim, gratíssima revelação. “Magdalena, Dona Magdalena” é um caleidoscópio de lembranças da professora e amiga, cujo astral luminoso irradiava magnetismo e vida. Foi publicado com apoio do IHGRN, em 1993. Com texto leve e demonstrando erudição, Oriano recorda convivência com os mais importantes nomes do cenário artístico/cultural da época, tecendo comentários de grande importância histórica.

Durante a Segunda Grande Guerra, deu concertos aos soldados em Salvador, Recife, Belém, Fortaleza, Parnamirim, com o ronco das “fortalezas voadoras” fazendo música de fundo, conhecendo Glenn Miller e Walt Disney. Nos EEUU, bateu recorde: 23 recitais em 25 dias!...

Conta estórias deliciosas. A propósito de críticas desagradáveis, o famoso pianista cinematográfico Liberace, em entrevista, falou: *“Quando leio uma crítica negativa, pela minha péssima atuação – na opinião do jornalista – paro meu carro último tipo e vou depositar no banco meus dólares, e logo esqueço as tristezas...”*.

Oriano relembra encontros com o Bispo de então, D. Marcolino Dantas, que apreciava muito trocadilhos. Uma vez, estava exausto, e como D. Marcolino lhe indagasse o que tinha, respondeu estar em busca de um remédio. Na mesma hora, ele falou: *“Um maestro não deve usar um ré-médio. É sim um ré grave ou um ré agudo!”*.

Sua presença foi de suma importância para a música local. Idealizou, durante o Governo de Aluísio Alves, o Primeiro Festival de Música de Natal, retransmitindo-o nacionalmente no programa “Música para a Juventude”, na Rádio MEC e TV Globo em 1970. Foi, portanto, uma ponte para o reconhecimento dos talentos potiguares.

Enélio Petrovich, um dos seus maiores incentivadores, considera que seus concertos na orquestra sinfônica brasileira, solando ao piano sob a regência de Eleazar de Carvalho e Isaac Karabtschsky foram consagradores, durante os anos de 86 e 87. Enélio também é autor de lindo prefácio analítico sobre o músico amigo.

Em “A Música através dos Tempos”, lançado pela Editora Universitária, em maio de 1991, Oriano de Almeida demonstra seu imenso talento didático. Jurandir Navarro, imortal que o prefaciou e deu parecer para a sua publicação, considera *“um estudo de cunho histórico, concernente à música e aos seus grandes vultos”*. De maneira pedagógica, expõe suas variadas escolas, estabelecendo linhas

cronológicas, estudando minuciosamente arte e artista. Finalmente, insere o Ciclo de Interpretação de obras de Chopin, realizado no Teatro Municipal de São Paulo, comentando os recitais e as músicas. É livro raro e de importância capital para os que amam pautas e notas...

“Paris...nos tempos de Debussy” foi edição comemorativa ao centenário de Luís da Câmara Cascudo, pela Gráfica do Departamento Estadual de Imprensa, iniciativa do Instituto Histórico e da Fundação Cultural Padre João Maria. Lançado em 1997. Nele, o escritor dá um mergulho no passado – últimas décadas do século XIX – o momento encantado e rico, no sentido artístico, da *belle époque*. Tudo começou com programa radiofônico na Rádio MEC em 1971. Quatorze anos depois, em 1985, Oriano adaptou o roteiro original – cujo sucesso foi incomensurável – para livro.

Proponho a quem não leu, não deixar de fazer, mergulho no delírio efervescente na Europa. “Paris...no tempo de Debussy” se inicia em 1862 e vai até 1890, num trabalho de fôlego e demonstração de conhecimentos gerais poucas vezes verificado antes. Somos transportados para uma época áurea em música e rica em erudição. Achille Claude Debussy vive, palpitante e amoroso, às margens do Sena, convivendo com personalidades inesquecíveis no cenário cultural e político do mundo. Considero geniais os diálogos entre o personagem central e figuras de escol. Oriano traça um perfil daquele pianista e compositor perfeito: possuidor de roteiro técnico e musical de qualquer partitura; dotado de excelente articulação, ondulação, modulação, reflexo, harmonia, sentimento. Realmente, uma síntese perfeita do que representaram, para citar apenas dois, Chopin e Debussy. Reitero, pois, as palavras de Valério Mesquita sobre Oriano: “*Sua obra tem abrangência nacional e internacional*”. Convém acentuar, ainda, que é autor de uma biografia de Chopin, com 460 páginas ainda inéditas; e ditou para Enélio Petrovich pensamentos recônditos, em forma de *hai-kais*, que o Presidente do Instituto Histórico pretende publicar, titulado de “Pingos e Respingos”.

Em 11 de maio de 2004, partiu em busca do paraíso sonoro da dimensão infinita. Quando se encantou, lembrei de uma área da “Tosca” de Puccini, que poderia defini-lo com acerto: *“Vivi de arte/ vivi de amor/ só fiz o bem/ deixo lembranças...”*. Oriano de Almeida seguiu, no seu destino original, o verso de S. Quasimodo, em “Água e Terra”: *“Cada um está só/ sobre o coração da terra/ atravessado por um raio de sol/ e logo anoitece...”*.

Presto publicamente homenagem ao meu antecessor, embasada pela educação artística que me foi ministrada, e o muito que pesquisei sobre o homem em suas várias facetas. Oriano de Almeida viveu para a música, sua linguagem maior, além do amor às palavras e aos sons, a análise das idéias, a comunicação das almas, a sensibilidade especial aos acordes de doces melodias que tão bem interpretou e criou.

No mundo das letras e artes, ingressar nos quadros de uma Academia é uma honraria que muitos almejam, e poucos alcançam. Para se transpor os umbrais desta casa, é preciso o anseio seguro de ser um dos seus, a humildade de pedir votos e a tranqüilidade de ver sua obra medida e julgada.

Fui uma das treze fundadoras da Academia Feminina de Letras, plêiade de mulheres que amam escrever e apreciam o convívio das suas semelhantes. Segui a estrada já palmilhada por pioneiras como Chicuta Nolasco Fernandes e outras idealistas. Mas o sonho que realmente me impulsionava me ligava à entidade fundada pelo meu pai. Vingt-Un Rosado Maia, um ‘pater’ pelos laços da tradição e do querer bem, adivinhou meus pensamentos e lançou meu nome. Então, no momento em que me senti merecedora, na ilusão do sucesso literário, sem soberba cumpri o ritual, procurando ser iluminada com o beneplácito dos imortais, conforme o seu próprio lema – Ad Lucem Versus.

Segurei o punho de Olavo Bilac, que amo desde menina, e pedi emprestado a Monteiro Lobato, autor das minhas primeiras leituras, o pó do pirlimpimpim, voando, em direção às estrelas, na

certeza de que lá na Via Láctea encontrarei meu pai, que sabia seu idioma cintilante, ouvi-las e entendê-las... Na magia deste momento sublime, sinto-me banhada no perfume da sabedoria dos que me precederam, vultos como Henrique Castriciano, seu primeiro presidente; Eloy de Souza, Américo de Oliveira Costa, Onofre Lopes, Manoel Rodrigues de Melo, Oswaldo de Souza, e os que enobrecem atualmente a sua Galeria de Talentos. Muitos já encontrei e convivi, outros nomes moram no meu respeito e admiração. Personalidades que me entregaram a luneta da criatividade e me ensinaram a enxergar o outro lado da lua, descobrindo o brilho multiplicador do estudo atento e cuidadoso.

Autoridades que enfeitam a mesa,
Acadêmicos,
Minhas Senhoras, Meus Senhores,
Amigos presentes,

O que gostaria de ofertar seria a dádiva jubilosa que os Reis Magos levaram para homenagear o Deus menino: ouro, incenso e mirra. Na impossibilidade, simbolicamente deixo a todos o desejo de bem servir e a fidelidade às minhas origens.

Uma vez, Cascudo revelou a Drummond que algo o diferenciava dos outros escritores; o fato de possuir uma varinha de condão fabricada pela neta. Sou uma perpetuadora de lembranças. Espalho em todo o recinto da Academia, a atmosfera dos sonhos aonde embarcamos juntos.

Confesso-lhes, amigos, que a maior imortalidade é o amor deste grande companheiro, Camilo Barreto, parceria feliz de 36 anos de união; a grande riqueza que possuo são os filhos Daliana, Newton e Camilla, os netos Diogo e Alana, os agregados Múcio, Lúcia e Woldney. É a certeza da minha extrema dedicação ao mano Fernando, sua Marly e o sobrinho Eduardo; é o carinho também fraterno por Carlos, Consuelo, Cícero, Cássio, Cleto, Clóvis, Cacilda,

Cristina, Cleanto e Cláudio Barreto e famílias; é a saudade imorredoura de Newton Roberti Leite, de José e Mariah Barreto e de Clécio; é o orgulho de ser fruto do amor de Luís e Dália, e de ter merecido este amor.

Os sons eternos que nos embalarão, em seguida, fornecidos pela técnica e sensibilidade de Oswaldo D'Amore, Ricardo Craciun, Miguel Kolodiuk e Miguel Szilagyi, (Quarteto de Cordas da UFRN) em concerto de uma hora, será um modo de permanecer, no espaço, ainda grata e feliz pela posse e as palavras maravilhosas deste primo/irmão que é João Batista Cascudo Rodrigues, o cerimonial de Paulo de Tarso e a lembrança de Luís da Câmara Cascudo/Oriano de Almeida, através da seleção de suas músicas favoritas.

Mantendo a atmosfera de lirismo, ainda seguindo com a varinha de condão, termino recitando a última estrofe do soneto ao luar daquela que embalou meu pai, e ele retratou como imagem imorredoura, Auta de Souza...

*“Ai, quem me dera ser também criança!...
Ai, quem me dera andar também voando!...
Fazer dos astros um barquinho amado,
Nele vagar por todo céu dourado,
As minhas dores ao luar cantando!...”*

***DISCURSO DE POSSE DA ACADÊMICA
ANNA MARIA CASCU DO BARRETO**

UM OLHAR SOBRE O UNIVERSO CULTURAL DE ANNA MARIA CASCU DO BARRETO

João Batista Cascudo Rodrigues*

“Que quer dizer ‘ser mulher?’ Que significado tem? Agora nesta época em que vivemos? Mas esta questão não é exclusiva dela, porque o homem está referido à mulher – nisto consiste ser homem, do mesmo modo que ser mulher consiste em estar referido ao varão”.

Julián Marías – La Mujer en el Siglo XX - Madrid/Buenos Aires, 1979.

No contexto cultural do Nordeste brasileiro, o *ethos* norte-rio-grandense distingue-se, fundamentalmente, de outros, tais como o paraibano e o pernambucano.

Odilon Ribeiro Coutinho atribuiu tal marca identitária ao “jeito próprio do relacionamento potiguar, o seu modo de ser diferenciado, a cordialidade caracterizada pelo vezo democrático” da sociedade deste Rio Grande.

Nesse quadro de excepcionalidade, a antiga Capitania de João de Barros responde – sob o primado do fator psicocultural – pela inserção histórica que o mestre alagoano Manuel Diégues Júnior (*Regiões Culturais do Brasil*), põe de manifesto:

“Cedo, porém, o Rio Grande do Norte começou a livrar-se da monocultura canavieira, com a ocupação

do seu interior pelas boiadas e ainda pela exploração do sal e pela cultura do algodão,” o que significa dizer em situação assinaladora de características emergentes das regiões do Seridó e de Mossoró.

Daí a participação de “igual para igual” ou de um “respeito igualitário”, em interrelações sociais sublinhadas na interpretação erudita do mencionado analista paraibano/norte-rio-grandense.

Desde então, ser reafirmado: Clara Felipa Camarão, mulher guerreira e primeira feminista brasileira – segundo Socorro Trindad; Nisia Floresta Brasileira Augusta – “a mais notável mulher de letras do Brasil Império”, no julgamento insuspeito do pernambucano Oliveira Lima: aquela que, sendo originária do obscuro sítio em que nasceu, se tornou “a grande ave de arribação, cujas asas não cabiam nos limites do ninho” – em expressão fulgurante de Luís da Câmara Cascudo.

Este é um instante de emoção evocada, na Academia Norte-Rio-Grandense de Letras – um dos momentos sintetizadores do universo cultural de Anna Maria Cascudo Barreto – daqueles concebidos pela mais representativa escritora do século XX: Simone de Beauvoir – na desfiadura dos favos da “doçura de uma lembrança e alegria de uma promessa” (*A Mulher Desiludida*).

A “moça bem-comportada” da cidade do Natal cumpre o seu noviciado cultural, assistida zelosamente por “Luís do Sobradinho”; são passos enriquecedores, em visitas habituais às lapinhas e pastorís e – mais – na frequência inusitada, em companhia do pai, aos “terreiros” de “pais e mães de santos” – e até ao forró, em terra batida, da praia de Areia Preta...

Aprendizagem básica da futura pesquisadora de Etnografia e Folclore – e de difícil explicação de Anna Maria, aluna do Colégio Imaculada Conceição, às suas preceptoras – Irmãs Dorotéias, na

conceituada e – já agora – mais do que centenária casa de educação feminina.

Relembrações que saltam do caleidoscópio de *O Colecionador de Crepúsculos*. Daí que sonhos e esperanças se desdobram, na memória do tempo e da vida, na ressurreição de presenças inesquecíveis: Donana, mãe de Cascudo e avó de Anna Maria – lépida e perquiridora, em sua conversação penetrante; “dona Yayá”- Maria Leonor Freire, irmã mais velha de Dahlia – recatada e suave; Cotinha, afetuosa, na leveza dos seus gestos; e Anália, leal e prestimosa, no tratamento cordial dispensado ao “doutor Luís” e à “dona Dahlia”.

Recordação especial dos eternos amados Luís-Dahlia, que celebram as bodas de ouro, em almoço realizado no “Bosque dos Namorados”, naquele 21 de abril de 1979: entre convivas mais próximos – presentes os primos de Mossoró – Ozelita, João Batista e Neusa.

Evocações tão raras - que ressaem do chalé da tradicional descida da “Junqueira Aires”, atual “Câmara Cascudo” e dos seus felizes habitantes, na sucessão de um cotidiano movimentado: prolongamento emocional da “Vila Cascudo”, no “Principado do Tirol.”

Anna Maria antecipa-se no jornalismo em “A República” – “Seminários e Arte & Modas”, aos treze anos de idade. É tempo dos primeiros frutos intelectuais – seqüenciados pela presença na TV Universitária. Apaixonada pela música – encontra parceiro, noutra exercício funcional do jovem contista a quem “Luís Natal” chamava, afetuosamente, “Cruviana”: “por causa de um conto de Manoel Onofre, de inspiração folclórica, que o fascinou”, justifica Anna Maria. Ambos se completam nos gostos e preferências culturais: tornam-se “cine-maníacos”.

São semelhanças pontuadas por Anna Maria Cascudo Barreto no “Ensaio de Abertura”, intitulado “O Pescador de Lembranças”,

em livro produzido sobre o acadêmico *Manoel Onofre Júnior – 40 anos de Vida Literária 1964/2004 – Bibliografia & Crítica*, do professor Francisco Fernandes Marinho.

Eis que Anna Maria se consagra “a Promotora mais jovem do Brasil” e “a primeira mulher” a atuar nessa qualidade, em júri, na Comarca do Natal; em seus estudos sistematizados do Direito, aprofunda-se em nível de doutoramento pela Sociedade Brasileira de Criminologia, sendo aprovada pelo professor Roberto Lyra; e, no final da trajetória funcional, alça-se à Procuradoria de Justiça do Rio do Grande Norte.

Com a sua identidade real, jamais dependeria do “dever ser”, a que se refere Alain Touraine (*Mosaico de Identidades* - Maria Beatriz Balena Duarte e João Luiz Medeiros - Organizadores), pois sempre teve a marcá-la o “ser” plenamente Anna Maria. Daí resulta a conferencista renomada, membro da Academia Feminina de Letras, Associação dos Jornalistas e Escritores Brasileiros, Instituto Histórico e Geográfico, Comissão Estadual de Folclore e Associação do Ministério Público do Rio Grande do Norte.

Há que acentuar a contribuição indispensável de Anna Maria Cascudo Barreto, na análise interpretativa da obra *casquidiana*; são páginas de atilada pesquisadora e bem equipada memorialista, sobressaindo “o livro cheio de ternura”, consoante escreveu o senador Garibaldi Alves Filho, na “orelha” de *O Colecionador de Crepúsculos*, retrato ampliado do primeiro depoimento, em torno do *Meu Pai*, publicado na “Coleção Mossoroense” – “último reduto da bibliografia brasileira”, na afirmação de Edson Nery da Fonseca, sustentado pelo “heroísmo da coragem” do acadêmico Vingt-Un Rosado, há mais de cinquenta e cinco anos: organizador e editor único do acervo de quatro mil duzentos e vinte e cinco títulos sobre temas nacionais, até setembro de 2004.

Itinerário de escritora – de linguagem coloquial, em comunicação e expressão recheadas de encantamento lúdico, que a

singulariza na fidelidade ao “reino doméstico, primeiro e único” - , ressaltado com impressividade pelo autor de *Civilização e Cultura*.

De tão paradigmático encontro espiritual entre pai e filha – já escrevi, noutra oportunidade: não há por que faltar o registro de que, em Anna Maria Cascudo Barreto, se colhe, em plenitude, verdadeiro perfil etnográfico da vida familiar e pública do Mestre da Cidade do Natal.

Ela que é “testemunha e guardiã” de um patrimônio da cultura universal; ela que, em sua escrita, cultiva o ensaio e a crônica – esta em equivalência àquele – “sempre ajudando a estabelecer ou restabelecer a dimensão das coisas e das pessoas”, no ensinamento de Antonio Cândido (*A vida ao rés-do-chão*).

Porque assim o é – Anna Maria Cascudo Barreto constitui força viva de pensamento e ação, nos estudos e pesquisas pertinentes à Alimentação e Culinária no Brasil, tal qual se evidencia no foco de suas lembranças:

... “nosso lar, na Junqueira Aires, proporcionou-me a base de refinamento nutricional. Quando nasci, meu avô, Cel. Cascudo já falira, e meu pai precisava ganhar o pão com seu trabalho. Não tínhamos luxo algum. O vestuário era simples e até escasso; o mobiliário pobre. Mas, na qualidade de nordestino da cepa, mas também homem culto papai era adepto de mesa farta e variada. Nosso cardápio resumia o internacional aclimatizado ao regional”.

E prossegue Anna Maria:

“Da *champagne* francesa ao bate-bate (mistura de cachaça, açúcar e suco de maracujá); da sardinha portuguesa ao cozido com pirão; do doce de laranja em folha, sofisticado, ao comum e delicioso doce de caju rasgado, servido com queijo de coalho, fui

habituada ao somatório objetivo de uma autêntica cultura alimentar, secular e atual, resultante desta união de raças, hábitos e costumes que finalmente caracterizam esta amada terra do Brasil”... (*Alimentação & sua História, nas Minhas Lembranças*). Palestra proferida na “Educação à Mesa” – “Seminário de Segurança Alimentar e Nutricional” – Fundação Roberto Marinho – Auditório da Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte – abril de 2004; colaboração para o livro da AJEB/RN, lançado na Academia Norte-Rio-Grandense de Letras – outubro do mesmo ano).

Em – pelo menos, dois outros “Ensaio de Abertura”, Anna Maria Cascudo Barreto dá conta de sua participação de escritora amplamente solicitada, no mundo literário norte-rio-grandense.

Assim o faz em *Nordeste Ontem & Hoje*, do historiador Duarte da Costa e da pesquisadora Juracy Ribeiro:

“Aqui estão registradas nossas expressões locais e apelidos; há escritos de historiadores famosos como Padre Antonio Vieira, Euclides da Cunha, Luís da Câmara Cascudo e Juvenal Lamartine (para citar apenas poucos); depoimentos importantes sobre a seca, suas soluções, os sertões, credices e superstições, desafios de cantadores, as incelências e o ciclo fúnebre”.

E complementa Anna Maria:

“Não foram olvidados nossos ícones, personagens emblemáticos da literatura de cordel e da vida real, como Jesuíno Brilhante, “Padim Ciço”, o Beato Conselheiro e sua saga, Lampião e seu bando, para muitos um monstro, herói circunstancial

para outros. São apresentados sem discussões psiquiátricas ou sociológicas, de maneira simples e com texto de fácil manuseio”.

Numa decisão familiar – Anna Maria Cascudo Barreto focaliza a oportunidade de uma bolsa de estudos na Fundação Calouste Gulbenkian, na área do Direito Internacional Público. Mas – enfatiza : “ Os anjos tomaram outra decisão”. Daí a desconstrução de sua “ermida jurídico – cultural”.

Torna-se culminante a confissão de Anna Maria:

“Em abril de 1968, conheci o engenheiro Camilo de Freitas Barreto. Em 11 de dezembro do mesmo ano, cerimônia religiosa com efeito civil, celebrada pelo então Governador do Estado do Rio Grande do Norte, Monsenhor Walfredo Gurgel, no solar da Junqueira Aires, 377, consagrou nossa união pela Lei de Deus e dos homens”.

Luís da Câmara Cascudo responde à organização portuguesa – diante de cobrança – um tanto insólita – pela presença da “doutora” em Lisboa:

“Minha filha não poderá mais ir ilustrar-se em Portugal. Ficaré em Natal, com os pais e os filhos (Daliana e Newton) e – querendo Deus – nos dará mais netos. Uma força a reteve: O amor!

Unida ao engenheiro Camilo Barreto, agora outro filho, continuará iluminando nossas vidas com sua doce presença.”

É Anna Maria quem acrescenta tal nota:

“(Anos mais tarde, nasceu Camilla Barreto, que, como uma bênção, veio ao mundo no dia e hora do aniversário de papai, 30 de dezembro. Mais uma neta, potiguar como os irmãos).”

Basta tal circunstância familiar para compor a moldura de *Cascudo e Portugal, União Perfeita*, em “Ensaio de Abertura”, que assinala a vocação do professor Francisco Fernandes Marinho: descobridor de fontes sobre Luís da Câmara Cascudo – “uma autêntica Universidade do saber.” Eis que ele “é um pescador incansável neste mar sem limites.” Numa amizade congênita – Anna Maria mantém “nas mãos o bastião desta afeição de gerações”... entre Frederico Guilherme Gavazzo Perry Vidal e Luís da Câmara Cascudo: herança espiritual transmitida a seus filhos – Frederico Perry Vidal e Anna Maria Cascudo Barreto.

A *História da Cidade do Natal*, terceira edição, em iniciativa do acadêmico Enélio Lima Petrovich, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, conta com o depoimento veraz e afirmativo de Anna Maria, em torno da elucidação de “como e em que consistia a pesquisa de Luís da Câmara Cascudo?”

“Muitas vezes o vi, consultando enciclopédias, escrevendo para peritos em assuntos que lhe interessavam. Repetia inúmeras vezes a mesma pergunta, analisando cada resposta com a obstinação de um cientista. Encontrada a solução, procurava incansavelmente o documento comprobatório da mesma. Consultava arquivos públicos, Institutos Históricos, arquivos cartoriais, muitas vezes prejudicando sua saúde nesse contato com documentos antigos, repletos da poeira do tempo, do bolor, ácaros. Suas gripes se repetiam”.

E conclui Anna Maria:

“Até curso intensivo de tupi-guaraní fez, com o tupinólogo Teodoro Sampaio, no Recife, em 1930, e tirava as dúvidas neste idioma com ele vezes sem conta. As fontes do latim, do grego, também eram muito importantes. Ele sopesava as provas até a

exaustão. Mantinha correspondência com intelectuais de todo o mundo. Fazia viagens internacionais e a hoje tão decantada “pesquisa de campo” ouvindo o povo.”

Em *Mulheres Especiais* – Anna Maria Cascudo Barreto projeta imagens daquelas que permitiram, em livro, “mergulho biográfico da psique feminina”. É o testemunho da acadêmica Maria Eugênia Macieira Montenegro.

Em termos preliminares, observa Anna Maria:

... “já com o livro pronto e reunido para enviar ao editor, fui intimada (pelos netos de Dahlia e meus filhos) a fazer a biografia da “flor sem espinhos” – como papai a chamava – ou “a doce diplomata”, título sugerido pelo meu marido Camilo Barreto.”

E Anna Maria despede-se de Dahlia, comovidamente:

“Quando os anjos a levaram, em 09 de março de 1997, o desenlace ocorreu como de seu desejo; no meio dos filhos, que lhe seguravam as mãos. Na hora da morte, viu a irmã Maria Leonor, e exclamou, olhando para um ponto fixo: “Yayá!!! Minha hora chegou”...

“Está – tenho certeza – ao lado do seu amado Luís”.

Pronunciamentos e publicações diversas da novel acadêmica ainda merecem destaques: na abertura da campanha da Associação Brasileira de Anunciantes – “o brasileiro é o melhor produto do Brasil” – mensagem criada por Luís da Câmara Cascudo, em discurso de agradecimento, pela outorga do Prêmio Henning Albert Boilesen – Brasília (1972) – e revitalizadora do sentimento de brasilidade, com a presença do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em São Paulo (2004); e, na entrega do “Prêmio Câmara Cascudo”, pelo Presidente do Parlamento Latino-Americano – deputado Ney Lopes

de Souza, igualmente na capital paulistana (2004), em cuja solenidade se fez ouvir o acadêmico Vicente Serejo, na representação da comissão julgadora, que escolheu os agraciados de toda a América Latina.

Nos versos de Paul Valéry:

“Cada átomo de silêncio
É oportuno ao fruto maduro.”

No “silêncio do casarão” – em recorte antológico de Fernando Luís da Câmara Cascudo – espande o espírito vivificante do seu pai; é a *Flama Serena* que “Dom Luís” esparge através do epistológrafo emérito – em “missivas como passaportes de atividade intelectual, alavancas para autênticos e inconscientes campeonatos do saber”. Emergem de *Flama Serena* as “notas explicativas de Roberto Silva, completas, bem redigidas, de fácil entendimento e texto nitidamente acadêmico” (Anna Maria Cascudo Barreto – “*Bastidores & Convivência*”).

Cartas que são componentes, em parte, de *Luís, toujours lui: cartas de Câmara Cascudo a Bernard Alléguede*, em cuja “orelha” do livro – organização, introdução e notas de Roberto Silva – Anna Maria constata,

“com emoção, que o mundo ficou
melhor porque ele – seu pai – viveu e
espalhou tanta sabedoria.”

Contribuição altamente valiosa, que está inserida na produção epistolográfica de Luís da Câmara Cascudo, revelada pelo saudoso acadêmico Veríssimo de Melo (na correspondência com Mário de Andrade) e seguidora da vertente aberta pela Fundação Vingt-Un Rosado, em doação de mil e duzentas cartas à Fundação Ozelita Cascudo Rodrigues, instituidora do “Museu Epistológico

Maria Sylvia de Vasconcelos Câmara”, em Mossoró: em associações significativas de escritores de formação norte-rio-grandense, que registram, em primeiro plano, a presença de Luís da Câmara Cascudo.

Pode-se captar em olhar sobre o universo cultural de Anna Maria Cascudo Barreto a espectadora de crepúsculos derramados sobre as águas do “Potengí amado,” de Othoniel Menezes –, pois ela se deixa atrair pela “neblina na vidraça”: visão identificadora da poetisa de *Roseira Brava*, em ode à amada cidade do Natal.

Gesto aproximador – pela pesquisa em torno de Palmira Wanderley, patrona da cadeira ocupada por Anna Maria na Academia Feminina de Letras – com a “vendedora de sonhos” – Maria Arisnete Câmara de Moraes, doutora em Educação pela Universidade de Campinas, pós-doutora em Paris, na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais; e, ainda, professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, foi orientadora da dissertação de mestrado em Educação – de Isabel Cristine Machado de Carvalho Veras sobre a contribuição das mulheres para a formação da sociedade letrada norte-rio-grandense, a partir do século XVIII.

Palmira Wanderley e Carolina Wanderley foram fundadoras da revista feminina *Via Láctea* (1914-1915), focalizada em livro pela poetisa Diva Maria Cunha Pereira de Macêdo: ambas integrantes do grupo de instituidores da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, há quase setenta anos.

Em poema de Palmira Wanderley, refulgem estes versos candentes:

“As torres de ouro levanto no espaço
O mar nem se importa
Com as torres que eu faço”.

Expressões metafóricas da poesia de Charles Baudelaire:

“As torres e campanários
esses mastros da cidade.”

Em Carolina Wanderley, tem-se a qualificada poetisa de *Alma em Versos* e *Rimário Infantil*, nestes “Meus Versos”:

“Que dor foi esta que me feriu tanto
E que não sinto nem me lembro mais”.

Versos significantes que tocam o âmago da *Autopsicografia*, de Fernando Pessoa, em razão do poeta:

“Que chega a fingir que é dor
A dor que deveras sente”.

Ainda a propósito de Carolina Wanderley – testifica o acadêmico Armando Negreiros, no seu livro *Na Companhia dos Imortais*: a secretária da sessão, na qual ingressam, nesta Academia, em 13 de abril de 1967 - há quase quarenta anos, os confrades remanescentes Sanderson Negreiros, Raimundo Nonato Fernandes e este mossoroense ocupante da cadeira número 32 - “por ordem de escolha, e não por eleição”.

Senhor Presidente – acadêmico Diógenes da Cunha Lima:

Sua missão é a de cavaleiro andante da poesia norte-riograndense, em suas justas de exaltação – aqui e além-mar, dos valores supremos da cultura brasileira, no ambiente solar de Florença – pátria de Dante Alighieri e Giovanni Papini.

Digníssimas autoridades, senhores acadêmicos, senhores convidados e senhoras convidadas-:

Tenho que este discurso de recepção da novel acadêmica Anna Maria Cascudo Barreto, nesta Casa idealizada pelo “norte-rio-grandense do século XX”, em eleição comunitária, encerra registro de boas-vindas; e, assim fazendo, expresse meu tributo de reconhecimento à memória do jornalista Luís Fernandes, patrono, do acadêmico Luís da Câmara Cascudo, fundador e do acadêmico Oriano de Almeida, último ocupante da cadeira número 13.

É a mensagem que hei por bem ter-lhe dirigido – minha cara acadêmica Anna Maria Cascudo Barreto.

*Membro da Academia Norte-rio-grandense de Letras.

SAUDAÇÃO DO ACADÊMICO MURILO
MELO FILHO AO PRESIDENTE
DIÓGENES DA CUNHA LIMA

Em sua sede, na Avenida Rio Branco, no Rio de Janeiro, o Centro Norte-Riograndense, presidido pelo nosso conterrâneo Otomar Lopes Cardoso, convidou o Acadêmico Diógenes da Cunha Lima, presidente da Academia Norte-Riograndense de Letras, para fazer uma conferência sobre Luís da Câmara Cascudo. .

Estavam presentes destacados membros da colônia potiguar no Rio. O conferencista foi saudado na ocasião pelo Acadêmico Murilo Melo Filho, da Academia Brasileira de Letras e da nossa Academia Norte-Riograndense, que pronunciou o seguinte discurso:

Em 1937, Nova Cruz era uma modesta cidade, antes conhecida como “Anta Esfolada”, de apenas 6 mil habitantes, consagrada a Nossa Senhora de Santana, iluminada com a energia de um motor a óleo e localizada no fim da micro-região do Agreste Potiguar, começo do sertão, bem próxima da fronteira paraibana, uma parada obrigatória dos trens da Great Western, no seu itinerário para João Pessoa e para o Recife.

As casas não eram muitas, pegadas umas às outras, isoladas como o próprio povo, que fitava as serras terminais da Borborema.

Ali nascia, no dia 26 de julho daquele ano de 1937, um jovem potiguar, filho do casal Eunice Pessoa e Diógenes da Cunha Lima, que herdava do seu pai não apenas o nome, mas também um legado de muita honradez, correção et dignidade.

Por equívoco, o escrivão da cidade lançou na sua certidão de nascimento a data de 20 de julho, seis dias antes, e não a data de 26, o que dá até hoje ao poeta Diógenes da Cunha Lima o direito de comemorar o seu aniversário durante uma semana inteira e seguida, sem interrupção.

O pai era um leitor voraz, de Shakespeare, Anatole, Dostoiévski, Erich Maria Remarque, Augusto dos Anjos, Carlos Drummond de Andrade, José Lins do Rêgo e Ascenso Ferreira; mas que lia também = porque ninguém é perfeito = o Almanaque Capivarol.

A família completava-se com seis filhos assaz trabalhosos: Aryam, Gilma, Diógenes, Daladier, Marcelo e Olindina, que todas as semanas, eram levados pela mãe, D. Eunice, para assistir às missas dominicais na Matriz da Imaculada Conceição, dando a Diógenes a chance de ser aspirante da Cruzada Eucarística, com uma fita amarela e uma cruz azul penduradas no pescoço e de ser também coroinha ajudante nas missas celebradas em latim pelo Padre Manoel Barbosa, emocionando-se todas as vezes em que o vigário dizia “Sursum Corda” (Corações ao Alto).

Aquele era um lar muito relacionado com os Cunhas Limas, de Pombal, na Paraíba, e que hoje lá estão representados pelo Governador Cássio, pelo Deputado Wando e pelo Senador Ronaldo, que também é poeta e que dedicou ao primo Diógenes o poema “Cantiga do Trem”:

- Lá vai o trem baforando
- Cantigas esfumaçadas,
- Abrindo no verde, estradas,
- “To chegando, tô chegando”

- Do canto que o trem entoa
- Aos cantos que vão passando,
- “Tô chegando, tô chegando”,
- Nos rumos de João Pessoa,

- Em meu canto, canto a rima,
- Da paisagem sigo a trilha,

- Do poeta da família,
- Diógenes da Cunha Lima”.

Muito cedo, o jovem Diógenes verificou que Nova Cruz era uma cidade pequena para os seus sonhos e planos de vida, como aconteceu a tantos outros nordestinos, pertencentes a uma geração de jovens nômades, que, como eu, estavam deixando as suas terras secas lá no Nordeste para virem batalhar por um lugar ao sol, nesta selva das Grandes Cidades.

Bem mais fiel, do que nós outros, à sua terra, Diógenes formou-se pela Faculdade de Direito, instalada na Praça Augusto Severo, na Ribeira, em Natal; foi Reitor da Universidade do Rio Grande do Norte, Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, Secretário de Educação e Cultura, Consultor Geral do Estado, Membro do Conselho Estadual de Cultura, Presidente da nossa Academia Norte-Riograndense de Letras, Cônsul Honorário do Chile em Natal, um grande escritor e um poeta notável, mas sobretudo um advogado competente e vitorioso, dono de uma das mais importantes bancas de advocacia de todo o Nordeste.

Defendeu alguns clientes ilustres, como os ex-Governadores Cortez Pereira, José Agripino e Geraldo Melo, a atual Governadora Wilma Faria e o Deputado Federal Ney Lopes. Defendeu também a família de líderes desaparecidos, como Luiz Maranhão e Hiram Pereira, pleiteando indenizações por crimes cometidos pela ditadura militar.

Antes que a justiça brasileira tivesse firmado qualquer jurisprudência sobre o assunto, o Dr. Diógenes tornou-se em toda a América Latina o primeiro advogado a conseguir uma sentença judicial numa ação de alimentos, em favor de um homem abandonado pela esposa, sustentando oralmente o seguinte: “Este homem, senhor Juiz, é uma pessoa pobre que nada tem para viver,

além do seu amor por esta mulher que o abandonou e que, portanto, deve pagar-lhe uma pensão”.

Ao lado de suas atividades no Fôro e nos Tribunais, o Dr. Diógenes ainda encontrou tempo para produzir uma obra literária de grande e reconhecida importância, com os livros:

“Lua 4 vezes Sol”;

“Instrumento Dúctil”;

“Tradição e Cultura de Massa”;

“Caracterização Jurídica das Sociedades de Economia Mista”;

“A Universidade criativa”;

“Projeção de Pedro Velho no Estado”;

“Corpo Breve”;

“Natal, Poemas e Canções”;

“Importância Cultural do Oeste Potiguar”;

“Poemas versus Prelúdios”;

“Tendresse – Poèmes Danamour tourmanté”;

“Memória das Cores”;

“Os Pássaros da Memória”, com 77 poemas minimalistas, mas sobretudo com as suas biografias:

Primeira:

· De Djalma Marinho: “O Homem que pintava cavalos azuis”, com Prefácio de Afonso Arinos de Melo Franco;

Segunda biografia:

· De Luís da Câmara Cascudo: “Um brasileiro feliz”, que já está na 3ª Edição;

Terceira:

· De Dinarte Mariz: “Solidão Solidões”;

Quarta:

· De Natal: “Biografia de uma cidade”.

E por último o “Livro das Respostas” ao “Libro de las preguntas de Pablo Neruda”, no qual explode todo o seu talento de grande poeta.

Ainda inéditos, estão dois outros livros: “A Vida Diária”, com “Um Dicionário bem Humorado” e “O Trem da minha vida”.

Falando sobre o livro “Prelúdio e fuga do real”, Diógenes diz que Câmara Cascudo, seu autor – sobre o qual falará aqui dentro de mais alguns minutos - é o escritor-etnógrafo do Brasil, com uma obra tão admirável quanto à de Villas-Lobos na música, de Oscar Niemeyer na arquitetura e de Cândido Portinari na pintura brasileira.

Trata-se de um livro perturbador e estranho, livro de alternância entre o real e a fantasia, com abundante erudição e com inspiração remota em Giovanni Papini, a quem Cascudo tanto admirava, lembrando presenças de Valery, Lorca, Dali, Lênin, Freud et Ford.

São 35 encontros de Cascudo com personagens reais ou fictícios, como Maria Madalena, por exemplo, que declara nunca ter possuído esposo a quem trair e que está usando um relógio de pulso, e mais outros personagens, como Judas, Caim, Felipe II, o Imperador Juliano, o faraó Ramsés II, o escritor Maquiavel, visto na Praça Augusto Severo, em Natal, além de Camões, Erasmo, Aristófanes, Epicuro, Pangloss e Dom Quixote de la Mancha, que podem ser encontrados à margem do Rio Potengi ou na Praia do Meio.

Esses personagens, reais ou inventados, cumprimentam Cascudo, chamando-o de *Professor*, que trava com todos eles debate amistoso, muitas vezes com perguntas não registradas, mas implícitas nas respostas.

Diógenes escreveu a orelha deste livro de Cascudo, que se recusava a dar autorização para publicá-lo, pretextando que se tratava de um livro-prelúdio com fuga do real, fora de sua obra, que não o publicaria em Natal, enfim desculpas de pai ciumento, que esconde o menino-prodígio da curiosidade bisbilhoteira.

MINHAS SENHORAS e MEUS SENHORES.

Certamente, em sua palestra, logo em seguida, Diógenes vai apresentar muitos outros aspectos da vida de Cascudo, do qual foi amigo e confidente durante mais de 20 anos.

Mas peço-lhes permissão para adiantar algumas informações, que estão, aliás, neste livro “O Colecionador de Crepúsculo”, de Anna Maria Cascudo Barreto, sobre o seu pai.

Batizado pelo Padre João Maria, Cascudo era seu afilhado e devoto, de quem recebeu no batismo um cordão de ouro, que, anos depois transferiu para a filha.

Adorava mangabas e paçoca com banana, pedindo a Newton Navarro, outro gênio, para que escrevesse, com “ritmo de pilão”, um poema sobre paçoca. Tomava uma taça de vinho no almoço, mas o que gostava mesmo era de cachaça e de cerveja. Tradutor de Walt Whitman, foi um leitor de Goethe e de Dante. Não gostava de Wagner, mas tinha uma preferência por Beethoven e Mozart, sustentando que a música mozartiana fora usada para apaziguar os ânimos dos índios na aproximação com os brancos.

Cascudo aconselhava em seu “*Decálogo*” que não se deve mentir, nem transmitir notícias desagradáveis; não se deve colaborar com os medíocres, nem ajudar o diabo; não invejar a felicidade, valorizar os momentos felizes, trabalhar menos e melhor.

Quando o Banco Central escolheu o seu retrato para ilustrar uma cédula de 50 cruzeiros, surgiu logo a objeção de prever que quando ela começasse a circular de nada mais valeria, por causa da inflação galopante. E Cascudo reagia:

– Ficarei muito feliz se, quando isto acontecer, o feliz proprietário desta cédula puder ir até um botequim da esquina e com ela pagar um gole de cachaça.

A respeito da amizade entre Cascudo e Gilberto Freyre, Diógenes costuma dizer que eles são faces da mesma moeda:

Cascudo com visão antropológica e Gilberto com análise sociológica fizeram a verdadeira interpretação social do Brasil de então.

Enquanto Gilberto partiu do regional para fixar o brasileiro no mundo, Cascudo fez a trajetória no sentido inverso, partindo do homem universal para chegar ao homem brasileiro.

Suas obras são paralelas, convergentes e complementares uma da outra, porque ambas descobriram o Brasil, de forma desconcentrada, informal e alegre. Ambos foram professores universitários: um, em Sociologia, na Universidade Americana de Stanford. Outro, em Direito Internacional Público, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, cuja capital era “o Natal”, como ele mesmo gostava de chamar.

Havia entre os dois uma admiração recíproca e uma suave rivalidade, que se estabeleceu quando Gilberto lançou o livro *Açúcar* e Cascudo o rebateu, lançando o livro *Cachaça*. Essa rivalidade foi amenizada quando Gilberto esteve em Natal, beijando Cascudo e entregando-lhe a Medalha “Massangana”.

Diógenes diz que a mesma importância de que se revestem Camões para Portugal, Shakespeare para a Inglaterra, Victor Hugo para a França e Cervantes para a Espanha, - essa mesma importância Gilberto Freyre e Luís da Câmara Cascudo tiveram para o Brasil.

SENHOR PRESIDENTE OTOMAR LOPES CARDOSO.

De Cascudo ou sobre ele, poucos são os seus contemporâneos que não têm um caso ou um fato para contar. Pois eu também tenho o meu.

Vejam bem. Quando, há uns trinta anos, o grande poeta potiguar e “imortal” Gilberto Avelino foi a Cascudo pedir-lhe o voto para a sua candidatura à Academia Norte-Riograndense de Letras, ouviu dele o seguinte:

– Votarei em você, não apenas porque é filho de Edinor Avelino, meu grande amigo, mas sobretudo porque você possui um enorme valor intelectual. Em retribuição a este meu voto, vou pedir-

lhe um favor. Encontra-se agora, lá no Rio de Janeiro, um rapazinho aqui de Natal, que foi meu aluno no Atheneu e que está lutando bravamente para firmar-se na Imprensa brasileira. Quero de você apenas o seguinte: qualquer dia em que esse rapazinho se candidatar aqui em Natal à nossa Academia, por favor, vote nele. Porque prevejo que o seu destino final será a Academia Brasileira de Letras, ela mesma, lá no Rio.

Até recentemente, enquanto viveu, Gilberto Avelino costumava contar essa história com muita frequência.

E a própria Anna Maria Cascudo Barreto, neste seu livro “O Colecionador de Crepúsculos” recorda que seu pai “um homem extraordinariamente sábio e ético, ficaria feliz se pudesse ter sabido em vida que, exatamente naqueles dias, estava entrando na Academia Brasileira de Letras, outro quase filho seu, pelos laços do afeto, o jornalista Murilo Melo Filho”.

MEU ESTIMADO DIÓGENES.

Quiseram os desígnios do destino, nos seus insondáveis mistérios, que eu me candidatassem e me elegesse, primeiro, para a Academia Norte-Riograndense de Letras, na vaga de Nilo Pereira, em 1992, quando Cascudo não mais vivia.

E Cascudo também não estava mais vivo, quando, sete anos depois, em 1999, eu me candidatei à ABL. Logo na primeira vez em que era candidato e já no 1º. turno, tive 24 votos e me elegi para a Academia Brasileira de Letras, que tanto sonhou com a presença de Cascudo em suas bancadas, mas que sempre foi recusada por esse *provinciano incurável*, fiel a Natal, e que dela não queria afastar-se por coisa nenhuma neste mundo.

Imagino hoje como ele se sentiria ao ver que, na cadeira que lhe cabia de direito e de fato na ABL, quem está sentado agora sou eu.

Mas sabem as senhoras e os senhores quem era aquele rapazinho para o qual Cascudo, há tantos anos, já pedia o voto a Gilberto Avelino?

Aquele rapazinho também era eu.

SENHOR PRESIDENTE OTOMAR LOPES CARDOSO.
MEU QUERIDO DIÓGENES DA CUNHA LIMA.

Quando Luís da Câmara Cascudo morreu em 1986, seu corpo foi velado no Salão Nobre da Academia Norte-Riograndense de Letras, presidida por Excia., que ele havia fundado 50 anos antes, em 1936, ao lado de outros Fundadores, como Henrique Castriciano, Otto Guerra, Edgar Barbosa, Januário Cicco, Juvenal Lamartine, Dioclécio Duarte, Waldemar de Almeida, Palmyra Wanderley, Padre Luís Monte, Aderbal de França, José Augusto, Américo de Oliveira Costa, Esmeraldo Siqueira, Paulo Viveiros, Manoel Rodrigues de Melo, Alvamar Furtado, Newton Navarro, Raimundo Nonato Fernandes e Sanderson Negreiros, entre outros.

Da Academia, seu ataúde foi acompanhado pelo povão, a pé e em lágrimas, de bicicleta ou de moto até a última morada, no Cemitério do Alecrim. Aquela era justamente a homenagem com a qual tanto sonhou, naquilo que sempre chamou a sua *última viagem*.

No Cemitério, o escritor e Acadêmico Oswaldo Lamartine, desolado, perguntava a Diógenes:

– Agora, com a morte de Cascudo, a quem nós vamos perguntar as coisas?

O jornalista, o Acadêmico e meu Confrade Vicente Serejo, cunhado aqui do nosso Presidente Otomar Lopes Cardoso, escreveu que “Diógenes é capaz de qualquer loucura para atender aos desejos do coração. Ele tem a capacidade de ser grande nos gestos e largo como no seu baobá.

Talvez por isto tenha o encanto de ser vasto em tudo, amplo no abraço e no olhar, inimigo das coisas mesquinhas, guerreiro de sonhos, vaqueiro de auroras, agrimensur de amores, colecionador de paixões, pescador de lirismos, advogado das causas da alma. Não se parece com ninguém, a não ser com ele mesmo”.

Passando uma temporada de alguns meses em Natal, onde encontrou uma moça, Berenice, com a qual se casou, o escritor baiano João Ubaldo Ribeiro, hoje cronista dominical de “O Globo” e meu companheiro na Academia Brasileira de Letras, escreveu o seguinte:

- O Dr. Diógenes formou-se em advocacia, ganhou muito dinheiro, construiu uma casa, abusou de tudo e hoje passa o tempo todo dentro dela, tocando zabumba, contando casos e escrevendo anedotas de Camões”.

Solidário e como figura humana, Diógenes é um poeta do cotidiano, ou como diria Veríssimo de Melo, uma pessoa que seria poeta, mesmo que não escrevesse um só livro de poemas, mas apenas pela sua forma de viver.

Certa vez, ainda criança, Diógenes conheceu na rua São José, bairro de Lagoa Seca, uma árvore de origem africana, chamada “baobá”, com 20 metros de altura e 17 metros de circunferência, com uma longevidade que pode atingir até seis mil anos.

Suas flores duram apenas 24 horas, acontecem anualmente entre dezembro e março e desabrocham de um botão verde, depois branca, depois creme, marrom e, por fim, violeta aveludada.

Durante 30 anos, Diógenes ambicionou aquele “baobá”, já referido anteriormente por Vicente Serejo, e o comprou quando aquele terreno da Lagoa Seca foi posto à venda.

No idioma senegalês, “baobá” significa “árvore milenária”, da qual existem apenas 20 espécimes em todo o Brasil, sendo três no Rio Grande do Norte e um deles em Natal.

Segundo Cascudo, essa árvore veio da África, trazida pelos escravos. Outra versão atribui a sua vinda ao Príncipe Maurício de Nassau, que para ela criou no Recife, em pleno Século 17, um Jardim Botânico.

Não foi por acaso que o “baobá” se transformou num dos personagens do livro de Saint-Exupery, que a conheceu numa de

suas visitas a Natal, nos anos 30, em companhia de Jean Mermoz, seu companheiro na travessia pioneira do Atlântico.

MINHAS SENHORAS e MEUS SENHORES.

Em seu “O livro das respostas”, quando Pablo Neruda pergunta:

- De dónde saca tantas hõrras la primavera de Francia?”, Diógenes responde: “A primavera da França colhe folhas da esperança.”

Quando Neruda pergunta:

- Por qué se suicidam las hõrras cuando se sientem amarrijas?”, Diógenes responde: “Com saudades de Van Gógh.”

Quando Neruda pergunta:

- Por qué ensiña el profesor la geografía de la ~~muerte~~?”, Diógenes responde: Porque, em geografia, a ~~morte~~ tem maestria.”

Quando Neruda pergunta:

- Cómo se mide la espuma que resbala de la cerveza?”, Diógenes responde: Pelo grau de embriaguês, em macios cantis e bojudos barris”.

Quando Neruda pergunta:

- “Por qué se entristece la tierra cuando aparecen las violetas?”, Diógenes responde: Porque a flor só se encanta na cor da Semana Santa.”

E por aí vai o nosso Diógenes, envolvido pelo sortilégio nerudiano, dando as respostas que o grande poeta chileno jamais poderia prever.

Como disse Edson Nery da Fonseca, “somente um poeta do mesmo nível de Neruda poderia aceitar o desafio de responder às suas perguntas, todas difíceis porque paralógicas, provenientes de um irracionalismo poético. Diógenes aceitou o desafio, provando que em Natal há poetas universais e respondeu-as porque não tentou ser lógico, deixando-se impregnar pela atmosfera de sonho e de magia que Neruda nos transmite ao formular suas indagações.

Ao enviar-me um exemplar deste seu “O livro das respostas”, Diógenes escreveu uma curta dedicatória, que até hoje me emociona: “Murilo. Um irmão precisa ser muito bom para ser como você, de quem tanto me orgulho”.

SENHOR PRESIDENTE OTOMAR LOPES CARDOSO.
MINHAS SENHORAS e MEUS SENHORES.

MEU ESTIMADO AMIGO e IRMÃO DIÓGENES DA CUNHA LIMA.

SENHORAS e SENHORES CONTERRÂNEOS.

Em meu nome e em nome de minha mulher, Norma, aqui presente, não poderia terminar estas palavras de Apresentação à sua Conferência, que se segue, sem fazer uma referência a este livro “~~Ensina-se a viver~~”, da primeira mulher, Moema Tinoco da Cunha Lima.

Apresentando o livro, Diógenes diz:

- A inteligência de Moema, com bom humor e força de vontade, fazia esquecer os seus enormes problemas físicos, como paraplégica, em cima de uma cadeira de rodas.

Todos nós éramos os seus braços e as suas pernas, os instrumentos da realização de sua vontade.

Conseguia o milagre de ser mandona, sem perder a ternura, enfrentando como uma valente guerreira a cruel enfermidade que a maltratou durante quase 20 anos, paralisando-lhe o corpo, lentamente.

De grande força espiritual, que nem a visão da morte conseguiu destruir, enfrentou a doença, recorrendo a centros médicos brasileiros e europeus.

Levava palavras de conforto a outros deficientes e fundou o Centro Integrado de Reabilitação”.

Moema desejava que Diógenes escrevesse a sua biografia. Conhecia bem as outras que ele já havia escrito. E com a intenção de ajudar, ditou para o seu marido, para os seus filhos e para as suas secretárias, o que pensava, quem era e o que sentia.

E deixou praticamente pronto para ser publicado este livro “Ensina-se a viver”, um quase “diário”, um texto poliédrico e multifacetado, uma grande confissão de vida marcada pela doença e pelo martírio, que a terminaram matando, dia 6 de setembro de 1991, aos 44 anos de idade.

Uma rica lição de vida é este seu “Ensina-se a viver.”

EXMO. SR. PRESIDENTE OTOMAR LOPES CARDOSO.

SENHORES DIRETORES DESTA CENTRO NORTE-RIOGRANDENSE.

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES.

EXMO. SR. PRESIDENTE DA ACADEMIA NORTE-RIOGRANDENSE DE LETRAS.

Nada mais me resta a dizer senão que Diógenes da Cunha Lima seja bem-vindo a esta Casa que hoje abre as suas portas e os seus braços para recebê-lo e para escutá-lo falar sobre o nosso querido Luís da Câmara Cascudo.

Pode começar, então. A Casa e este Centro Norte-Riograndense são de V. Excia.

Mas, em vez de um tratamento tão cerimonioso, prefiro dizer: Diógenes, pode começar. A Casa e o microfone são seus.

MUITO OBRIGADO.

O ACENDEDOR DE ESPERANÇAS

“Quanto mais luz você deixa entrar, mais brilhante será o mundo em que vive”

-Shakti Gawain.

-“Deus quer, o homem sonha, a obra nasce!”

Fernando Pessoa.

“Numa grande alma, tudo é grande!..”

-Blaise Pascal.

Ives Gandra da Silva Martins é um ser múltiplo e completo: **um menino**, graças a simplicidade e bom humor constantes; **estudante**, dedicado incondicionalmente a pesquisa e prática das leis; **jurista**, doutor em direito, especialista em ciência das finanças, direito tributário e constitucional; **religioso**, sempre procurando meditar e alcançar os desígnios Divinos; **apaixonado** esposo de Ruth, **pai**, **avô**.

Temos em comum,- dentre coincidências que cimentaram uma amizade profunda - a veneração e o cuidado guardião pela tradição paterna.

Seu pai, **José da Silva Martins**, cujo livro, *“Sabedoria & Felicidade”*, tem lugar garantido na minha cabeceira emocional de citações e pensamentos, era um mestre na difícil arte de apresentar soluções para as eternas perguntas humanas sobre a vida e a morte,

(semelhante ao meu genitor, **Luís da Câmara Cascudo**, cuja lembrança é uma tocha que ilumina o palmilhar da minha caminhada.)

Amante do ensino, é professor titular de várias Faculdades pátrias e internacionais, membro orientador e ou examinador de diversas bancas de doutorado, mestrado e especialização, afirmando que aí se identifica com meu pai, - que igualmente, em toda sua vida, *“semeou e espalhou seus conhecimentos qual semente profícua”*, na opinião de Carlos Drummond de Andrade, dentre muitos.

Acadêmico laureado, é no momento Presidente da Academia Paulista de Letras Jurídicas, além de sócio e pertencente ao Conselho, honorário e correspondente, de cinqüenta e duas entidades jurídico/literárias, fato atestador da sua vasta cultura humanística.

Cristão, é adepto entusiasta da meditação. De vez em quando, procura se isolar de qualquer traço profano, mergulhando no sagrado, constatando, emocionado e contrito, sua miniaturização diante do incomensurável desígnio do Altíssimo.

Outro traço característico é o cuidado e zelo na defesa das garantias fundamentais do cidadão e dos direitos constitucionais, que se traduzem na sua conquista persistente e no reconhecimento mundial da sua importância como tributarista perfeito.

Historiador, pertence a Academia Brasileira de Arte, Cultura e História (que, por uma dessas coincidências astrais, meu pai foi um dos fundadores) e tem 42 lauréis dentre inesquecíveis conferências e aulas em diversos Institutos Históricos Brasileiros e portugueses, dos quais é sócio correspondente – incluindo o do Rio Grande do Norte.

Escritor, é autor de 43 livros individuais, 100 em co-autoria e mais de 800 ensaios publicados.

Possuo muitos dos seus volumes, com oferecimentos emotivos, mas confesso que os meus favoritos são , *“Decálogo do*

Advogado” (uma Bíblia ética) e “*Navegantes do Espaço*”, antologia poética.

Lúis da Câmara Cascudo diz que “*a poesia não é ato de vontade, já que a inspiração é o espírito, que sopra onde quer. Sua duração fecundadora é mistério que ninguém explica, como nenhum teólogo esclarece as origens racionais da predestinação.*”

Finaliza com esta poesia em prosa que lhe era habitual: “*Redigir é um momento de floração, que pode durar a existência da roseira. E a floração tornar-se-á canto ou melodia, sem cessar de ser flor.*”

Platão considerava o poeta um ser alado, todo leveza. Cervantes dizia que a pena é a língua da alma; Shakespeare, falando através de Teseu, comentava que “o olhar do poeta/ girando em delírio/vai do céu para a terra/ da terra para o céu”. Goethe confirmava: “Ninguém pode se confessar em prosa; os poetas precisam desabafar, e para isso existe a poesia, *bosque das musas*.”

Assim, Ives – no dizer do Ministro Oscar Correia - “*descansa da labuta da economia e do direito poesiando*”...

Penso que, em cada escritor se esconde um poeta, captando a essência do cotidiano, moldando-lhe forma de encanto pessoal, que se manifesta em suas obras e até nas suas ações.

Defino os que amam o ofício da escrita como **peregrinos do romance, ascetas das palavras, solitários de um mundo particular, mensageiros da luz, professores do imaginário, navegantes do sonho.**

Tenho a alegria de ser amiga diletta da sua musa, **Ruth**, autêntica lady, fidalga nos maneirismos, mas *franciscanamente desinteressada do material*, apostola do amor conjugal.

O casal é exemplo de companheirismo e dedicação, ancora viva no porto seguro do equilíbrio, neste mar turbilhonado de desavenças e infidelidades que assistimos quebrar na praia angustiante.

Cito agora um pequeno trecho do poema “È Noite”, dedicado a Ruth:

*“Quero-te muito, mãe dos meus seis filhos,
Mulher do meu amor, sem convenção.
Conduze-me assim sempre o coração
Como um trem conduzido por seus trilhos...”*

*É noite. À minha amada, em próprio punho,
Componho este soneto, sem rascunho.”*

Eclético e multifacetado, tem também serviços e dedicação aos esportes, ao teatro, à filosofia e teologia, sociologia e etnografia, dentre outras atividades eletivas.

Quando defendi minha tese na **Sociedade Brasileira de Criminologia**, diante de outro gigante do Direito, **Roberto Lyra**, citei *Juan D. Cortés*, em “*O Ideário*”, 1850, e suas sábias palavras: **“As leis não podem exigir obediência, se não concedem proteção”**. É a mesma ótica de Ives, que, diante da força do Governo, sempre está ao lado da função social, perante o indefeso contribuinte.

Coleciono no coração e na mente suas flamejantes defesas da legalidade e da proteção ao homem, critério diante da garantia à privacidade. Sua preocupação transcendental em evitar que a autoridade fiscal prevaleça sobre o indivíduo.

São comentadas favoravelmente no meio jurídico verde e amarelo, já marcadas como sentenças e com o valor de uma jurisprudência.

No seu decálogo do advogado, fruto de um inspirado mestre, ele diz que o ideal da justiça é a própria razão de ser do Direito, bússola permanente do ideário de um profissional que deve ser, acima de tudo, um enamorado pelo exercício da advocacia.

O Presidente da Academia Norte-riograndense de Letras, Diógenes da Cunha Lima, quando instado pelo fato de ser Ives sócio de praticamente centenas de entidades intelectuais, respondeu-me ter certeza de três ou quatro diferenciais, tornando inesquecível a data de hoje.

O primeiro seria o fato do fundador da nossa Academia ser Luís da Câmara Cascudo, e sua filha saúda-lo; o segundo o título ser de “sócio de honra”, comovendo o outorgado; e o terceiro pelo enfoque musical, totalmente criativo e que tornaria Ives um **compositor laureado**, algo inédito na sua vida.

Diante do surrealismo, acoplado ao lírico, dualidade que só os eleitos e poetas aceitam, abro o volume das lendas imorredouras que embalaram nosso ideário infantil, tomando por empréstimo a lâmpada de Aladim, e retirando o *Gênio dentro da garrafa eterna*.

Diante desta platéia e cercada pelas mentes privilegiadas dos imortais deste laboratório seletivo de inteligências, rogo ao tal *Gênio* que ele ressuscite meu pai, que terminaria o louvor da filha, individualizando a sua frase, hoje sinônimo da auto-estima pátria:

“O melhor do Brasil... é este brasileiro!”

Natal, 22 de junho de 2005

*Anna Maria Cascudo Barreto,
Procuradora de Justiça e escritora.*

**DISCURSO PRONUNCIADO NA
ACADEMIA NORTE-RIO-GRANDENSE
DE LETRAS**

50 ANOS - FACULDADE DE MEDICINA DE NATAL

Carlos Ernani Rosado Soares*

Chego a esta solenidade carregado da minha mais profunda emoção. Aqui cristalizada vejo a síntese da minha vida, simbolizada na profissão que abracei e na catedral dos sonhos da formação dos seus pastores.

Não vai lhes falar nesta noite a minha pessoa. Aqui sou algumas dezenas de professores desta Faculdade por mim representados, aqui sou quase quatro mil profissionais por ela doados ao Brasil nestes cinquenta anos, aqui sou centenas dos seus dedicados funcionários, simbolizo ainda todo um universo familiar que cercou essa história. Represento ademais um mundo de pacientes cujas vidas foram salvas, cujas saúdes foram recuperadas por esses profissionais que a Faculdade de Medicina de Natal legou e vem legando ao estado e ao país. Fala por mim, por conseguinte, todo um Rio Grande do Norte agradecido e rejubilado por ter tido a ventura e o privilégio de abrigar esta Faculdade de Medicina, e aqui reverencia seus vultos maiores tomando como paradigma a figura de Onofre Lopes.

Volto à Natal dos anos quarenta, quando aqui morei pela primeira vez. Cidade calma, provinciana. De linhas de bonde, arborizada, ruas largas— heranças de Palumbo, e uma população amena e despreocupada. De repente, vem a guerra. Há toda uma

transformação físico-psico-social, já muito bem descrita, e quando esta termina, em 1945, já somos uma cidade onde muita gente fala Inglês, se veste de modo diferente dos padrões europeus, já sabe o que é Coca-Cola, e conheceu astros e estrelas do cinema, e grandes personalidades internacionais. Esta, aliás, já era a predestinação histórica de Natal. Desde a década anterior a aviação comercial aqui fizera pouso, e os grandes nomes da aeronáutica mundial se faziam presentes e divulgavam o nome da cidade. Com essa vocação cosmopolita, não era de estranhar que o escritor John Gunther, décadas depois, em um dos seus livros, dissesse que Natal era a cidade mais aberta que já conhecera, e olhe que ele visitara o mundo todo e sobre todo o mundo escrevera.

Então, a cidade necessitava se expandir, e o limite tradicional de *xarias* e *canguleiros* tinha que ser necessariamente revisto, posto que as fronteiras da cidade tomavam outros azimutes, e não mais podiam ser ditadas pela regra: *xaria* não desce, *canguleiro* não sobe.

Por que insisto em tomar essa diretriz? Sigo o bom caminho de Euclides da Cunha: não quero entrar na luta, sem falar na terra e na gente.

E aí estava Natal em 1955, estimados 200.000 habitantes. Certamente a cidade mudara muito, mas lembremos que seu limite ainda era a “corrente” um pouco adiante da Faculdade de Odontologia atual, onde o posto fiscal exercia sua função; Ponta Negra era distante vila de veraneio alcançada em estrada de areia de pista única ladeada por granjas e matas; também em via única, mas esta asfaltada durante a guerra, chegava-se a Parnamirim, e a nossa querida “pista” foi durante tantos anos um referencial na cidade. A Zona Norte era representada apenas pelos veranistas da Redinha que lá aportavam ou pela inesquecível ponte metálica de Igapó ou pelos barcos a vela e as velhas lanchas no Potengi. Não vamos esquecer que onde está hoje nossa imponente Catedral, era a simpática Praça Pio X, areal puro com uma original peixada em

cujo primeiro andar havia um coreto que era o palco de grandes oradores políticos, e o cinema Rio Grande inaugurado há pouco tempo era ainda uma grande sensação.

E que existia em Natal em termos de ensino superior? A Faculdade de Farmácia e Odontologia, que começara na década de 20 e se encerrara poucos anos depois, sendo retomada na década de 40, a Escola de Serviço Social, que data de 1945, e a Faculdade de Direito que, criada em 1949, só conseguiu começar a funcionar em 1954, cinco anos depois. Em março de 1955, seria criada a Faculdade de Filosofia. De passagem, registre-se a existência desde 1941 de um Instituto Filosófico S. João Bosco, transferido de Jaboatão para Natal por iniciativa de dom Marcolino Dantas para formar clérigos salesianos em Filosofia, Ciências e Letras, e que funcionou até 1959 na chácara doada por D. Inês Barreto, e onde hoje é o Colégio Salesiano.

De modo que restava, para aqueles que podiam enfrentar, a ida para outras cidades. Hoje talvez não seja tão fácil imaginar o que isso representava. Famílias de classe média, bloqueadas por orçamentos limitados, e todos fazendo enorme sacrifício financeiro e emocional. Vivemos todos anos e anos, cheios de saudades e separações. Comunicações: só carta, telegrama ou portador. O telefone interurbano era inexistente, posto que havia uma só companhia com um canal único, e a pessoa tinha que ir na sede da mesma tentar o difícil contacto. Muitos podemos enfrentar essa batalha, mas certamente tantos não tiveram essa condição, e isso seguramente muito calava na mente de Onofre Lopes, como veremos no correr destas lembranças.

Vamos inserir na análise da cidade, de modo comparativo, um magnífico cotejo, feito no mesmo ano com a cidade do Recife, por um dos seus filhos ilustres, e que está visitando Natal, para se integrar definitivamente nessa linda história que estamos prestes a contar: Eduardo Wanderley Filho. Professor de Cirurgia, brilhante,

humanista, intelectual, ele viria a dizer a respeito de sua Recife, e vamos repetir com ele, transplantando para Natal: era uma cidade menina-moça, menina que sobra na conversa dos velhos, e moça a quem os jovens já não contam mais segredos íntimos.

Quanto à assistência médica, vivíamos uma situação também singular: não tivéramos aqui a presença benfazeja das Santas Casas de Misericórdia. Mas tivemos médicos, políticos, e cidadãos de visão e sensibilidade para fazerem suas vezes. E aí já avultava a figura de Januário Cicco, a quem coube a tarefa de dirigir a instituição que surgiu.

Foi em 1909 que o Governador Alberto Maranhão mandou adaptar velha casa que lhe pertencera, situada no Monte Petrópolis, para ser transformada em Hospital, originando-se daí seu primeiro epônimo: Hospital do Monte. Até então, havia um “depósito de doentes”, criado na antiga Rua da Salgadeira pelo Presidente Passos.

Por oito anos, Januário foi seu único médico até a chegada de Otávio Varela, em 1917, parceria que durou toda uma vida. A visão administrativa de Januário Cicco e a sensibilidade política de José Augusto Bezerra de Medeiros, então Governador do Estado, levaram à criação, em 1927 da Sociedade de Assistência Hospitalar, que, numa coincidência histórica, tinha como um dos fundadores o sr. José Lagreca, avô do atual diretor do Hospital Universitário.

Ao criar a Sociedade de Assistência Hospitalar, começou a congregar uma plêiade de entusiastas, assumindo, destarte, o sério compromisso de prestar assistência à população carente do Estado. Não vou repetir aquilo que Iaperi Araújo, com a costumeira competência e elegância, já referiu.

Vale dizer a capital influência que teve a visita de Onofre Lopes, já àquela altura integrado na equipe, aos Estados Unidos em 1950, em viagem de estudos, quando verificou o mecanismo de funcionamento das universidades e hospitais universitários, certamente com a visão futura do ensino médico, ao regressar, fez

ver a Januário Cicco, a necessidade de se implantar modelo semelhante aqui no Rio Grande do Norte, fato muito avançado para a época. Houve uma feliz coincidência de sucessivos governantes de mentalidade aberta aliada a um grupo de respeitáveis e confiáveis membros da comunidade.

Januário Cicco conseguiu do então Governador Silvio Pedroza que a área ocupada pelo Hospital Miguel Couto como já se chamava então fosse doada à Sociedade de Assistência Hospitalar, mantidos os compromissos da mesma de continuar prestando seus beneméritos serviços à comunidade, posto que providência semelhante fora conseguida junto à Prefeitura com relação à Maternidade que viria a ter seu nome. Não chegou a ver concretizada essa última etapa.

Afinal, uma parte se despojava de bens e a outra assumia compromissos da maior responsabilidade e relevância. Atentemos bem ao que isso representou.

Não conheci Januário Cicco. Valho-me de escritos e depoimentos para ter o traçado fiel de sua figura. Homem de extraordinária visão, vontade férrea, princípios rígidos, temperamento forte, passional. Após o rude golpe que sofreu, perdendo em poucos meses a esposa e a única filha, dedicou-se integralmente à consecução da obra que visualizara. Viria a encontrar uma contrapartida perfeita na pessoa de Onofre Lopes, contrariando frontalmente a lei da Física da não atração de partículas de eletricidade de mesma carga. Ao contrário. Afinaram-se. Complementaram-se. Januário depositou total confiança em Onofre. Sentindo aproximar-se a morte, fez ao mesmo seu dramático apelo: não deixe minha obra perecer. Esse fato de grande significação e impacto emocional me foi relatado pelo meu dileto amigo Comandante Graco Magalhães Alves, que o presenciou.

Não posso deixar de fazer o registro que desde 1909, Januário Cicco e posteriormente Onofre Lopes e os sucessores contaram

com a inestimável cooperação das Irmãs de Sant'Ana, cuja contribuição jamais poderá ser suficientemente enaltecida.

A criação de um Centro de Estudos no Hospital seguramente vai ter grande influência, e deve ter feito parte de um plano elaborado. E então, com o incentivo e articulação de Ovídio Montenegro, em janeiro de 1955 vai ter lugar uma Semana de Estudos, sendo que na véspera de sua realização, em sessão da Sociedade de Assistência Hospitalar fora deliberada a criação da Faculdade de Medicina.

Para cá vieram: Antonio Figueira, Diretor da Faculdade de Medicina do Recife, e mais duas dezenas de professores da mesma, entre esses Marcionilo Lins, Catedrático de Bioquímica, Francisco Montenegro, Catedrático de Tisiologia, e o inesquecível Eduardo Wanderley, de Técnica Operatória e Cirurgia Experimental, com praticamente toda a sua equipe. Tive a felicidade de acompanhar tudo isso.

E foram conferências e demonstrações cirúrgicas sem fim. Várias pessoas da cidade foram operadas, inclusive a nossa querida D. Selva Lopes, aqui presente, a minha saudosa D. Dulce Figueiredo, tia de minha esposa Madalena e viúva do Dr. Aderbal Figueiredo, que havia sido figura de proa no velho Hospital. Salomão Kelner realizou a primeira colapsoterapia pulmonar com bolas de lucite, técnica que ele acabara de aprender nos Estados Unidos. Foram várias as intervenções cirúrgicas demonstradas, e outras tantas conferências sobre os mais diversos assuntos.

Ao mesmo tempo, a atividade social era intensa, posto que recepções não faltavam. Lembro especificamente uma em casa de Dr. Sarinho, lá na Rua Mipibu, 353, e outra em casa de Dr. Onofre, onde ainda hoje é na Manoel Dantas, e o jantar final na Escola Doméstica, em banquete realizado a 5 de fevereiro quando Dr. Onofre leu a resolução que criava a Faculdade de Medicina de Natal.

Nessas recepções eram inevitáveis os discursos, e aí se fazia presente a inesgotável inspiração do Dr. Mariano Coelho, consagrado

orador e poeta. Estou a vê-lo, elegante nas idéias a comparar os casais Kelner e Schüller que nos visitavam com o casal Curie em sua trajetória comum em prol do progresso da ciência.

Eu, ainda estudante de Medicina, tive o privilégio de viver esses momentos. Fiquei, por anos, a relembrar, como Marcel Proust, em “O TEMPO REDESCOBERTO”: É com adolescentes que duram certo número de anos que a vida faz os velhos.

Começam, a partir daí, os febricitantes preparativos: legais e operacionais. Onofre Lopes conta com o apoio muito forte de Jurandir Lodi e de outras autoridades federais. Os recursos são parcimoniosamente arrecadados e destinados. Professores são selecionados com muito critério. Aponte-se para o fato de que vários deles cujos nomes constam da Ata de 22 de março de 1955, por motivos diversos, não assumiram suas funções. Vamos para as instalações. Eudes Moura fornece as idéias quanto à localização e disposição do novo prédio, que são transplantadas para as pranchetas por Moacir Gomes e Arialdo Pinho. E em 10 de dezembro de 1955 ela é oficialmente instalada em uma linda solenidade, inesquecível, marcada por brilhantes discursos de dois mestres da Cirurgia: Eduardo Wanderley, sempre marcante, representando o Reitor da Universidade do Recife, e José Tavares, figura excepcional de profissional e intelectual. Eram dois gigantes que tinham enormes traços de aproximação: renomados cirurgiões, humanistas, cultos, de palavra fácil, ousaria dizer que até certa semelhança física aparentavam.

Em um ano, Onofre Lopes cumprira toda a trajetória de criação e instalação da Faculdade de Medicina de Natal, cotejando-se com cinco anos consumidos para que funcionasse a de Direito.

Há que se ter muito cuidado em que tudo seja feito com a maior seriedade: esta será uma tônica permanente da nova Escola. Onofre Lopes levava isso às últimas conseqüências: não permitiu que seu filho se submetesse ao vestibular em Natal para que se

aprovado fosse, não pairasse nuvem de protecionismo... E lá se foi Onofre Junior estudar Medicina na Bahia. Era uma verdadeira obsessão. Veja-se a ata da 1ª. Sessão da Congregação em 3 de março de 1956, falando do vestibular: o concurso se fizera dentro dos mais rígidos princípios de critério, justiça, e moralidade.

Em 1º de março de 1956, tem lugar a Aula de Sapiência ministrada por Reginaldo Fernandes, ele que muito ajudara na implantação da Faculdade. Teve lugar no anfiteatro da Maternidade Januário Cicco, e, como tema “Aspectos Sanitários do Nordeste”. A 14 de março, Luigi Olivieri profere a Aula Prima.

Nesse mesmo ano, Onofre vai a Ribeirão Preto, em companhia de Eudes Moura participar do I Congresso da AMB, altamente proveitoso, onde a temática do Ensino Médico era dominante. As recomendações que de lá saíram foram integralmente acatadas pelo então Ministro da Educação, Clovis Salgado. Nasceu aí também a amizade de Onofre Lopes com Zeferino Vaz, que foi Diretor da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto por dez anos, e fez da mesma referência nacional. Ele veio a Natal pronunciar algumas palestras às quais tive o prazer de assistir.

Não vos cansarei contando todos os detalhes. Já formado, fui convidado para ser assistente do prof. Travassos Sarinho, de Técnica Operatória e Cirurgia Experimental, em 1959, ao lado do meu colega Newton Azevedo.

E lá está no livro de Atas a minha posse, devidamente assinada pelo então Secretário, o Dr. Carlos Alberto Passos.

Comecei aí minha longa trajetória universitária, alcançando já a primeira turma que fora admitida em 1956. Foi no dia 13 de março daquele ano de 1959, que iniciei minha carreira dando uma aula sobre “Pré e pós-operatório”. Como esquecer os dias e a ansiedade que antecederam o fato? Preparei-me com afinco. Tinha experiência de aulas para pequenos grupos de Inglês e Matemática, e minha militância na imprensa falada esportiva me dava certa

facilidade de expressão. Mas aquela emoção eu não esqueço! Parece ter sido uma boa aula, pois terminada a mesma, um dos alunos veio me cumprimentar, identificando-se como professor de colégios, e, como tal, se achando na condição de aquilatar uma aula e gostara muito da mesma. Como fiquei querendo bem desde então a Cristóvão Gadelha! O local onde isto aconteceu não existe mais: era o antigo pavilhão de Anatomia, onde ficavam no mesmo ambiente os tanques com as peças, as mesas para estudos anatômicos, e a sala de aulas com seu prosaico quadro-negro. Situava-se em algum ponto hoje ocupado pelo complexo de diagnóstico por imagem.

A geração da informática ficaria atônita ao ver os antigos Diários de Classe, em qualquer das suas variantes. Lembro deles como se hoje fosse: capas verde-claro e as folhas onde se escrevia o título da aula, e se fazia a chamada, anotando-se os presentes, em duas vias, uma das quais era enviada à Secretaria e a outra ficava na Caderneta. Guardo ainda alguns documentos da época, preenchidos a mão pelas primeiras funcionárias da Secretaria: Maria de Lourdes Reis Câmara, Ana Alves de Brito e Rosa Lima.

Daí para frente foram mais 36 anos de ensino, até que em 1995, forçado pela insensibilidade ainda em curso — para ser suave na definição — com que já era tratada a maior parte do funcionalismo público federal, e o magistério em particular, incluindo claro a Universidade pública, vi-me forçado a requerer aposentadoria, com enorme tristeza no coração. Tanto é assim que ainda hoje abuso da paciência dos alunos para aulas ocasionais.

Os professores recebiam um salário quase simbólico: um fixo e um pró-labore proporcional ao número de horas-aula. Essa condição perdurou por vários anos até que Onofre Lopes conseguiu, em tempo bastante curto para o vulto da empreitada, a federalização da Universidade, que viria em fins de 1960.

Naquela época, havia a Medicina Liberal e muitos podiam dedicar boa parte do seu tempo a exercer atividades em Santas Casas, outros hospitais beneficentes, e aí iria se inserir também a atividade universitária. Muitos medalhões, sobretudo nos grandes centros, instalavam seus serviços nesses hospitais. Trabalhar ali era título, que se colocava nos blocos de receituário!

Seguíamos uma quase tradição segundo a qual ser professor de uma Faculdade de Medicina tinha enorme significado. O fato é que estávamos imbuídos desse espírito, e vestíamos com fervor a camisa da nova Faculdade. O perfil dos professores daquela época era bem diverso da maneira pela qual se acessa hoje a carreira universitária, nem porisso desprovida de méritos, pelo contrário. À competência talvez menos patente ou incompletamente aquilatada aliavam-se o entusiasmo e a dedicação, e os frutos desse trabalho estão hoje aí bastante visíveis.

Claro que foi muita luta e sacrifício para Onofre Lopes atrair um nome do padrão de Luigi Olivieri para ensinar Anatomia. Foi Genivaldo Barros, então fazendo especialização no Rio de Janeiro, e que já executara outras delegações, o emissário junto a Bertino Dutra, ex-interventor neste Estado e àquela altura na Presidência do Lóide Brasileiro, encarregado de conseguir as passagens marítimas para sua vinda. Mas isto durou pouco. Por motivos pessoais, ele deixou Natal no ano seguinte, retornando à sua Nápoles, e Deus escreve direito por linhas tortas... A solução estava em casa. Nascia aí a brilhante escola anatômica natalense, à frente o prof. Hiram Diogo Fernandes, que breve alcançaria respeito nacional, e que já doou tantos professores ao cenário universitário brasileiro.

Os anos seguintes foram difíceis, como era esperado. Afinal, eram professores que se iniciavam na arte do magistério. E foi decisiva a participação de Ovídio e seus amigos do Recife, pois muitas Disciplinas começaram com professores que vinham semanalmente, por vezes em seus próprios carros, sem remuneração,

ministrar aulas. Alguns se exauriam na tarefa, outros se revezavam. Com o tempo, vários desistiram, até mesmo porque julgaram já ter preparado o substituto em âmbito local. São muitos os nomes daqueles que prestaram esse serviço à nova Faculdade: Silvio Paes Barreto, Barros Coelho, Vital Lira, Nivaldo Ribeiro, Cesário de Melo, Ivo Rabelo, Manoel Caetano, José Alberto Maia, Wilson Farias, Jorge Chiapetta, Pires da Veiga (este da Bahia), vejam os senhores como a tarefa não foi fácil.

Esse ideal nos impregnava a todos. Nós vivíamos a nova Faculdade, e tínhamos a emoção de estar participando de um evento histórico, como provou ser.

O trabalho de Onofre Lopes não parava, e logo depois viria a surgir a sua obra maior a Universidade do Rio Grande do Norte. Dele se poderia repetir a descrição: um homem que ampliava estreitos horizontes. Bem que eu gostaria de falar agora da Universidade, mas chegará o tempo, Reitor Ivonildo, daqui a mais três anos será a vez do seu cinqüentenário também. Não posso, entretanto, me furtar a dizer que sua atuação à frente da Universidade seguiu o padrão a que se impusera e comandara. Jamais permitiu, mesmo em tempos difíceis, que a Universidade abrigasse atos ou intenções secundárias. Para ele, era a Universidade território livre e sagrado, e sempre será pouco se dizer do quanto representava a sua figura, acima muito acima de subterfúgios e intrigas.

À frente da Reitoria, mas sempre com o coração preso à Faculdade de Medicina, ele cria o CRUTAC, numa visão abrangente de interiorização da Universidade, antecipando-se em tantos anos aos diversos programas hoje desenvolvidos nas áreas de saúde, educação e assistência social.

Já tendo deixado a mesma, consolidou o processo por ele iniciado que trouxe para o Rio Grande do Norte em 1972 o Navio-Hospital HOPE, o qual ensejou dez meses de treinamento para os alunos e professores de Medicina e das demais áreas da Saúde,

experiência singular somente concretizada pela tenacidade e competência do seu filho Onofre Lopes Junior que tornou possível a grande realização.

Onofre Lopes era uma figura singular. De origem humilde, percorrera todos os caminhos com muito suor e dedicação. Quando resolveu estudar Medicina, com sacrifício invulgar pela situação financeira de sua família, recebeu duas ajudas importantes. O então Governador José Augusto, novamente se inserindo na história da Medicina do Rio Grande do Norte, lhe concedeu uma bolsa para que fosse para Recife. Posteriormente, quando se transferiu para o Rio foi um comerciante chamado Godofredo Freire que lhe emprestou o numerário para tal. Emprestou não é bem o termo, posto que ele jamais aceitou receber o pagamento. Por toda a vida, ele foi grato, e jamais deixava de manifestar sua gratidão ao benfeitor.

Não era homem de gestos largos ou de risos exagerados. A voz tendia para o nasalado, mas tudo nele inspirava confiabilidade. Na sua presença, sabia-se estar diante de um homem sério, responsável, de palavra. Apesar dessa descrição algo severa, era cordial no dia a dia, e ameno no trato familiar, sobretudo com os netos que quebravam toda aquela carapaça. Diziam, ademais, que quando se tratava de convencer alguma autoridade para conseguir benefícios para a sua Universidade, poucos eram mais encantadores e convincentes... O fato é que entre nós dois houve desde cedo uma sintonia muito intensa. E não era nada difícil a regra de convivência com ele: estivesse ao seu lado na luta pela Faculdade de Medicina e posteriormente pela Universidade, demonstrasse sua capacidade e dedicação, cairia inevitavelmente nas graças do mesmo. E ele parecia saber de quase tudo que acontecia na Universidade. Abdicara de uma carreira cirúrgica rendosa em prol de sua atividade administrativa. Era o grande “condottieri”, o grande inspirador, a grande liderança. Teve a ventura, ademais, de ver seu trabalho continuado na digna pessoa do seu filho Onofre Junior, que dele

herdou as qualidades maiores. Certamente já está a merecer uma biografia mais alentada.

Já nos primeiros anos da Faculdade contaria, como viria a contar mais adiante para a criação da Universidade com o decisivo apoio do seu amigo Dinarte Mariz, que assumira o governo em 1956. Conta-se que Dinarte assegurara a Onofre que não deixaria faltar recursos à nova Faculdade, e para tal orientara devidamente seu Secretário de Finanças. Certa ocasião, este, certamente premido pelos costumeiros apertos de fluxos de caixa, viu-se forçado a atrasar certos repasses. Vem a queixa de Onofre ao Governador. Este manda convocar o Secretário, a estimada figura de Paulo Diógenes e pontifica, de modo jocoso, com seu estilo característico: “Paulo, v. vai arranjar o dinheiro de Onofre ou vai ser o seu substituto?...”

Criada a Universidade, a sua obra maior, Onofre Lopes, assumindo a Reitoria, passa o bastão da Faculdade de Medicina para Luiz Antonio Ferreira Souto dos Santos Lima.

Profissional renomado na cidade, professor conhecido, mas que nos deixou muito cedo. Lembro do cuidado enorme que ele tinha pelo nome da Faculdade, zelo, que, de resto, repito, permeava toda a instituição. Havia as bancas finais de exame das diversas disciplinas. Ele chegava e ia a quase todas para assistir às mesmas, e, como professor experimentado, aquilatar do grau de aproveitamento dos alunos, e da correção das avaliações! Guardo seu gesto paternal, pegando no meu braço, e dizendo quase num sussurro: v. sabe, não é, meu filho, estamos começando e não podemos facilitar, a Escola tem que ser acreditada pelo que ensina e pela maneira como avalia seus alunos!

E depois eles se foram sucedendo: João Machado, Joaquim Luz, Grácio Barbalho, Marcelo Carvalho, Cleone Noronha e Fernando Fonseca, até 1974, quando foi transformada em Curso Médico do Centro de Ciências da Saúde, mas que todos ansiamos que aqui e agora, professor Ivonildo Cortez sua luta encontre eco

maior em que voltemos a nos chamar Faculdade de Medicina, da mesma maneira que os outros sentem saudade das suas Faculdade de Direito, de Farmácia, de Odontologia, e Escola de Engenharia, Magnífico Reitor.

A turma pioneira colou grau em 10 de dezembro de 1961, tendo Onofre Lopes como Paraninfo e Élio Barbosa como orador. Claro que dessa turma saiu o primeiro Presidente de Diretório da Faculdade, Jair Nogueira Lima. Foi logo no ano seguinte, a 8 de setembro, que veio a falecer o primeiro médico formado aqui no Estado: Gevacy Vale de Freitas. Lembro muito dele: excelente aluno, era funcionário do Banco do Brasil, rapaz muito educado, e benquisto por todos. Dessa turma de 22 alunos, 13 vieram a ser professores da sua Faculdade e 8 não ficaram exercendo a profissão em Natal.

1962, ou seja, a segunda turma, marcará um episódio que foi único na história da Faculdade: dos aprovados no vestibular, treze solicitaram transferência para Recife, e a turma ficou com apenas sete alunos! É claro que eu e Luiz Gonzaga Bulhões sabemos os nomes dos demais integrantes.

A terceira turma diplomada – a de 1963 — caracterizou-se por ter conseguido reunir um grupo de alunos extremamente espirituosos e que marcaram presença pelas suas histórias cheias de sadio humor. Juntamente com Ives Bezerra, Leônidas Ferreira, Deusdedith Nobre e Edisio Pereira registramos as faltas de Emilio Salem e Edson Jovino.

O vestibular não era classificatório e sempre surgiam os chamados “excedentes”. Eram os que estavam aprovados, mas não havia vagas. Certa vez, o Senador Dinarte Mariz conseguiu que grande parte deles fosse matriculada na Faculdade de Manaus, que estava nos primórdios.

A que foi admitida em 1964 coincidia com uma época de muita agitação.

Houve o tradicional excesso de aprovados, e, sob pressão, o Ministro da Educação Julio Sambaquy mandou duplicar as vagas com a promessa, não cumprida, de que daria a contrapartida financeira e operacional. Essa turma colou grau em 1969, e nela estavam meu irmão Roberto e meu primo Laíre, os primeiros de tantos familiares que pela Faculdade passariam; foi chamada até mesmo com conotação pejorativa na época, de Turma Sambaquy.

Essa é uma longa e bela história que foi passada para o papel por um dos nossos mais brilhantes egressos, que já escreveu o Jubileu de Prata, e agora faz o de Ouro, Iaperí Araújo, da turma de 1969.

Fomos tantos, muitos já se foram. Registro a saudade de uma convivência amena e amistosa, e a homenagem aos que aqui ainda estão na missão terrena. Para aqueles que ainda temos o privilégio de ter entre nós, o abraço fraterno e a confissão de quanto me honra estar por eles falando, na impossibilidade de mencionar todos os nomes.

E agora?

As vozes do tempo se levantam, pedindo contas. Fala Onofre Lopes, ao lado de Luiz Antonio, Ovídio Montenegro, Travassos Sarinho, José Tavares, Mariano Coelho, João Machado, Joaquim Luz, Milton Ribeiro Dantas, Olavo Medeiros. Eles nos perguntam: que fizeram da nossa Faculdade? E eu, convocando Cleone Noronha, Heriberto Bezerra, Hiram Diogo Fernandes, Fernando Fonseca, Eudes Moura, e tantos outros que não seria possível relacioná-los, responderia:

Entregamos uma Faculdade adulta, respeitada. O Hospital Universitário Onofre Lopes é referência maior de assistência terciária, e apesar de todas as dificuldades que enfrentam os hospitais universitários, presta um serviço inestimável à população, e realiza procedimentos de altíssima complexidade, sendo sua relação de transplantes já bastante respeitável; a Maternidade Januário Cicco criou através do prof. Leide Morais e de sua equipe uma escola de

renome, além do serviço comunitário excepcional. O Hospital de Pediatria que agora homenageia um dos seus pioneiros –Heriberto Bezerra – é motivo de orgulho para a nossa cidade. Não pertencendo à Universidade, mas recebendo dela sua seiva maior, o Hospital de Doenças Infecciosas tomou o nome de Giselda Trigueiro, tal o papel que ela representou na formação de profissionais que qualificam o magnífico trabalho ali realizado. João Machado emprestou seu nome ao Hospital de Psiquiatria, Luiz Antonio ao Hospital do Câncer, Pedro Germano ao Hospital da Polícia Militar.

Clovis Travassos Sarinho é o nome do novo Pronto Socorro, e também é Patrono do Núcleo de Cirurgia Experimental, que teve o privilégio de criar, e que já foi berço de dezenas de trabalhos e teses. Aguarda-se a ocasião em que a Liga Norte-rio-grandense de Combate ao Câncer preste a homenagem esperada a José Tavares, que a presidiu por tantos anos.

Seus egressos brilham hoje em todos os ramos da Medicina. Tornaram Natal um Centro de Excelência em inúmeras especialidades médicas; presidem as Sociedades das Especialidades as mais diversas em âmbito nacional, realizam os mais avançados procedimentos da prática da Medicina. Trouxeram para Natal as maiores reuniões científicas do país; participam de projetos integrados de pesquisa nacionais e internacionais; publicaram centenas de trabalhos em renomadas revistas, editaram vários livros nas mais diversas áreas, dezenas e dezenas de teses foram defendidas por seus egressos; ocuparam postos em outras Faculdades: Paulina Targino dirigiu a Faculdade de Ciências de Saúde da Universidade de Brasília, onde também Armando Bezerra foi Pró-Reitor de Assuntos Comunitários e Vice-Diretor da mesma Faculdade, e dirige hoje o curso de Medicina da Universidade Católica de Brasília; Rosenélio Carvalho atingiu o generalato no esquadrão de saúde das Forças Armadas, e como Brigadeiro dirigiu sua mais importante unidade hospitalar de saúde em Brasília, o Hospital das Forças

Armadas. Carlos Dantas dirigiu o Hospital Naval de Recife. Rubens Santos é Secretário Geral do Conselho Federal de Medicina; Roberto Vital é Diretor Médico do Comitê Para-olímpico Brasileiro. Ultrapassaram as fronteiras do Brasil. Posso ocorrer em omissões, mas vou citar: Laly Carneiro, que na França, alcançou todos os títulos na sua especialidade e recebeu até a Cruz da Ordem dos Cavaleiros de Malta; Mary Evelyn Dantas Flowers, internacionalmente renomada hematologista em Seattle; Jorge Abdon Bezerra, que anos atrás, em Cincinnati, ganhou o prêmio nacional de melhor pesquisa na sua área pediátrica.

Participaram efetivamente da vida do Rio Grande do Norte: foram dezenas de prefeitos, muitos deputados estaduais e federais; temos egressos prefeitos em Goiás e no Rio de Janeiro; Daladier Pessoa Cunha Lima foi Reitor desta Universidade, e hoje é Reitor das Faculdades Reunidas de Natal; José Fernandes de Queiroz, Presidente do Tribunal de Contas; Vivaldo Costa foi vice-governador e governador do Estado, além de ter presidido a Assembléia Legislativa, posto que também coube a Álvaro Dias; Carlos Farias é Chefe da Casa Civil do Governo, Antonio Jácome é nosso atual vice-governador; enfim a Faculdade de Medicina cumpriu sua missão, combateu o bom combate e guardou a fé como falava o apóstolo Paulo.

Porque eles aprenderam aqui na Faculdade de Medicina aquele conceito maior que se aplica às Universidades, da ALMA MATER, e que é pouco apreciado, infelizmente, em nosso país. Peço emprestada a conceituação do prof. Adonis Carvalho:

“A Alma Mater é a Mãe Nutridora, o Princípio da Vida, pois dela vem o sustento representado pelo repassar da Sabedoria a impregnar dos atos de invenção, de tudo que se sabe e de tudo que se cria. A Alma Mater prepara para trilhar o caminho certo o preceito e o dom do discernimento, mas também ensinou a rebeldia intelectual, até ensinou a heresia, desde que a heresia resultante de

estudos responsáveis representa uma força poderosa no pensamento filosófico e científico, remodeladora da Sociedade Humana. A Alma Mater mostrou como detectar o erro em se com ela, aprendestes o exercício da condescendência para o que pode ser perdoado, também com ela adquiristes o sentimento da intolerância para a desonestidade, o embuste, a impostura. a mediocridade.”

É difícil resumir meio século de lutas, de emoções. Essa Faculdade foi minha própria vida e a ela dediquei meu esforço, meu amor e minha capacidade dentro de minhas limitações. Tive a devida recompensa por parte dos meus ex-alunos: aqui só fiz amigos, grandes amigos, e daqui só tenho boas recordações, e a saudade de tempos idos e vividos. Foi-me dada a ventura de ter tido centenas de alunos e depois ter ensinado seus filhos, e até seus netos. Aqui vi vários e tantos namoros começarem e resultarem em tantos casais médicos que vemos por aí. Ela representa o ponto maior de minha vida profissional, eu, que parafraseando Eça de Queiroz na sua CARTA A PINHEIRO CHAGAS poderia dizer, “sou um pobre homem da rua Alberto Maranhão, em Mossoró”.

Mas já que falei tanto do passado, e para tal fui convocado, lembremos que a história não para, e o futuro já vem se abrindo. Daladier Cunha Lima e Jessione Carvalho Lima já passaram o bastão faz tempo, e eram eles que, em 1965, 40 anos atrás, lembravam Guimarães Rosa em seu convite de formatura, dizendo que “toda saudade é uma espécie de velhice”. Auxiliadora Rocha, Juarez Ferreira, Emilia Trigueiro Paiva e Ivonildo Cortez já não são tão calouros nessa luta, e certamente vislumbram e pavimentam o caminho para os sucessores. Amanhã, quem sabe, será a vez de Filipe Rego e Leonardo Nogueira. Assim se faz a história, assim se constrói o progresso.

E o futuro é a geração que ora desponta para o cenário da luta profissional. Repetirei com Carlos Drummond de Andrade:

“Admirável espírito dos moços

A vida te pertence. Os alvoroços
 As iras e entusiasmos que cultivas
 São as rosas do tempo, inquietas e vivas
 Erra e procura, e sofre e indaga e ama
 Que nas cinzas do amor perdura a flama “

E vou concluir, ainda falando aos jovens, em nome dos que vimos essa escola nascer, usando as palavras de Eduardo Wanderley, ele que foi tão presente no surgimento desta Faculdade.

“Nos ombros curvos pelo cansaço, pela inquietação ou pela tristeza, há como asas quebradas dos que não podem alçar vôos, dos que estão adstritos e presos à planície sempre igual e jungidos à terra sempre árida; As asas quebradas nos ombros curvos recordam e revivem o calor de longínquos momentos iguais a este, quando ainda eram bons os doces sonhos antigos. Dos jovens, cheios de vida, de asas íntegras nos ombros retos, para longos e largos vôos, sem limites no céu, sem restrições na terra, dos jovens é que vos devo falar. Traduzem a nossa força e nosso estímulo. Simbolizam a nossa esperança e o nosso fim. Representam nossos ideais mais puros e a nossa inspiração.”

Neles eu me contemplo e sempre me inspirei. Foi com muita honra que recebi o convite de aqui dizer nesta noite inesquecível. Tive o privilégio de acompanhar a saga desta Faculdade de Medicina, e poder repetir como o poeta do I-JUCA-PIRAMA: “Meninos, eu vil”. Encerro com o grande escritor da Galícia Ramon Maria Del-Valle Inclán: “Quando olhares tua imagem evoca tua sombra de criança— quem sabe do passado sabe do futuro”

**Discurso pronunciado em 19/08/55 no Blue Tree Park(Pirâmide Convention Center), iniciando as comemorações do cinquentenário da Faculdade de Medicina de Natal.*

* Membro da Academia Norte-rio-grandense de Letras.



*Editoração Eletrônica, Fotolito Digital, Impressão
e Acabamento Gráfico:*

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE IMPRENSA

Av. Câmara Cascudo, 355 - Ribeira - Natal/RN

- Fone: (84) 3232-6791 -



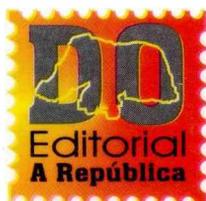
Estado do Rio Grande do Norte
Wilma Maria de Faria
Governadora

Assessoria de Comunicação Social
Rubens Manuel Lemos Filho
Secretário Especial



D.E.I.

Departamento Estadual de Imprensa - DEI
Miranda Sá
Diretor Geral em exercício



Impressão e Acabamento Gráfico:
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE IMPRENSA - DEI
Av. Câmara Cascudo, 355 - Fone: (84) 3232-6791 -
Ribeira - Natal - RN
Editoração Eletrônica: Edenildo Simões
Capa: Edenildo Simões

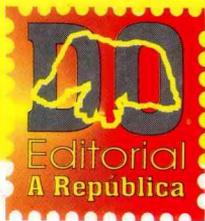


ACADEMIA NORTE-RIO-GRANDENSE DE LETRAS

Rua Mipibu, 443 - Cidade Alta - Natal/RN

Fone:(84)3221-1143

Diógenes da Cunha Lima
Presidente



ISSN 0567-5995



9 770567 599002